



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



**AMANDA SÂMELA DA SILVA GONÇALVES**

**TERRITÓRIO RIBEIRINHO: UM “MAPEAMENTO” DAS AÇÕES E  
REPRESENTAÇÕES NO RIO TUCUMANDUBA EM ABAETETUBA-PA**

**BELÉM-PA**

**2016**

**AMANDA SÂMELA DA SILVA GONÇALVES**

**TERRITÓRIO RIBEIRINHO: UM “MAPEAMENTO” DAS AÇÕES E  
REPRESENTAÇÕES NO RIO TUCUMANDUBA EM ABAETETUBA-PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (PPGEO/IFCH/UFGPA) como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

**Orientador:** Prof. Dr. Sérgio Cardoso Moraes

**Linha de pesquisa:** Dinâmica da paisagem na Amazônia: Agentes, processos e conflitos.

**BELÉM-PA**

**2016**

**AMANDA SÂMELA DA SILVA GONÇALVES**

**TERRITÓRIO RIBEIRINHO: UM “MAPEAMENTO” DAS AÇÕES E  
REPRESENTAÇÕES NO RIO TUCUMANDUBA EM ABAETETUBA-PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (PPGEO/IFCH/UFPa) como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

**Orientador:** Prof. Dr. Sérgio Cardoso Moraes

**Linha de pesquisa:** Dinâmica da paisagem na Amazônia: Agentes, processos e conflitos.

BANCA EXAMINADORA:

---

**Prof. Dr. Sérgio Cardoso Moraes**

Orientador- Universidade Federal do Pará-UFPa/PPGEO

---

**Prof. Dr. Christian Nunes da Silva**

Examinador- Universidade Federal do Pará-UFPa/PPGEO

---

**Prof. Dr. Mário Vasconcellos Sobrinho**

Examinador- Universidade Federal do Pará- UFPa/NUMA

Dedico este trabalho à minha mãe, Andréa Silva, ao meu marido, Krucheusky Alencar e ao meu filho, Kaio Alencar, que nasceu durante o período das pesquisas deste importante momento de minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Com a conclusão de mais uma fase acadêmica de alta relevância pessoal e profissional de minha vida, agradeço primeiramente a Deus por sempre me guiar e me dar força nos momentos bons e ruins. Agradeço ao meu pai, Afonso Fabiano por muito ter me ensinado, e, em especial a minha mãe Andréa Silva, que sempre teve fé em mim e não deixou de me apoiar mesmo quando eu desacreditei em mim mesma.

Agradeço ao meu marido Krucheusky Alencar por vários motivos, mas o principal é o apoio incondicional que ele me dá todos os dias me ajudando no que ele pode, sendo sempre companheiro, amigo e muito paciente comigo, muito obrigada mesmo, amo você. Agradeço ao meu filho, Kaio Alencar, que apesar de ter apenas 04 meses, é o sorriso, o olhar e o carinho dele que me faz querer continuar e poder proporcionar um futuro melhor a ele, e poder ser um alicerce para ele crescer sendo uma pessoa de caráter e um bom profissional.

Não poderia deixar de citar minha cunhada e amiga Kathiuscia Alencar, que nos momentos meus de desespero em não ter alguém para me ajudar com meu bebe, ainda pequeno, durante as finalizações da minha dissertação, sempre esteve disponível, fazendo o possível para que eu concluísse o meu trabalho. Aos professores memoráveis da graduação no IFPA, em especial, a professora Shirley Tozi, que me recebeu para meu estágio, durante o mestrado e muito me ensinou. Aos amigos que não tive mais tempo de encontrar, Antônio Paiva, Suzanna, Lisandra, Edson e Thiago, que sempre estarão em meu coração. Ao Mestrando Leonardo dos Santos, que me ajudou nas elaborações técnicas me orientando nos mapas. A minha amiga Andreia dos Santos que sempre me apoiou, e é a pessoa que espero que também consiga alcançar seus objetivos.

Agradeço ao Programa de Pós- graduação em Geografia, o PPGeo, pela oportunidade dada a mim de ser mestranda do curso que tanto amo. Ao meu orientador Sergio Cardoso de Moraes pela paciência e pelas orientações que não se resumiram apenas ao mestrado, pois irei levar pelo resto da vida. Ao SGT PM Odebi Gomes Pereira pelo apoio incondicional nos momentos difíceis de conciliar meu serviço como policial e a vida acadêmica, obrigada por não desistir de mim, o senhor tinha toda razão e é por isso que o senhor faz parte desse momento.

Às famílias ribeirinhas que me receberam muito bem nas ilhas, e partilharam muitas informações que me ajudaram a concluir o trabalho. Ao IDATAM e a ECO, que foram as empresas ligadas ao INCRA, que me ajudaram nas dúvidas sobre os assentamentos.

Enfim, a todos que contribuíram de alguma forma para que este trabalho fosse possível de acontecer. Foram momentos difíceis e muitos percalços pelo caminho que somente Deus e minha família puderam presenciar. Muitas lágrimas, muitos ensinamentos e muita ajuda que hoje se transformam em uma realização, com a conclusão deste trabalho.

Muito obrigada!

*Voltamos assim à pergunta pelo ser: o ser do ente, das coisas, do mundo, do ser humano. Do ser que permanece e ao mesmo tempo sobrevém, se reconstitui e se projeta em um mundo em vias de complexização do real, do pensamento, do tempo e das identidades.[...]*

Enrique Leff

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo “mapear” as ações e representações ribeirinhas no entorno do rio Tucumanduba, em Abaetetuba-PA. Esse rio é um dos principais afluentes do rio Pará e, abrange cinco projetos de assentamentos agroextrativistas, nove comunidades e um modo de vida singular que representa, não somente, a cultura histórica ribeirinha amazônica, mas também, a carga identitária local do homem com seu meio, desmistificando a ideia de cultura ribeirinha tradicional e homogênea. A pesquisa realizada pauta-se em metodologias que levam em consideração duas principais práticas no território do rio Tucumanduba. A primeira, as **ações** ligadas às atuações/ausências governamentais e a segunda, as **representações** territoriais que nascem da história, por meio do convívio e modos de vida das comunidades. As ações concernem aos projetos desempenhado pelo INCRA, a assistência social às famílias e os incentivos econômicos para a produção das atividades da pesca e a extração do açaí, que possuem grande relevância local, devido as potencialidades naturais das ilhas. Já as representações, dizem respeito aos elementos que formam o território e o modo como eles contribuem para a territorialização em um determinado espaço que passa a ser dotado de personalidade. Essa dualidade cria uma complexidade espacial e territorial, que as abordagens teóricas bem como, as análises empíricas deste trabalho ajudam a compreender e explicar.

**Palavras-Chave:** Ações; representações; rio Tucumanduba; território; ribeirinhos.

## ABSTRACT

This work aims to “map” riverside actions and representations surrounding the Tucumanduba river in Abaetetuba – Pa. It is one of the main rivers in Pará and includes five agro-extractive settlement projects, nine communities and a particular way of life representing the historical riverside culture Amazon, as well as, the identity inheritance of man and his environment. This survey is based on methodologies that consider two main practices in the river territory: the actions and the representations. The first related to appointments that involves the government actions/absences. The second related the territory representations that arise from the history of the socializing and community livelihoods. the INCRA projects, the social services, the families, the economic subsidies for the production of fishing activities and açai extraction depicts the actions. The whole territory, the riverside life and its contribution to the territorialization to form a determined space depicts the representations. This work help us to comprehend the duality of the spatial and territorial complexity by theoretical and methodological foundations, as well as, empirical analyses.

**Key-Words:** Action; representation; Tucumanduba river; territory; Riverside.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1:Caracterização descritiva das áreas de Abaetetuba .....	23
Quadro 2:Produção e comércio no Rio Tucumanduba.....	36
Quadro 3:Modalidades criadas pelo INCRA.....	75
Quadro 4: Moradores entrevistados.....	81
Quadro 5: Organização das comunidades nas áreas do rio Tucumanduba.....	94
Quadro 6: Afluentes do rio Tucumanduba .....	95
Quadro 7: Comunidades do rio Tucumanduba.....	100
Quadro 8: Período de colheita do açaí.....	115

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1:Dados da população de Abaetetuba entre 1970 a 2010.....	32
--	----

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Modelo que ilustra como eram os regatões .....	25
<b>Figura 2:</b> ruínas do engenho que ainda restou em abaetetuba.....	26
<b>Figura 3:</b> imagem da produção da cachaça .....	27
<b>Figura 4:</b> Uma das poucas olarias ainda existentes nas margens do rios .....	28
<b>Figura 5:</b> Visão geral do complexo Albrás-Alunorte.....	31
<b>Figura 6:</b> cachaça produzida em Abaetetuba .....	38
<b>Figura 7:</b> Olaria na beira do rio.....	39
<b>Figura 8:</b> Brinquedo de miriti .....	40
<b>Figura 9:</b> Círio de Nossa Senhora da Conceição.....	41
<b>Figura 10:</b> Pinturas Rupestres em Rochas no Parque Serra das Andorinhas, São Geraldo do Araguaia-PA.....	45
<b>Figura 11:</b> Ocupação da Amazônia entre os séculos XVI e XVII .....	49
<b>Figura 12:</b> Núcleos coloniais no período pombalino .....	52
<b>Figura 13:</b> Praça da República, com destaque ao Teatro da Paz no século XIX.....	55
<b>Figura 14:</b> Avenida Nazaré no período da belle époque, uma das mais importantes avenidas de Belém até os dias de hoje. ....	55
Figura 15:ribeirinho transitando no rio Tucumanduba.....	65
Figura 16:frente das empresas que trabalham em parceria com o INCRA .....	71
Figura 17:Documento do Incra, referente a Ação 8396 (PPA 2008-2011).....	79
<b>Figura 18:</b> Porto de Abaetetuba .....	84
<b>Figura 19:</b> Imagem dos arranjos e organização das moradias.....	85
<b>Figura 20:</b> A configuração rio várzea floresta.....	86
<b>Figura 21:</b> Retrato da existência de olarias na margem do rio .....	88
<b>Figura 22:</b> Modelo de rabeta mais comum entre os moradores .....	89
<b>Figura 23:</b> Casco e rabeta, ambas utilizam remo, mas apenas a rabeta tem motor. ....	90
<b>Figura 24:</b> A imagem acima é um croqui, produzido pelos ribeirinhos no projeto “Nova Cartografia Social da Amazônia” coordenada pelo Antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida em 2009, explica bem a lógica do Tucumanduba para os moradores, que define todos os lugar. ....	96

<b>Figura 25:</b> A igreja de nossa senhora de Guadalupe e Escola nossa senhora do Guadalupe, que são a referência da localização do médio Tucumanduba para as comunidades .....	97
<b>Figura 26:</b> Igreja de nossa senhora de Guadalupe .....	101
<b>Figura 27:</b> a presença das influências evangélicas nos rio Tucumanduba com a igreja pentecostal "Deus é amor" .....	102
<b>Figura 28:</b> Igreja Luz da Libertação.....	103
<b>Figura 29:</b> Redes utilizadas na pesca .....	108
<b>Figura 30:</b> Os matapis começam a ser retirados para a pesca .....	109
<b>Figura 31:</b> Ajeitando as redes para o início da safra .....	110
<b>Figura 32:</b> Muitas redes precisam de conserto e os pescadores trabalham em grupos para ajeitar o material.....	111
<b>Figura 33:</b> Casa que representa a Secretaria da Colônia Z-14 no rio Tucumanduba .....	112
<b>Figura 34:</b> Redes recolhidas ao termino do período de safra.....	113
<b>Figura 35:</b> Máquina de produzir açaí .....	114
<b>Figura 36:</b> O rio Tucumanduba e seus significados .....	118
<b>Figura 37:</b> Representações que formam o Território ribeirinho.....	119
<b>Figura 38:</b> Território do Rio Tucumanduba e a dualidade quanto suas territorialidades.....	120

### **LISTA DE MAPAS**

<b>MAPA 1:</b> Localização de Abaetetuba e suas Ilhas .....	22
<b>MAPA 2:</b> Rodovias do baixo Tocantins (SETRAN/PA, adaptado por FERRANTI, 2013) ...	29
<b>MAPA 3:</b> Localização dos engenhos de 1960-1987 em Abaetetuba e Igarapé-Mirim.....	35
<b>MAPA 4:</b> Localização dos moradores entrevistados no rio Tucumanduba.....	82
<b>MAPA 5:</b> Divisão do Rio Tucumanduba e suas principais Ilhas.....	93

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIações**

**CEB-** Comunidades Eclesiais de Base

**IBGE-** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IDESP-** Instituto de Desenvolvimento Econômico- Social do Pará

**PA-** Rodovia Brasileira do Estado do Pará

**BR-** Rodovia Federal Brasileira

**NAAC-** Nippon Amazon Aluminium Company

**CVRD-** Companhia Vale do Rio Doce

**PIN-** Plano de Integração Nacional

**PND-** Plano Nacional de Desenvolvimento

**PDA-** Plano de Desenvolvimento da Amazônia

**POLAMAZONIA-** Programa de Polos Agropecuários e Agro minerais da Amazônia

**UHE-** Usina Hidroelétrica

**ALBRAS-** Alumínio Brasileiro

**ALUNORTE-** Alumina do Norte de Brasil

**IDATAM-** Instituto de Assistência Técnica da Amazônia

**ATER-** Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural

**ECO-** Consultoria, Planejamento e Projeto Ltda

**INCRA-** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**GPS-** Global Positioning System (sistema de posicionamento global)

**PAE-** Projeto de assentamento Agro Extrativista

**PRONERA-** Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

**ENERA-** Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária

**UNB-** Universidade de Brasília

**MST-** Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra<sup>7</sup>

**Unicef-** Fundo das Nações Unidas para a Infância

**Unesco-** Fundo das Nações Unidas para a Ciência e Cultura

**TAU-** Termo de Autorização de Uso

**PPA-** Plano Plurianual

**RGP-** Registro de Pescador Profissional Artesanal

**Z-14** Área de pesca. Em Abaetetuba é a Zona 14

# Sumário

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>1. ABAETETUBA E SUAS ILHAS: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E DADOS LOCAIS .....</b>	<b>19</b>
1.1. FORMAÇÃO TERRITORIAL DE ABAETETUBA .....	19
1.2. LOCALIZAÇÃO E DADOS FÍSICOS .....	21
1.3. DINÂMICAS SÓCIO ESPACIAIS: UM HISTÓRICO DE AGENTES E PROCESSOS OCORRIDOS.....	24
1.4. GRANDES PROJETOS NA AMAZÔNIA: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS SÓCIO ESPACIAL EM ABAETETUBA .....	30
1.5. AS ILHAS E A POPULAÇÃO RIBEIRINHA COMO AGENTE E SUA IMPORTÂNCIA NO PROCESSO HISTÓRICO DE ABAETETUBA.....	33
1.6. “TERRA DOS BRINQUEDOS DE MIRITIS” E “TERRA DA CACHAÇA” : UMA ANÁLISE DA CULTURA EXPRESSIVA VINDA DA BEIRA DO RIO.....	37
1.6.1. Cachaça .....	38
1.6.2. Cerâmica .....	38
1.6.3. Brinquedo de miriti.....	39
1.6.4. Manifestações religiosas.....	40
<b>2. POPULAÇÕES DA AMAZÔNIA: A HISTÓRIA PARAENSE RELACIONADA COM A FORMAÇÃO CULTURAL RIBEIRINHA .....</b>	<b>42</b>
2.1. PERÍODO PRÉ- COLONIAL .....	43
2.2. COLONIZAÇÃO PARAENSE (1616).....	47
2.3. O CICLO DA BORRACHA (1879-1942).....	53
2.4. O PROJETO DE INTEGRAÇÃO AMAZÔNICA (1970) .....	58
<b>3. TERRITÓRIO/ TERRITÓRIOS: DIALOGOS PARA UMA CONCEPÇÃO AO RIO TUCUMANDUBA E SUAS ILHAS .....</b>	<b>61</b>
<b>4. TERRITÓRIO RIBEIRINHO: UM MAPEAMENTO DAS AÇÕES, REPRESENTAÇÕES E CONFLITOS NO RIO TUCUMANDUBA EM ABAETETUBA-PA .....</b>	<b>68</b>
4.1. METODOLOGIA E APLICABILIDADE: OS PROCESSOS E DESAFIOS.....	68
4.2. MAPEAMENTO DAS AÇÕES: ATORES INTEGRANTES E SUAS INTENCIONALIDADES NAS ILHAS DO RIO TUCUMANDUBA .....	70
4.3. MAPEAMENTO DAS REPRESENTAÇÕES: UMA ANÁLISE DO TERRITÓRIO RIBEIRINHO .....	80
4.3.1. Explorando o lugar (es) do ribeirão .....	83
4.3.3. Religiosidade .....	98
4.3.4. Principais atividades .....	104
4.3.5. Tempo-espaço no modo de vida .....	115

<b>4.3.6. Refletindo sobre o mapeamento das ações e representações no rio Tucumanduba.....</b>	<b>117</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>121</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>123</b>

## INTRODUÇÃO

Abaetetuba é um município abrangido de várias potencialidades que definem seu território e transpõe sua história, cultura e identidade. Grande parte dos elementos que constituem este lugar estão relacionados as ilhas que abrangem o município e que possuem papel importante na produção, rentabilidade e cultura local.

O arcabouço cultural deste município é vasto, e, está ligado tanto aos recursos naturais, típicos da região amazônica, quanto a uma dinâmica de relação das populações que nela vivem e produzem no espaço as características do seu modo de vida. E, em se tratando as áreas diretamente relacionadas aos rios, como as ilhas, é intrínseca a ligação das águas com o modo de conduzir suas vidas porque suas atividades, seu tempo e as ações estão fixados ao meio habitado.

São 72 ilhas e 35 colônias que abrangem Abaetetuba, e, elas são fatores fundamentais ao contexto estrutural do município, pois muitas das produções existentes como a pesca e a extração do açaí, são fornecidas pelas atividades exercidas historicamente pelos ribeirinhos, e que hoje são fomentos para a economia local.

O que deve ser observado é que essas atividades nascem de um lugar, revestido de cultura, comportamentos e modo de vida relacionados ao contexto do espaço vivido, o qual se difere daquele encontrado no ambiente urbano tido na sede municipal que é Abaetetuba.

Desse modo, para compreendermos de que forma o território ribeirinho é manuseado tanto pelas práticas sociais no espaço das ilhas quanto pelas ações governamentais diante da importância econômica destas, que este trabalho propõe “mapear” as ações e as práticas exercidas nas ilhas, tendo como foco as comunidades existentes no rio Tucumanduba.

A escolha do rio Tucumanduba como objeto de estudo parte primeiramente da necessidade de encontrarmos uma área de estudo que revele as ações e práticas nas ilhas e segundo é pela relevância que este local tem principalmente a força e as articulações das comunidades por meio dos movimentos sociais, o que demonstra o sentimento de pertencimento e identidade que estes possuem e o desejo de valorização quanto comunidade dotada de personalidade.

O rio Tucumanduba é um afluente do rio Pará e sua extensão está dividida em alto, médio e baixo Tucumanduba que possui várias comunidades católicas as suas margens, constituídas

das antigas Comunidades Eclesiais de Base-CEB's. o rio Tucumanduba também abrange a primeira escola das ilhas, que foi construída após várias pressões dos ribeirinhos por direito de escola nas ilhas, pois antes era preciso de deslocar até a cidade de Abaetetuba para ter acesso à educação.

As populações amazônicas ribeirinhas ainda precisam de políticas que considerem seu território não somente como um território denso de potencialidades naturais, mas sim, daquelas que vislumbrem a importância do olhar, o olhar de percepção do lugar, conceito utilizado na geografia que contribui na metodologia de observação do pesquisador, para assim analisar se essas populações vivem como lhe são de direito aplicados nas normas vigentes na Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81) quando refere as populações tradicionais, buscando sempre relacionar os meios físicos, jurídicos e de organização do espaço com as ações humanas que com eles interagem.

Diante de um território dotado de história, identidade e organização, o rio Tucumanduba se tornou propenso a pesquisa que traz em seu bojo a importância dos ribeirinhos no contexto histórico-cultural amazônico, pois a origem de costumes e práticas adquiridas é consequência dos elementos ambientais naturais que propiciou a sociedade paraense deste antes da colonização a viver e formar territórios de acordo com o meio.

Diante do contexto ribeirinho das ilhas do rio Tucumanduba, bem como sua importância para a estrutura do município de Abaetetuba, levantamos as seguintes inquietações que impulsionaram os estudos a pesquisar de onde podemos encontrar as justificativas e influências das práticas ribeirinhas nas ilhas de Abaetetuba? Quais as ações e estratégias governamentais que influenciam na vida dos ribeirinhos? E, quais as práticas no rio Tucumanduba que justificam a formação do território ribeirinho?

Sob as perspectivas abrangida pelas inquietações, a construção desta pesquisa não é meramente descritiva, e, ela buscar por meio da análise bibliográfica e trabalhos de campo no território ribeirinho, romper paradigmas reducionistas quanto a cultura ribeirinha, procurando expor e traduzir o além do pensamento idílico ao qual nos remetermos com o uso da palavra “população tradicional”, partindo para uma análise complexa sobre a importância das práticas ribeirinhas e o que elas representam.

É importante que a percepção frente as pesquisas no rio Tucumanduba sejam estruturadas por meio das discussões teóricas quanto os fundamentos territoriais, apreendido pela forma de vida, formação cultural e a forma de apropriação do espaço, sem deixar de abordar os pontos essenciais do território ligado aos fatores políticos, econômico, religioso e ambiental. Os elementos territoriais se traduzem em uma organização complexa, frente o desencadeamento produtivo gerado pela simples atividade ribeirinha ligado as suas necessidades de subsistência, que acabam sofrendo intencionalidades políticas e econômicas dentro de suas áreas.

Dessa forma, compreender a sociedade ribeirinha é um dos primeiros passos para a obtenção de conhecimento científico que leve em consideração os saberes culturais e as práticas das populações de várzea que representam um território dotado de identidade própria que sofre múltiplas ações e intervenções políticas e econômicas sobre suas áreas, diante de suas potencialidades.

Nesse sentido, o estruturamos os objetivos da pesquisa da seguinte forma:

Objetivo geral:

- Mapear as ações e representações no território ribeirinho do rio Tucumanduba em Abaetetuba-PA

Tendo como objetivos específicos:

- Relacionar as representações ribeirinhas com as influências da formação territorial paraense ;
- Mapear as ações endógenas do governo e de políticas de intervenção no território ribeirinho;
- Construir as representações de acordo com as práticas exercidas nas comunidades do rio tucumanduba.

O corpo da dissertação foi estruturado em quatro momentos, sendo o primeiro intitulado “**Abaetetuba e suas ilhas: uma análise histórica e dados locais**”, o qual abordara, respectivamente, a formação territorial do município de Abaetetuba, bem como de suas ilhas, a localização e dados físicos do lugar, as dinâmicas sócio espaciais que concerne em um histórico de agentes e processos ocorridos no espaço.

Ainda abordaremos no primeiro capítulo os grandes projetos na Amazônia, levando em consideração suas causas e consequências sócio espacial em Abaetetuba, as ilhas e a população

ribeirinha como agente e sua importância no processo histórico de Abaetetuba, observando os acontecimentos históricos ligados ao rio Tucumanduba, e, por último, o tópico intitulado “terra dos brinquedos de miritis” e “terra da cachaça”: uma análise da cultura expressiva vinda da beira do rio.

No segundo capítulo intitulado “**Populações da Amazônia: a história paraense relacionada com a formação cultural ribeirinha**”, abordaremos o período pré-colonial, mostrando informações quanto ao modo de vida e organização territorial da sociedade primitiva paraense, depois trabalharemos a colonização paraense (1616) trabalhando a reorganização do território paraense após a chegada dos colonizadores.

Em sequência, abordaremos, ainda no segundo capítulo, a importância do ciclo da borracha (1879-1942) que trouxe novas migrações para as áreas de concentração do trabalho, gerando a implantação de alguns costumes, bem, como a adaptação destes a cultura de rio no Pará, e, por último o projeto de integração amazônica (1970) e as consequências das políticas governamentais que geraram novos rumos para a cultura de rio.

No terceiro capítulo “**Território/ territórios: diálogos para uma concepção ao rio Tucumanduba e suas ilhas**” discutiremos algumas concepções quanto território/territórios e suas origens, bem como trabalhamos a diferenciação entre território e territorialidade mostrando como ocorrem e suas principais características para que possamos compreender o capítulo seguinte que abordará o território ribeirinho.

No quarto e último capítulo “**território ribeirinho: um mapeamento das ações, representações e conflitos no rio Tucumanduba em Abaetetuba-PA**” traremos os resultados do estudo de caso nas ilhas do rio Tucumanduba que mostrara primeiramente as Metodologia e aplicabilidade: os processos e desafios durante a pesquisa de campo. Posteriormente, mostraremos o mapeamento das ações: atores integrantes e suas intencionalidades nas ilhas do rio Tucumanduba, que aborda a pesquisa feita junto as empresas que agem dentro das ilhas.

Dando continuidade ao quarto capítulo, abordaremos o **Mapeamento das representações: uma análise do território ribeirinho por meio do olhar ribeirinho** que está dividido no que consideramos como aspectos importantes para a representação do rio Tucumanduba elencados nos subtópicos: Explorando o lugar (es) do ribeirinho, O ordenamento territorial do rio Tucumanduba: a lógica dos lugares, religiosidade, principais atividades, tempo-espaço no modo de vida, principais comunidades do rio Tucumanduba, e, por último,

algumas discussões teóricas para completar o capítulo. Desejamos que a leitura contribua com reflexões e impulsionem futuros projetos voltados a discutir a temática do trabalho.

## **1. ABAETETUBA E SUAS ILHAS: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E DADOS LOCAIS**

### **1.1. FORMAÇÃO TERRITORIAL DE ABAETETUBA**

O município de Abaetetuba teve origem com a vila de Beja por volta de 1635 com o surgimento de uma aldeia de indígenas nômades chamados de Motiguar, do Marajó. Foi denominada Samaúma pelo então governador Francisco Monteiro, porém tempos depois tornou-se freguesia com o nome de São Miguel de Beja. Neste mesmo período mais 61 freguesias foram fundadas no Pará.

De acordo com Tavares (2008), no século XVIII a política pombalina transformou as freguesias em vilas, do mesmo modo como eram denominadas as cidades em Portugal, retirando os nomes indígenas das antigas freguesias.

Francisco Monteiro, na época, ganhou uma sesmaria a sua escolha na região do baixo Tocantins e decidiu em 1775 junto a sua família embarcar a procura de um lugar que lhe servisse para estabelecer sua sesmaria. Porém antes de chegar em Beja um temporal interrompeu sua viagem e o fez chegar uma ponta de terra chamada Jarumã, as margens do rio Marataúira. Nesse local constituiu uma capela de taio e barro para materializar seu local fixo, mas não durou muito tempo por não ter encontrado as chamadas “terras ricas” em cravo, que era considerada drogas do sertão. Desiludido, Francisco retornou para Belém com sua família e abandonou as terras.

Em 1773, famílias vindas do Marajó se instalaram na abandonada sesmaria dando início a um povoado, tendo como destaque Manoel Raposo, que reconstruiu a capela de nossa senhora da conceição e trabalhou em prol do povoado e a partir daí alinhou-se a origem de várias casas que deram origem a primeira rua do município, hoje chamada de travessa Pedro Rodrigues. Próximo a sua morte, Manoel doou à mitra a Diocesana.

Tavares (2008) afirma que em 1832, de acordo com o Código de Processo Penal da época, a organização político administrava foi diretamente interferida e mudanças significativas ocorreram, pois, vilas foram extintas, outras classificadas apenas como lugares, e algumas

viraram sedes de municípios. Abaetetuba deixa de ser vila e passa a ser classificada como lugar no ano de 1833, junto aos municípios de Acará, Alenquer, Curuçá, Portel, Salvaterra e Soure. Nesse momento, a província do Pará encontrava-se fragmentada em Comarcas, Termos, Municípios e Freguesias, totalizando 47 municípios. (p.64)

Em 1839, a freguesia de Beja perdeu sua autonomia e foi fixada a Abaeté, onde, em 1883 foi nomeada Vila, formando assim o município de Abaete. Já em 1895, o então governador Lauro Sodré eleva o município a condição de cidade, pelo decreto de Lei nº 334.

Quando ainda era povoado, Abaetetuba era chamada de “Povoado de Nossa Senhora da Conceição do Abaete”, que, logo, foi abreviada para Abaete, e não perdurou por muito tempo, pois, não poderia haver no Brasil mais de uma cidade ou vila com o mesmo nome, portanto passou a se chamar Abaetetuba, que origina do tupi e significa “lugar de abundância”.

Abaetetuba chegou a ser território anexado à capital do estado, Belém, de 1880 até 1884. De 1844 a 1877, integrou-se a Igarapé Mirim, tendo autonomia novamente logo depois. Em 1895 é elevada à categoria de vila, e a partir de 1944 passa a denominar-se definitivamente de Abaetetuba.

É importante salientar que no período que corresponde a Revolução da Cabanagem (1835-1840), muitos cabanos abandonaram suas casas localizadas à margem dos rios para adentrar as matas das florestas, a fim de fugir das perseguições que sofriam. Muitos índios também tiveram a mesma ação, ocasionada pelo período de iminente extração do látex, e ainda, a população de grupos negros também partiram em direção ao interior com o objetivo de formar quilombos. Nas ilhas que constituem o território Abaetetubense não esteve isento desses processos de desocupação e muitas áreas de várzea ficaram abandonadas, e em consequência, aos poucos passaram a surgir novas ocupações, as quais geraram outros processos de territorialização às margens dos rios.

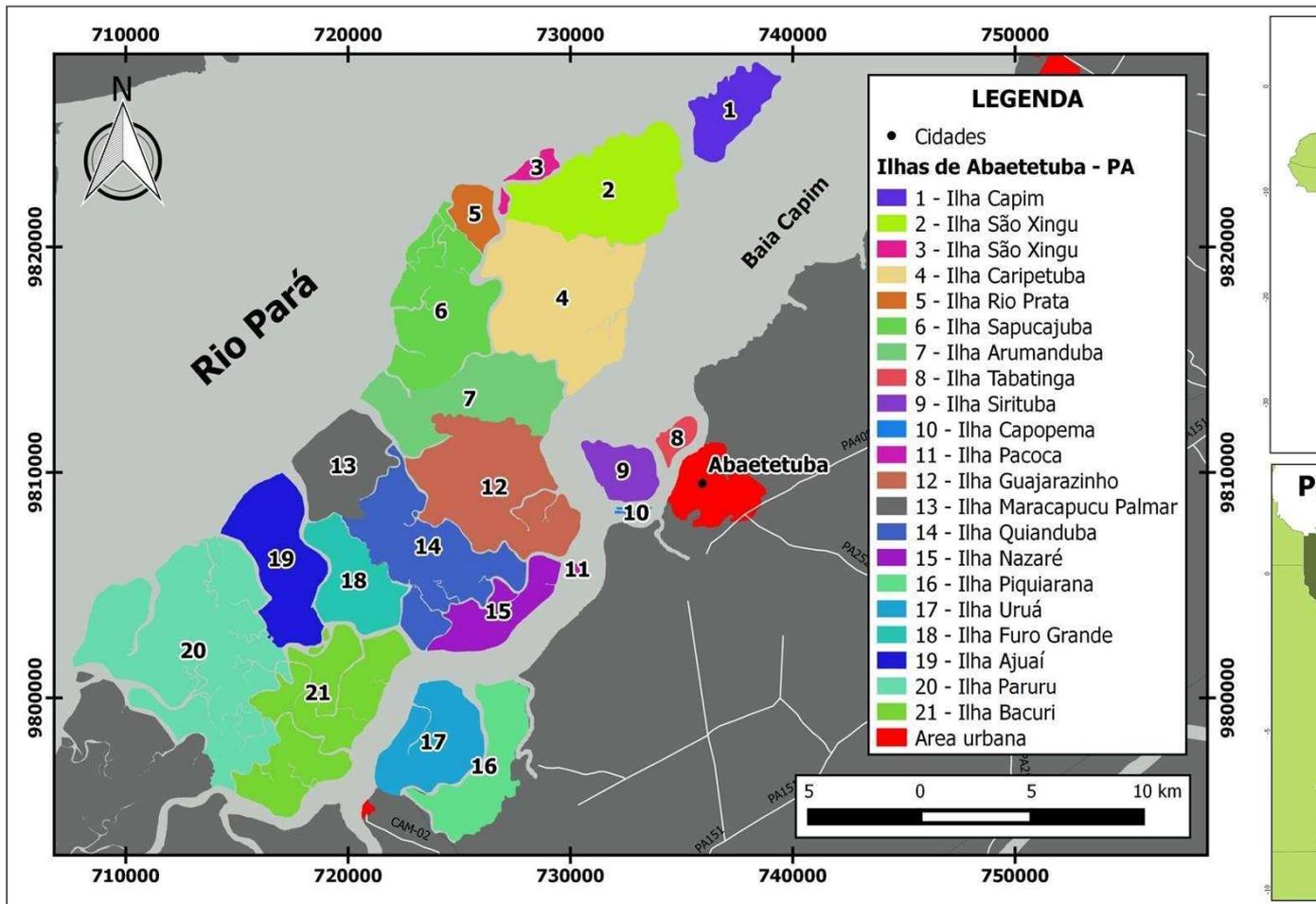
Abaetetuba é um território de formação territorial antigo que agregou a sua extensão um total de 72 ilhas, e, passou por processos de ocupações portuguesa indígenas, e até como morada de africanos e cabanos em tempos de repressão política. Suas ilhas fazem parte dessa história e a população ribeirinha que atualmente nelas residem precisam ser compreendidos quanto dimensão cultural, território de fluxos e fixos e constituinte de personalidade no que concerne suas atividades e demais ações relacionadas entre o homem o rio e seus costumes.

## 1.2. LOCALIZAÇÃO E DADOS FÍSICOS

O município de Abaetetuba, localizado do nordeste paraense à 01° 43' 24'' de latitude Sul e 48° 52' 54'' de longitude a Oeste de Greenwich, possui uma extensão de aproximadamente 1.611 km<sup>2</sup>. Seu limite ao Norte são os rios Pará e o município de Barcarena, ao leste, o município de Moju, ao Sul encontra-se os municípios de Igarapé Mirim e ainda parte do Moju, e ao Oeste, os municípios de Igarapé Mirim, Limoeiro do Ajuru e Muaná.

Abaetetuba está inserido na mesorregião do nordeste paraense que compreende cinco microrregiões: Bragantina, Guamá, Salgado, Tomé-Açu e Cametá, sendo essa última a que corresponde o município de Abaetetuba. A microrregião de Cametá, além de Abaetetuba, engloba mais seis municípios, e, são eles: Cametá, Baião, Igarapé Mirim, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará). Abaetetuba é um dos menores municípios do Pará, e também é formado pelo distrito da Vila de Beja, com sede em Abaetetuba.

MAPA 1:Localização de Abaetetuba e suas Ilhas



Hoje, Abaetetuba, segundo o IBGE (2013), possui uma população estimada de 148. 873 habitantes, distribuídos na cidade e nas 72 ilhas que constituem o município. As principais atividades econômicas locais concentram-se na pesca, agricultura com a mandioca, coco, miriti e bacaba, o setor agroflorestal, sendo o segunda maior produtora do estado com a produção do açaí do Pará, e a 3º maior produtora de bacuri e cupuaçu, e a maior produtora de manga.

Quadro 1:Caracterização descritiva das áreas de Abaetetuba

<b>CARACTERIZAÇÃO DESCRITIVA DAS ÁREAS DE ABAETETUBA</b>		
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>AREAS QUE ABRANGEM SEU TERRITÓRIO</b>	<b>REGIÃO DAS ILHAS</b>
<b>ABAETETUBA (SEDE)</b>	<b>DISTRITO DA VILA DE BEJA E 72 ILHAS (REGIÃO DAS ILHAS)</b>	<input type="checkbox"/> Tucumanduba <input type="checkbox"/> Maracapucu <input type="checkbox"/> Ajuai <input type="checkbox"/> Guajaraúna <input type="checkbox"/> Caeté <input type="checkbox"/> Murutinga <input type="checkbox"/> Colônia Nova <input type="checkbox"/> Colônia Velha <input type="checkbox"/> Tauerá de Beja <input type="checkbox"/> Pontilhão <input type="checkbox"/> Curuperé-Miri <input type="checkbox"/> Itacuruçá <input type="checkbox"/> Quianduba <input type="checkbox"/> Santa Terezinha <input type="checkbox"/> Campompema <input type="checkbox"/> Paramajó <input type="checkbox"/> Piratuba <input type="checkbox"/> Urubuéua <input type="checkbox"/> Sirituba <input type="checkbox"/> Abaetezinho

Fonte: IBGE, 2013 (ADAPTADO )

Os solos que predominam é o latossolo amarelo distrófico com a textura média, em associação entre podzolhidromórfico e aos concrecionários lateríticos, indiscriminados distróficos em relevo plano. Já nas ilhas há presença, em algumas partes de solos gleyseutóficos e distróficos e

aluviais eutróficos e distróficos de textura indiscriminada. A vegetação, em sua origem é representada pela floresta hileiana de grande porte, que consiste em uma floresta densa de terra firme, porem hoje ela é foi modificada, praticamente inexistindo e passando a predominar a floresta secundária, intercalada aos cultivos agrícolas da região. Nas áreas de várzea, há presença de espécies ombrófilas latifoliadas, que intercalam com as palmeiras, as quais nasce o fruto do açaí, espécie de grande importância a economia local e subsistências das famílias ribeirinhas.

Abaetetuba tem seus terrenos localizados na margem direita no que correspondo ao trecho do baixo rio Tocantins, com cotas que oscilam entre cerca de 5 a 20 metros. A região é constituída por terrenos sedimentares do Terciário Quaternário, tanto antigo quanto recente, refletindo não somente na porção continental, mas também a porção que corresponde a insular, uma grande simplicidade na forma de relevo, sendo que, em algumas áreas formam amplos tabuleiros pediplanados, formam os terrenos mais recentes, implementados na unidade morfoestrutural do planalto rebaixado do baixo Amazonas.

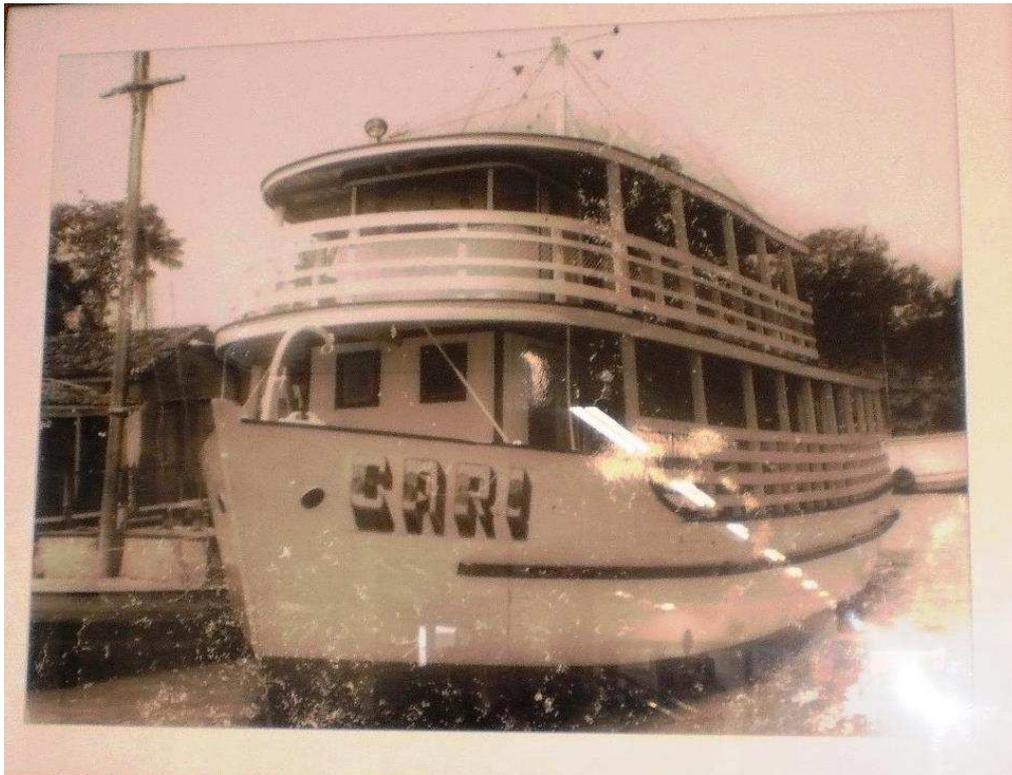
Seu clima predominante é úmido e apresenta altas temperaturas, amplitudes térmicas e precipitações abundantes. Em relação a hidrografia, o principal rio de Abaetetuba é o rio Pará e em sua extensão destacam-se várias ilhas do município, como por exemplo, Urubueua, Sirituba, Capim, Campopema, dentre outros. Outro rio importante é o rio Abaeté, o qual banha a sede do município e desagua na baía do Capim, e os rios que desaguam nessa baía são respectivamente, o Guajará de beja, Arapiranga de beja e o Arienga, sendo este o rio que faz limite, a nordeste, com Barcarena.

### 1.3. DINÂMICAS SÓCIO ESPACIAIS: UM HISTÓRICO DE AGENTES E PROCESSOS OCORRIDOS

Abaetetuba e suas ilhas possui um histórico bastante significativo, principalmente no que refere aos aspectos econômicos, tanto para a economia paraense, quanto a economia exterior. Para a abordagem não perder o seu objeto de estudo, iremos mostrar as estratégias econômicas locais mais expressivas e que até hoje encontra-se arraigada na formação territorial e da paisagem do município como um todo e influenciaram na dinâmica sócio espacial do município.

Uma das primeiras formas de circulação de capital em Abaetetuba foi o “regatão”, que segundo Ferranti (2013), eram embarcações à vela que iam do alto Tocantins ao baixo Tocantins levando mercadoria como cachaça, mel, rapadura e outros produtos para vender nas cidades a preços bem mais altos do que estes valiam e seu auge foi entre 1945 a 1960. O comercio do Regatão foi responsável pelo surgimento de uma classe conhecida como “marítimos”, que eram senhores que

vislumbravam e alguns já tinham alto poder aquisitivo e prestígio social adquirido pelo mercado do “regatão”.



**Figura 1:** Modelo que ilustra como eram os regatões

**Fonte:** [ademirhelenorocha.blogspot.com](http://ademirhelenorocha.blogspot.com), 2010

O regatão ainda perdurou até o início da década de 80, devido a expressividade para além da economia local, mas também cultural, pois os “marítimos” faziam grandes doações as igrejas e patrocinavam as festividades religiosas, por isso eram conhecidos como “benfeitores”. Porém, essa atividade teve seu fim após a abertura das rodovias amazônicas o que fez aumentar as vias de acesso e outras formas de transportar mercadorias, o que reduziu os pedidos, e o aumento do petróleo também acabou por inviabilizar o percurso das embarcações pelo alto custo e baixo rendimento que elas trariam. Muitos regateiros fixaram comércio na cidade de Abaetetuba para não perder mercadorias e continuar a trabalhar nesse ramo, mas também houve aqueles que preferiram mudar de atividade econômica.

Outra atividade econômica de Abaetetuba foi a produção de “aguardente”, mais conhecida como cachaça. Essa produção econômica tem grande importância não apenas de mercado, mas também cultural e se perpetuou como um dos símbolos mais marcantes da cidade.

Essa atividade teve seu apogeu no final da década de 60 com participação significativa na economia paraense, nesse período. Para que a produção da aguardente ocorresse, eram utilizados lugares conhecidos como casa de engenho, que recebiam grande quantidade de cana de açúcar, matéria-prima essencial para preparação da bebida. Diante da grande necessidade da cana, era comum ver nesse período uma excessiva exploração de mão- de- obra para com as famílias que habitavam as áreas de várzea em Abaetetuba, em detrimento delas cultivarem um dos principais elementos da aguardente.

Segundo Souza (2009) Abaetetuba chegou a ter o “maior número de indústrias no estado do Pará”, pois dentre as 282 indústrias de engenho existentes, 37 eram em Abaetetuba (Instituto de Desenvolvimento Econômico- Social do Pará- IDESP, 1970) e muitos “Coronéis do engenho” enriqueceram com essa produção em Abaetetuba e daí nascem as primeiras famílias de empresários influentes no nordeste paraense.

Anos mais tarde com a produção de aguardente industrializada, que eram produzidas em maior escala e mais barata, os engenhos caíram em decadência, existindo apenas um em Abaetetuba, o qual virou patrimônio tombado. Segundo Machado (2008) outros fatores de transformação sócio espacial contribuíram para o fracasso dos engenhos, como a abertura de estradas, que mudou a rota, antes feitas pelos rios, a quase total extinção da produção de cana-de-açúcar, e má qualidade da produção artesanal, devido as precárias condições de trabalho.



**Figura 2:**ruínas do engenho que ainda restou em abaetetuba

Fonte: Rui Santos, 2011)



**Figura 3:** imagem da produção da cachaça

Fonte: Rui Santos, 2011

A produção nos engenhos e a circulação dos regatões estavam interligados não somente pela produção e distribuição do mercado da cachaça mais também pela comercialização do açúcar moreno/mascavo, do mel e do açúcar branco que também eram produzidos nos engenhos graças ao grande cultivo de cana de açúcar no território das ilhas.

Assim como o mercado do regatão e a produção da cachaça, o trabalho oleiro foi outra fonte econômica nesse período. Localizado ao longo das margens dos rios que constituem as ilhas, essas olarias trabalhavam com tijolos e telhas desde a década de 30 até a década de 80, mas, segundo Ferranti (2013), com a crise dos anos 90, devido ao esgotamento das jazidas de argila e os altos custos para manter as olarias que mantinham pouca modernização, esse comércio decaiu, restando poucas delas nas ilhas até os dias de hoje.



**Figura 4:** Uma das poucas olarias ainda existentes nas margens do rios

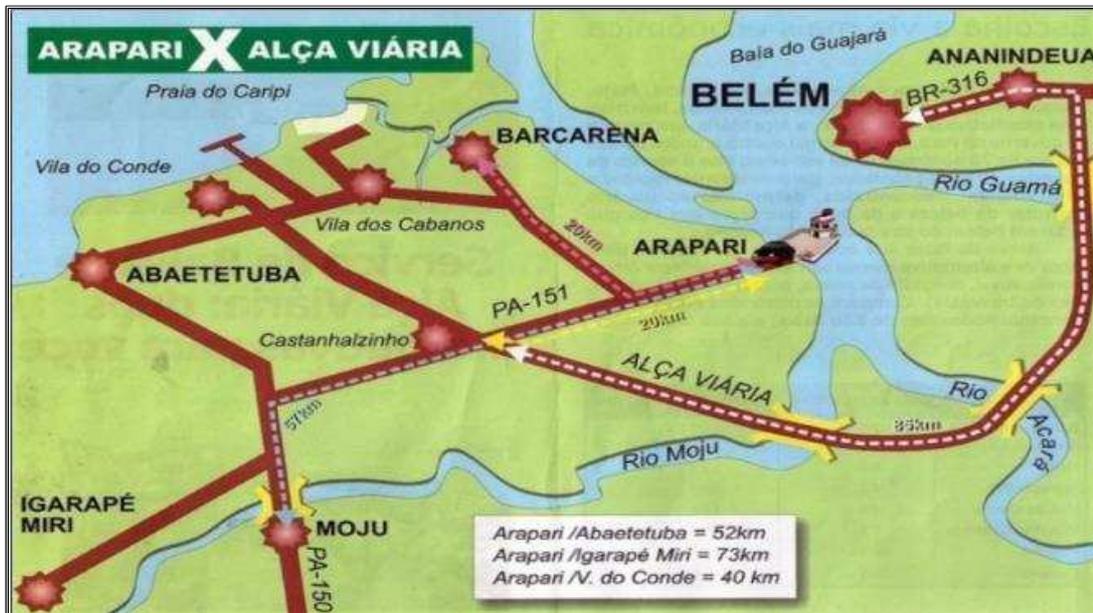
**Fonte:** Gonçalves, 2015

A economia Abaetetubense estava muito ligada aos rios, e os ribeirinhos muito contribuíam tanto para produção, ou cultivo da matéria- prima, quanto para venda e consumo, que ocorria frequentemente no porto da cidade, local esse que era o centro de circulação de pessoas e mercadorias. Não eram somente os ribeirinhos das ilhas que participavam do processo, pois pessoas de outros municípios como Barcarena e Iguarapé-Miri, chegavam em barcos, rabetas ou cascos, para buscar atendimento médico, fazer visita a familiares, comprar produtos para consumo, vender a produção oriunda do cultivo de suas plantações e também da pesca, como o camarão e principalmente o peixe.

Segundo Ferranti (2013), os rios eram a principal via de acesso entre os municípios e na década de 80, pois “diariamente, cerca de 1.000 a 1.200 embarcações (...) chegavam e partiam do porto de Abaetetuba [...]” (P.36). Então, por muito tempo Abaetetuba teve sua dinâmica territorial ligada aos fluxos fluviais, sendo seu porto o “centro da vida cotidiana do município”. (SOUZA, 2009; P.40)

O porto passou a perder sua importância após a abertura de rodovias, como a PA-151, a PA-252, a PA-457, PA-150, sendo que essas duas últimas ligam os municípios do nordeste paraense ao sudeste do estado. Assim, as viagens antes feitas pelos rios, que demoravam várias horas ou dias, deixaram de ter grande valor, pois os transportes terrestres pelas rodovias ligavam os espaços em menor escala de tempo.

**MAPA 2:** Rodovias do baixo Tocantins



Atualmente, para ter acesso à capital, pode-se optar por seguir na PA-151 até o Porto Arapari, onde saem embarcações que vão diretamente para Belém. Outra forma de chegar à Belém é seguir na PA-252, onde foi construída a alça viária em 2000, que vai até Marituba pela BR-316, área já pertencente a região metropolitana da capital. Dessa forma, é notável que a construção de rodovias modificou a estrutura espacial dos municípios paraense, em especial Abaetetuba, assim como facilitou também o escoamento das principais matérias-primas, melhorando o fluxo econômico local com as demais regiões paraenses.

Desse modo, podemos resumir nas palavras de Souza (2009, p. 52) apud que Ferranti (2013, P. 37) que:

As cidades de Abaetetuba e Barcarena, até o início da década de 1970, eram centros urbanos ribeirinhos de médio e pequeno porte, típicos da região amazônica, cujas economias estavam centradas na exportação de produtos primários (agrícolas e extrativistas) e industriais (aguardente e cerâmica), que eram transportadas para Belém por intermédio do comércio local. (...) Abaetetuba assumiu a posição de centro microrregional, enquanto Barcarena, (...) a tarefa de centro local. (p. 37)

Após uma análise do histórico econômico de Abaetetuba, percebemos que suas atividades econômicas estavam estritamente ligadas as ilhas. E, não obstante, ainda hoje, o que movimenta a economia abaetetubense são produtos extraídos das ilhas como açaí e miriti, além de ser referência na produção de pesca que é atividade principal das famílias ribeirinhas. Portanto, Abaetetuba é um dos municípios que mais exporta no estado, tendo uma economia bastante forte que é agregada as ilhas, e atraiu empresas e grandes projetos para a cidade e suas adjacências.

#### 1.4. GRANDES PROJETOS NA AMAZÔNIA: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS SÓCIO ESPACIAL EM ABAETETUBA

As décadas de 60 e 70 foram significativas para a Amazônia, pois os grandes projetos ligados a programa do governo ditatorial de integração da região com o restante do país, entraram na região e vários municípios do Pará foram sede das empresas que investiram no potencial natural das florestas e rios amazônicos. Abaetetuba, por sua vez, também foi integrada à essa estratégia política do regime militar, e, sofreu grandes consequências em sua dinâmica sócio espacial.

Em Abaetetuba foram significativas as mudanças, com a implantação do projeto Albrás-Alunorte que nasceu de um acordo do governo brasileiro com uma associação de empresas japonesas, a Nippon Amazon Aluminium Company (NAAC), em parceria junto a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), com o objetivo de se criar um complexo voltado a produção de alumínio na Amazônia, tendo Vila do Conde, no município de Barcarena, como sede das empresas.



**Figura 5:** Visão geral do complexo Albrás-Alunorte

**Fonte:** Ricardo Borges Gonçalves

Devido Barcarena ser município vizinho de Abaetetuba, muitas consequências da construção refletiram na cidade. Uma delas foi o expressivo aumento demográfico, em consequência dos, aproximadamente, 14.000 mil trabalhadores que se deslocaram para a construção do complexo de indústrias do projeto.

Dentre o grande número de pessoas que migraram para a construção estão incluídos homens de outros municípios do estado e também muitos nordestinos, que buscavam oportunidade de emprego e melhores condições de vida. É importante destacar que dentre o contingente de pessoas que migraram, estavam famílias rurais e ribeirinhas que abandonaram seus terrenos em Abaetetuba com o mesmo objetivo dos demais que se deslocaram para a construção do projeto Albrás- Alunorte. Porém, o que realmente encontraram foi miséria e condições precárias de trabalho.

Tabela 1: Dados da população de Abaetetuba entre 1970 a 2010.

ABAETETUBA			
Ano	População	Porcentagem (%)	
<b>1970</b>	57.520	Urbana	34,2
		Rural	65,8
<b>1980</b>	74.545	Urbana	45,4
		Rural	54,6
<b>1990</b>	99.989	Urbana	56,4
		Rural	43,6
<b>2000</b>	119.072	Urbana	54,42
		Rural	40,58
<b>2010</b>	141.054	Urbana	58,8
		Rural	41,2

FONTE: IBGE: 1970,1980,1990,2000,2010

Em consequência do forte número de desempregados, houve uma modificação na dinâmica espacial, pois muitas famílias que abandonaram suas casas passaram a ocupar áreas próximas a construção da empresa, ou em municípios vizinhos. Para Abaetetuba, apesar da obra ter ocorrido em Barcarena, o forte processo de migração desestruturou a cidade que passou a ter muito mais prejuízos do que benefícios, já que gerou-se um crescimento populacional desordenado onde havia muita gente para pouco emprego, e, ao invés de desenvolvimento, foi a marginalização social e a degradação ambiental que evoluíram no município a partir desse momento.

Segundo Souza (2009), a construção das indústrias iniciaram em 1979 e perduraram ao longo da década de 80, criando uma forte estrutura tecnológica em Barcarena, o que chamou a atenção das pessoas que moravam no município, ou em áreas próximas, como Abaetetuba. Mas a medida em que as obras iam sendo concluídas, mais trabalhadores iam sendo dispensados, e, ao final, com a concretização da construção, apenas uma pequena porcentagem se manteve contratada, devido a qualificação exigida para trabalhar nas fábricas da Albrás-Alunorte, tendo elas chamado mão-de-obra especializada de outras regiões nacionais, como o sul e sudeste do país.

Atualmente o complexo é administrado pela empresa Norueguesa Hydro , que já era acionista do projeto, mas somente em 2011 adquiriu maior parte das ações (51%). E, mesmo depois de 30 anos se desenvolvendo em Barcarena, o projeto não apresentou até hoje significativas mudanças na qualidade de vida da população local, que ainda sofre consequências assim como Abaetetuba.

A população de Abaetetuba, segundo a tabela I quase duplicou e ainda não foi controlada pelas consequências do grande projeto Albrás-Alunorte. As ações governamentais que deveriam ter formulado políticas voltadas a estruturar o município por meio de serviços prestados como educação, saúde e habitação, ainda não suprem as necessidades básicas o que causa mazelas sociais e falta de assistência local. Mesmo com tantos ciclos econômicos importantes e grandes projetos na região, a sociedade local foi a que menos recebeu benefícios, mesmo com toda riqueza que foi e ainda é produzida na região.

#### 1.5. AS ILHAS E A POPULAÇÃO RIBEIRINHA COMO AGENTE E SUA IMPORTÂNCIA NO PROCESSO HISTÓRICO DE ABAETETUBA

A ligação entre as ilhas e as cidades de Abaetetuba é não por acaso, pois os rios não foram somente um meio para a chegada dos primeiros colonizadores à sede de Abaetetuba, como também era a área que abrigava o maior contingente de famílias nessa época, que viviam através do que seu meio lhe condicionava: a pesca a caça e a pequena agricultura.

Segundo Ferreira (2014)

A população ainda estava concentrada em maioria nas ilhas e os próprios núcleos urbanos próximos, como a cidade de Abaetetuba e Igarapé-Miri ainda não possuíam um contingente populacional suficiente para gerar uma demanda crescente de produtos oriundos das ilhas (à exemplo do que aconteceu com a aguardente pós década de 1960 e com o açaí a partir da década de 1990). Tal contexto possibilitava uma relativa autonomia em relação à escolha dos meios que a natureza oferecia na garantia da sobrevivência. (p. 72)

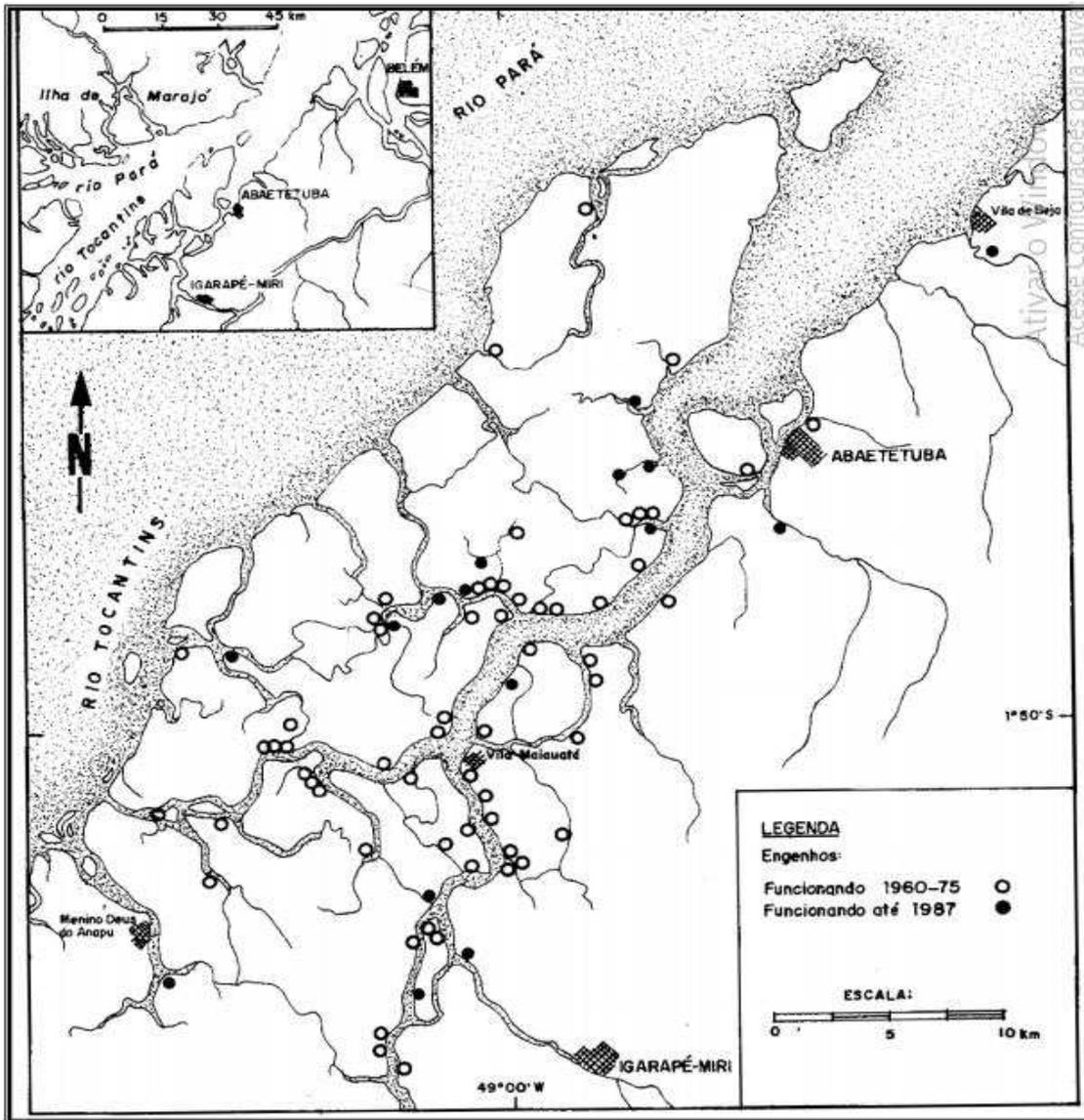
As ilhas tiveram grande importância na formação atual de Abaetetuba, pois foram elas que impulsionaram a economia, e trouxeram estrutura a sede que era, e, ainda é figura administrativa do município. As ilhas eram muito conhecidas pelos viajantes, empresários que chegavam no Pará, pois a dependência de uso dos rios como via para transitar de um lugar a outro facilitava o contato de muitos que passavam e de outros que enxergavam as potencialidades dessas áreas.

Foi por meio das potencialidades, das habilidades e oportunidades que atores externos passaram a se instalar nas ilhas e montar casas como indústrias para a produção de produtos, com o objetivo de obter proveito financeiro. É a partir desse momento que muitos ribeirinhos, foram levados a deixar de produzir apenas para seu sustento e de sua família e passaram a ser mão-de obra dos donos da produção.

As ilhas, antes da década de 1950, possuíam apenas algumas áreas de produção em larga escala. Mas é após o sucesso da produção da cachaça e das olarias que aumentou o número de casas de produção e as famílias ribeirinhas passaram a fazer parte desse processo tendo importante papel no ciclo de produção tanto da cachaça, quanto da cerâmica.

As olarias, como já citamos anteriormente no tópico 1.2.1, foi uma importante atividade que impulsionou a economia abaetetubense, mas foi a produção da cachaça que teve destaque, e, gerou uma mudança significativa na realidade dos ribeirinhos locais. Podemos visualizar, por meio da figura abaixo a posição que se encontravam alguns engenhos entre 1960- 1987 em Abaetetuba e no município vizinho Igarapé- Mirim.

MAPA 3: Localização dos engenhos de 1960-1987 em Abaetetuba e Igarapé-Mirim



fonte anderson 1991 apud ferreira 2014 -AJEITAR

Os engenhos se multiplicaram após a grande aceitação da cachaça abaetetubense pelo mercado nacional, e, esse ocorrido influenciou diretamente na dinâmica dos territórios ribeirinhos, até mesmo nas ilhas que estavam localizadas no entorno do rio Tucumanduba, é o que afirma o professor Ademir rocha, que é de Abaetetuba e estuda sobre a dinâmica história e ambiental da sua cidade. Segundo ele, o rio Tucumanduba era um polo comercial e industrial de "abaeté" e possuía os seguintes engenhos:

Quadro 2: Produção e comércio no Rio Tucumanduba

<b>PRODUÇÃO E COMÉRCIO NO RIO TUCUMANDUBA</b>			
<b>Engenho</b>	<b>Dono</b>	<b>Produção</b>	<b>localização</b>
Coronel hygino maués	Coronel hygino maués	Cachaça e mel	Rio tucumanduba
Coronel maximiniano guimaraes cardoso	Coronel maximiniano guimaraes cardoso	Cachaça e mel	As margens do rio tucumanduba
Irmãos reis e silva	Coronel Aristides reis e silva	Cachaça e mel	Rio tucumanduba
São José	Jose Honório roberto maués	Cachaça e mel	À margem direita do rio Tucumanduba
Pinheiro e irmão	-----	Cachaça e mel	Rio Tucumanduba
São Joaquim	Manoel silva	Cachaça e mel	Rio Tucumanduba
Antonio santos e irmão	-----	Cachaça e mel	Rio Tucumanduba
arquimima marques da silva	arquimima marques da silva	Açúcar e mel de cana/melaço	Rio Tucumanduba
Vista alegre	Jose Joaquim maues	Cachaça e mel	Rio Tucumanduba
Santa rita	Miguel pompeu maues	Cachaça e mel	Rio tucumandubazinho
Abel guimaraes	Abel guimaraes	Cachaça e mel	Furo grande
José maues	José maues	comercialização	Furo grande
Família Pacheco	-----	Cachaça	Furo grande

fonte: ademirhelenorochoa.blogspot.com.br (Adaptado)

Pela localização dos engenhos, percebemos que as ilhas foram um lugar muito bem aceito para a industrialização de produtos e no rio Tucumanduba não foi diferente. É importante ressaltar que dentro desses engenhos, entre 1922 e 1932 começou a aumentar a quantidade de escravos

alforriados que também passaram a trabalhar nessas casas. Eles moravam nas áreas pertencentes aos donos das casas de engenho e começaram a constituir relação com os rios, passando a fazer parte da história abaetetubense.

O cultivo da cana-de açúcar, ligada a produção da cachaça, também era uma atividade importante que era executada pelos ribeirinhos devido o saber empírico e facilidade que estes possuíam com o manejo e cultivo da cana. Segundo Ferreira (2014) o cultivo de plantação de cana-de-açúcar só foi possível pelas condições ambientais das áreas de várzea, pois os fluxos das mares mesmo não cobrindo a superfície, passava a penetrar as várzeas por meio dos igarapés, o que mantinha o solo úmido.

Sem o cultivo da cana, não seria possível a produção da cachaça, e sem ela Abaetetuba não teria grande destaque econômico, e isso só foi possível porque os ribeirinhos fizeram parte desse processo, sendo explorada sua mão-de-obra pelos donos de engenho. Foi este momento que acelerou a dinâmica sócio espacial de Abaetetuba e gerou mudanças físicas, políticas, econômicas e paisagísticas na cidade que se tornou mais atrativa desde então.

Apesar da importância que o ribeirinho teve para a formação e dinâmica territorial de abaete, muitos foram explorados nesse período, criando um ambiente de miséria local, pois além de receberem pouco pelo trabalho, ainda eram persuadidos a adquirir produtos trazidos em regatões ou vendidos nos comércios das ilhas, o que gerou uma dependência financeira semelhante ao sistema de aviamento no ciclo da borracha.

Além do aspecto econômico, os ribeirinhos muito contribuíram para a cultura local, pois elas surgem dos costumes e práticas da beira do rio, chegando a se tornar patrimônio cultural paraense. Nesse sentido, deve-se abordar os principais aspectos culturais de Abaetetuba para que melhor se compreenda a relação destes com a influência dos ribeirinhos das ilhas de Abaetetuba.

#### 1.6. “TERRA DOS BRINQUEDOS DE MIRITIS” E “TERRA DA CACHAÇA”: UMA ANÁLISE DA CULTURA EXPRESSIVA VINDA DA BEIRA DO RIO.

O município de Abaetetuba é marcado, economicamente, pela sua forte produção extrativista, agroextrativista e na atividade da pesca, mas, além desses fatores, podemos encontrar nesse território outros elementos que o caracterizam, como por exemplo, seu movimento cultural. A cultura abaetetubense, traz em seu bojo, mais do que objetos representativos ou contos, ela

apresenta expressões de práticas e ações que perduram na história e que são fatores determinantes na construção de direitos e leis do cotidiano à uma população.

### 1.6.1. Cachaça

Abaetetuba tem uma rica memória cultural e sua história econômica também contribui a ela. Com o ciclo canavieiro na produção de cachaça, já citada anteriormente, o município ficou muito conhecido por seus engenhos e o manuseio na produção da bebida e foi denominada de “cidade da cachaça”. Até hoje, existe um engenho de produção onde os visitantes podem degustar os vários sabores de cachaça que ainda são produzidas lá.



**Figura 6:** cachaça produzida em Abaetetuba

**Fonte:** [www.boulevard.com.br](http://www.boulevard.com.br)

### 1.6.2. Cerâmica

A cerâmica é outro símbolo muito marcante no município, pois foi por meio das olarias que muitas famílias ribeirinhas obtiveram sustento e contribuíram na economia local. Mesmo com o declínio, ainda existem algumas olarias nas margens dos rios que ainda produzem, mas não em grande escala e são conhecidas também como monumento que representa a história do município.



**Figura 7:**Olaria na beira do rio

**Fonte:** Gonçalves,2015

### **1.6.3. Brinquedo de miriti**

O brinquedo de miriti é um dos mais famosos símbolos de representação, não só da cultura abaetetubense, mas também da cultura paraense. Esse brinquedo é feito por artesãos locais que aproveitam a palmeira do miriti, muito encontrada nas áreas de várzea de Abaetetuba, para a confecção de araras, papagaios, barcos e dentre outros objetos que são criados por meio da natureza. Os brinquedos de miriti já se tornaram patrimônio cultural paraense por meio da lei 7.282 /09, pois representa um dos movimentos culturais mais importantes do estado: O cívico de Nazaré, onderomeiros de Abaetetuba trazem os brinquedos tanto para representar sua fé, quanto para vender em Belém no mês de outubro, quando ocorre o “natal dos paraenses”<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> O cívico paraense também é popularmente conhecido como o natal dos paraenses.



**Figura 8:** Brinquedo de miriti

**Fonte:** site [www.souparaense.com](http://www.souparaense.com)

Em maio, ocorre o “miritifest”, que é o maior evento de artesanato do baixo Tocantins e reuni muitas pessoas de todo o Brasil. Nesse evento ocorre a oportunidade de mostrar aos visitantes as representações culturais locais como dança, o suco de miriti e passeios de barco para conhecer algumas ilhas que possuem a palmeira do miriti.

#### **1.6.4. Manifestações religiosas**

As manifestações religiosas têm uma forte expressão cultural em Abaetetuba, afinal o município, que já foi uma vila, nasceu de missões religiosas, o que relaciona a história, cultura e a população local com o sagrado. Após Francisco Monteiro e sua família atracarem em um lugar hoje conhecido como Jarumã em 1745, ele contou com a ajuda de alguns nativos, para iniciar a construção da primeira capela feita de taipa e barro em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, mas anos depois, Monteiro abandonou a sesmaria e retornou à Belém. Em 1777, famílias vindas da Ilha do Marajó se instalaram na sesmaria e Manoel Raposo reconstruiu a capela e sua benfeitoria lhe rendeu a posse da sesmaria por parte do governo.



**Figura 9:** Círio de Nossa Senhora da Conceição

**fonte:** [www.fundacaonazare.com.br](http://www.fundacaonazare.com.br)

Em detrimento destes fatos, uma das festas religiosas que mais representam a cultura abaetetubense é a festa da Padroeira da cidade Nossa Senhora da Conceição, que inicia no último sábado de novembro, com uma romaria fluvial, domingo ocorre o círio e termina dia 08 de dezembro que é o dia da padroeira. O culto é uma das manifestações religiosas e culturais mais antiga do município, pois ocorre de 1812, e reuni uma multidão de devotos em Abaetetuba.

Objetos e manifestações representam uma cultura que nasce de simples ações como o contato direto que os ribeirinhos possuem com o miriti, ou ao contato destes com o ciclo da cana-de-açúcar e conseqüentemente, com a produção da cachaça, além da forte relação que eles possuem até hoje com os movimentos religiosos.

O saber ribeirinho esta arraigado com a história de Abaetetuba, e suas ilhas com suas potencialidades naturais possibilitaram a busca pela técnica humana, o que gera mais que economia, pois gera possibilidades e identidades, as quais caracterizam e formam o território abaetetubense.

Porém, devemos assimilar, que, de alguma forma, essa cultura ribeirinha não está isolada no contexto macrorregional, pois há um movimento histórico amazônico que justifica essa forte relação que os ribeirinhos adquiriram com os rios. Buscaremos trazer esse levantamento histórico relacionado a cultura paraense e suas fases que influenciaram a cultura ribeirinha diante das pesquisas obtidas no capítulo seguinte.

## 2. POPULAÇÕES DA AMAZÔNIA: A HISTÓRIA PARAENSE RELACIONADA COM A FORMAÇÃO CULTURAL RIBEIRINHA

A relação entre o homem e o rio na Amazônia é muito antiga, pois os estudos arqueológicos apontam que desde as primeiras civilizações tanto marajoara quanto tapajônica já era possível identificar esse importante contato dos povos com o rio. Ao longo do tempo, apesar a modificação no ordenamento territorial de muitos espaços amazônicos, com o advento do processo de integração e a instalação de polos industriais, ainda é possível encontrar territórios que possuam comunidades de intrínseca relação com a dinâmica com os rios, como é o caso das famílias das ilhas de Abaetetuba.

Sob essa perspectiva, buscamos nesse capítulo resgatar as origens da cultura ribeirinha, dentro da Amazônia dando enfoque aos lugares e habitantes já existentes no estado do Pará antes da colonização. Depois, abordaremos o contexto paraense com o processo de colonização até as mudanças mais significativas no estado que refletiram no isolamento da(s) cultura(s) ribeirinha(s) frente ao desenvolvimento urbano ocorrido no estado. Por último, traremos reflexões sobre a importância do saber ambiental ribeirinho e sua importância para a construção da identidade do homem com os rios.

Desse modo, essa pesquisa bibliográfica relacionada com o histórico da sociedade regional está estruturada em quatro momentos específicos ocorridos na Amazônia, no Pará e consequentemente em Abaetetuba. O primeiro momento é o **período pré-colonial**, o segundo consiste na **colonização paraense (1616)**, posteriormente, o terceiro momento é **o ciclo da borracha (1879-1942)**, e, por último, **o projeto de integração amazônica (1970)**.

É importante salientar que o levantamento bibliográfico feito para buscar compreender a relação do homem com o rio não tem o objetivo de inferiorizá-los ou demonstrar uma prática mais rudimentar, frente ao desenvolvimento tecnológico das cidades, e sim, busca mostrar outros modos de vida na Amazônia, que além de trazerem uma grande carga cultural da região, ainda mantida, também remontam saberes e conhecimentos que difere dos conhecimentos científicos, que foram ditados e difundidos ao longo da história das sociedades modernas como “verdades únicas”.

## 2.1. PERÍODO PRÉ- COLONIAL

Para abordar sobre conhecimento e vida ribeirinha o que se deve compreender a primeira instância, é que o nosso presente não nasce sob o presente, ele traz consigo grande carga histórica de seu passado, o qual demonstra, por meio de vestígios e até mesmo pela oralidade dos povos descendentes, que a sociedade que se concebe hoje é reflexo do que seus ancestrais viveram. Dessa forma, iremos contar com a ajuda da ciência histórica e arqueológica, para poder compreender as relações no espaço no passado e conseqüentemente no presente, e assim elucidar a compreensão da dinâmica vivida pelas populações tradicionais ribeirinhas Amazônicas, e, conseqüentemente as populações ribeirinhas de Abaetetuba.

O ribeirinho é fruto de várias miscigenações, como de índios com brancos, brancos com negros, e, negros com índios. Mas antes que esses povos pudessem se relacionar culturalmente, já havia a existência de povos pré-coloniais, que ficaram conhecidos como “índios”, denominação dada pelos portugueses ao avistarem a sociedade que vivia na Amazônia. Os índios são um símbolo de representação e influência cultural amazônica e foram os primeiros a desenvolver técnicas para o manuseio dos meios naturais que o ambiente oferece para o homem.

Segundo Furtado (2006):

Era importante chamar a atenção para este assunto, uma vez que a economia praticada atualmente por esse segmento social é permeada por práticas e costumes de grupos humanos pré-coloniais, ou seja, daqueles que marcaram o processo de ocupação humana primeva na Amazônia. Importante também porque essas similitudes indicam a milenaridade das práticas haliêuticas na região e em todo o Brasil, segundo os registros arqueológicos, assim como a dependência dos pescadores aos territórios aquáticos. (p.160)

Segundo o Neves (2006), após estudos feitos sobre o meio físico dos solos, sedimentos, clima, vegetação e na hidrografia amazônica, observou-se que as primeiras civilizações da Amazônia se instalaram nas margens dos rios, principalmente do rio Amazonas, e nas áreas do estuário e litorais, onde foram encontrados vários vestígios de civilizações pré- coloniais, dentre elas, a Marajoara. As áreas de terra firme foram pouco habitadas nesse período, devido ao pouco acesso que elas tinham com os recursos ribeirinhos, o que não garantia a subsistência dessas civilizações, como a pesca, por exemplo.

A relação da sociedade pré- colonial com a natureza é explicitada nas pesquisas de Neves(2006), pois ele relata que:

Existe uma característica amazônica subjacente ao processo de ocupação humana da Amazônia: a imensa biodiversidade ali verificada. Isso se manifesta no grande número de espécies de plantas e animais que ocupam a floresta, representando, para as populações

humanas, um imenso banco de recursos utilizado ao longo de milênios. Ao mesmo tempo, a natureza sempre provou referências as sociedades indígenas – que podem ser verificadas, por exemplo, nos ricos padrões de decoração das cerâmicas produzidas por diferentes grupos da Amazônia pré-colonial, em que é frequente a representação dos seres fantásticos compostos por formas humanas e animais. (...) Assim sendo, o mundo da natureza, para as populações (...) da Amazônia, representa, não somente um grande estoque de recursos materiais a ser utilizado de diferentes formas- para alimentação, construção de habitações, transporte, divertimento-, mas também uma verdadeira biblioteca de referências, a partir da qual indivíduos e sociedades constroem narrativas sobre si mesmos e seus papéis no universo. (p. 19/20)

Além dos diversos povoamentos na Amazônia, podemos citar que sua comunicação era diferenciada, pois nem todos os povos que aqui habitavam tinham a mesma linguagem, sendo as mais conhecidas a tupi-guarani, arawak, carib e gê, bem como, outras famílias que possuíam línguas isoladas, próprias da sua tribo. Outro fator a se levar em consideração é que os costumes e modo de vida de cada civilização era distinta, quando verificado que, assim como algumas tribos estavam ligadas a caça, pesca e coleta, obtidos por meio do nomadismo, outras famílias já estavam vivendo de modo sedentário, assim como nem todos os povos estavam ligados também com a prática da guerra, ou até mesmo uma prática conhecida como “canibalismo”, palavra mal colocada e interpretada a um ritual mais conhecido como antropofagia.

Porro (1995) afirma que esses povos eram divididos em pequenos grupos e formavam uma sociedade de arranjo simples. Ao destacar o modo de vida das tribos indígenas, o autor destaca que haviam algumas tribos que tinham uma forte relação com área de terra firme exercendo a atividade de agricultura, mas haviam tribos, como os Omaguas que eram uma tribo que tinham uma intensa relação com os rios, seja para utilizá-la como fonte para obtenção de alimentos, quanto para locomoção cotidiana ou de atividades guerreiras.

Há indícios de que as primeiras civilizações que habitaram a Amazônia iniciaram sua ocupação a mais de 11.000 anos ou até antes, mais precisamente, por volta de 9200 a.C., devido aos diversos vestígios encontrados em lugares como cavernas e grutas de Monte Alegre, no estado do Pará. Esses vestígios apontam que suas atividades eram a caça, pesca e coleta de frutas que eram guardadas em grutas para proteger o alimento obtido das intempéries que estavam sujeitos em sítios a céu aberto, como erosão de solos, chuvas e etc.



**Figura 10:** Pinturas Rupestres em Rochas no Parque Serra das Andorinhas, São Geraldo do Araguaia-PA

**Fonte:** GOMES, 2014

Assim como em Monte Alegre, na Serra dos Carajás e outras áreas do Pará, que também encontrou-se evidências de civilização humana, apesar das múltiplas culturas e línguas, observou-se uma padronização nas características de valorização aos recursos disponíveis para o consumo. Desse modo Neves (2006) evidencia que:

Apesar da escassez de dados, há um padrão emergente no que se refere a economia dos primeiros habitantes da Amazônia. Esse padrão mostra que os povos tinham uma estratégia de exploração de recursos que valorizava a biodiversidade característica da região, isto é, não eram caçadores especializados na captura de animais de grande porte, mas sim pescadores, coletores e caçadores de animais pequenos. (...) há cerca de 11000 anos havia no continente populações com diferentes tipos de economia: algumas eram especializadas na exploração de recursos marinhos; outras, como na Amazônia, tinham economias diversificadas; enquanto outras ainda eram especializadas na caça. Os dados obtidos em diferentes partes da Amazônia mostram que, de fato, a floresta tropical foi ocupada antes do advento da agricultura, ou seja, por populações com economias baseadas em caça, pesca e coleta. [...] (p.24/25)

Além de ser detectado vestígios ligados a economia, também há vestígios ligados aos instrumentos utilizados como pontas de projéteis, porém, não foi encontrado em muitos pontos da bacia amazônica com a mesma frequência que era encontrado nas outras regiões do país, o que demonstra sua pouca utilização pelas civilizações antigas. A domesticação de animais e plantas eram muito praticadas, como por exemplo, a coleta de frutos e principalmente da mandioca e da pupunha, que se tornaram importantes a essas populações. E interessante perceber que nesse período eles desenvolveram técnicas vistas como avançadas, para o período, conseguindo até mesmo

consumir plantas tidas como venenosas, por meio de processos que retiravam essas substancias, transformando-as em alimentos, consumidos até hoje por grande parte das populações amazônicas.

Outra marca significativa era a confecção de utensílios para coletar e guardar seus alimentos, tantos os trazidos da mata, quanto aqueles trazido dos rios. Os vasos de cerâmica, datados por aproximadamente 3.500 a.C., foram muito utilizados pelas civilizações das áreas de várzea, que tinham tanto o contato com a coleta e caça, quanto a relação da pesca de peixe e camarão. Foram encontrados vestígios de utilização da cerâmica de lugares que vão do baixo amazonas até a região conhecida como “zona do salgado”, uma área rica em recursos naturais, onde encontra-se de fato o litoral atlântico do estado do Pará.

Nesse período pré- colonial constatou-se que a Amazônia era povoada por uma civilização complexa que ao longo do tempo aprimorou seus instrumentos, mas que não perderam sua essência entre o ambiente que viviam, sendo em todos os momentos notável a relação com coleta, caça e principalmente a pesca, essa última é um pratica já destacada devido termos identificados que a pesca é uma atividade que por décadas, séculos e milênios já eram praticadas por populações que criaram a prática da pesca. Buscando sempre contribuir para que ela evolua, mas de maneira tranquila sem necessidades de grandes inovações já que o intuito da produção era a subsistência.

Segundo Ferreira (2014):

Essa densidade na aglomeração em torno dos rios configurou um padrão tradicional de produção e organização do espaço amazônico fortemente ligado aos rios, a várzea e a floresta (...). O rio facilitava o deslocamento, as práticas de pesca, caça, assim como fornecia possibilidades inúmeras do uso dos recursos naturais. As aldeias indígenas espalhadas às margens dos rios traduziam a importância do ambiente de várzea para a sobrevivência indígena. (...). Estas aldeias representavam não simplesmente o lócus da moradia indígena, mas igualmente, um símbolo espacial que traduziu a forte interação com os rios estabelecida desde os tempos mais remotos. (p.39)

Um outro momento na Amazônia importante a destacar, até mesmo pela reorganização espacial ocorrido nesse período, foi a colonização do território amazônico, que apesar de ir gradativamente acontecendo após o descobrimento do Brasil pelos maiores mercados internacionais, Portugal e Espanha, já haviam sido visitados por expedições europeias em meados do final do século XV. Esses expedicionários que dentre os objetivos estava o de conhecer a terra do “eldorado”, também fizeram várias descrições física do lugar, cartografia da área, bem como, se deparam com culturas bem diferentes daquelas encontradas no continente europeu: as populações indígenas amazônicas.

Como essas expedições eram feitas pela principal via de transporte, conhecida como redes dendríticas, os europeus tiveram contato com os povos que já habitavam a Amazônia e devido a

relação que essas populações tradicionais milenarmente já possuíam com as áreas de várzea, eram identificadas justamente em áreas próximas aos rios. Não obstante, após da ocupação e colonização portuguesa, o contato com os povos amazônicos foi inevitável e o choque cultural trouxe algumas modificações ao contexto regional afetando várias comunidades e seus respectivos modos de vida. No Pará não foi diferente.

## 2.2. COLONIZAÇÃO PARAENSE (1616)

Outro momento importante a destacar relacionada a formação da cultura ribeirinha é a chegada dos portugueses em terras paraenses em 12 de janeiro de 1616, onde logo criaram um forte para garantir a área. Essa ocupação ocorre por meio de uma disputa territorial que estava ocorrendo entre países europeus, a fim de, expandirem suas influencias, colonizar e explorar terras desconhecidas em busca de fontes naturais de grande valia no mercado: o ouro. Sobre esse processo territorial de ocupação, Reis (1984) apud Tavares (2011) explica que :

“A política portuguesa, visando ao exercício de sua soberania no mundo físico-político imenso que estava criando, firmou-se com a ereção de pequenas fortificações , que representavam o poder militar dos portugueses e asseguravam o exercício de sua soberania com maior segurança. O fortin do Presépio construído em 1616 por Francisco Caldeira Castelo Branco e origem do núcleo urbano que é hoje a cidade de Belém, foi o início dessa política de fortificações” (p. 108)

Os portugueses começaram a expandir território em busca das drogas do sertão no interior do estado com o objetivo de firmar territórios e procurar recursos naturais para enviar à metrópole de Portugal, Lisboa. Muitos expedicionários interessados no extrativismo vegetal em decorrência das drogas do sertão, como urucum, pimenta do reino, guaraná, cravo, cacau, castanha, dentre outros, que tinham grande aceitação pelo comércio da metrópole portuguesa, se instalaram próximo aos rios e criaram vilarejos. Essa ocupação deu origem a não somente um processo de atividade econômica na região mas também criou um contato entre índios e europeus, bem como, a cultura cristã com a vinda de jesuítas para catequizar os povos que aqui já habitavam, e, eram vistos como aculturados.

Segundo Arenz (2000;p. 11) apud Ferreira (2014):

[...] de origem ameríndia [...] os moradores do beiradão foram “modelados” nos aldeamentos missionários e nas vilas dos colonos no século XVII a XIX. Eles foram tratados, por um lado, como seres humanos “in-cultos” e “não-redimidos”, precisando da

integração ao projeto civilizatório-cristão. Por outro, eles foram cobiçados como mão-de-obra barata e imprescindível para exploração econômica da região (p. 43).

A mistura de escravização da mão de obra dos povos indígenas, pelo lado econômico, e a catequização, por um lado religioso, ocasionou em mudanças de hábitos de alguns povos, não em seu todo, pois alguns mantinham firme sua identidade, o que gerava conflito com os portugueses, mas de certa forma contribuiu para a mudança do espaço paraense, bem como a reconfiguração de algumas culturas. A cultura portuguesa que aqui chegou, bem com, a cultura indígena que aqui existia deu origem a muitos lugares com símbolos e identidades de povos que passaram por um processo histórico e acabaram remodelando naturalmente, pela vivência, a sua cultura.

A economia foi um divisor de águas para as populações amazônicas, pois as ocupações seguiram o rumo da necessidade do comércio europeu e a partir do século XVIII, as áreas de várzea foram esvaziando demograficamente. Segundo o Denevam apud Lui (2009), calcula-se que no final do século XV a Amazônia possuía cerca de 5 milhões de habitantes, o que regrediu em aproximadamente 90% no século seguinte e no posterior caiu para 30%, somando europeus, escravos africanos e índios. Dessa forma percebe a Amazônia tomou novos rumos ligados ao que a economia chama de progresso, e grande parte de sua população passou a estar onde era possível encontrar a matéria-prima que interessava ao comércio, o que fez desvincular muitas populações de suas relações com os rios e as antigas atividades exercidas em detrimento deles.

Segundo Tavares (2011), a criação de unidades político-administrativas foi uma outra estratégia utilizada para assegurar a posse do território paraense por meio de estados, e foi em 1621 que criou-se o Estado do Maranhão e Grão Pará, com sede em São Luiz. Foi somente em 1751, que devido a importância econômica, Belém passa a ser sede política, e é criado o Estado do Grão Pará e Maranhão, com sede em Belém. Anos depois, mais precisamente em 1774, o Estado começa a ter à condição de Capitania, como parte do Estado do Brasil. É nesse momento que as concessões de sesmarias no interior do território paraense passam a se transformarem em vilas.

Nas vilas deveriam constituir-se uma força econômica, principalmente no que concerne as drogas do sertão. Segundo Wagley (1988) ao passo que as conquistas iam ocorrendo, a catequização feita por missionários e jesuítas iam se estabelecendo nas vilas e aldeamento ao longo do Rio Amazonas e nos seus principais afluentes, buscando catequizar a maior quantidade de índios que viviam nessas áreas. Os índios eram persuadidos e levados para as aldeias missionárias, onde



Observamos na figura acima que as ocupações se deram por meio das redes dendríticas, portanto o contato com os povos que moravam as margens dos rios e os colonizadores eram inevitáveis, até mesmo porque os colonizadores tinham a intenção de usar os habitantes nativos como mão-de obra em prol da busca por drogas do sertão. No século XVII, Sebastião José de Carvalho, ou então, mais conhecido como Marques de Pombal, foi designado pelo governo colonial a delimitar fronteiras, reorganizar o território, instigar a econômicas e gerar mudanças culturais, pois segundo Tavares (2011):

O Marques de Pombal, foi o encarregado pelo governo colonial por reformas como: a execução do tratado de limites (1750); o estabelecimento da Companhia Geral do Comércio do Grão Pará; o estímulo a agricultura de exportação (1755); a declaração da liberdade dos indígenas; o estímulo à miscigenação entre índios e portugueses; a expulsão dos jesuítas e de outras ordens religiosas e a introdução de escravos africanos para servir de mão de obra. (p. 110)

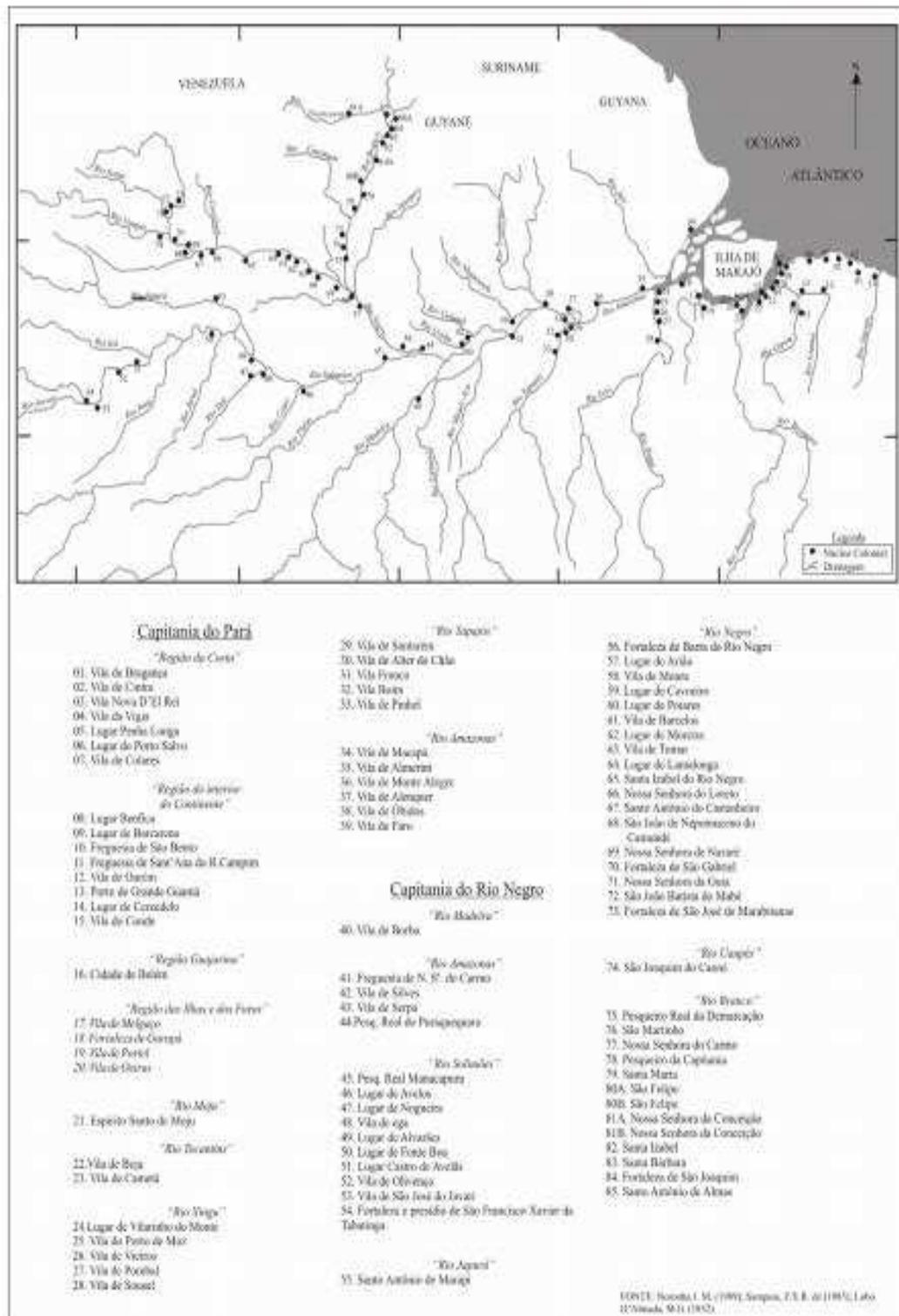
Ferreira (2014) detalha que :

A partir de 1750, já no contexto da chamada “era pombalina”, a política portuguesa para a Amazônia sofre profundas alterações que irão ter influências diretas nas condições de vida das populações ribeirinhas. Procurando diminuir a influência dos religiosos, tanto sobre a economia regional quanto sobre a mão-de-obra indígena, Marquês de Pombal introduziu a partir de 1750 uma política de centralização estatal como o propósito de consolidar o domínio português no vasto território conquistado. O estabelecimento destas políticas irá alterar de forma significativa o quadro social, econômico e político na Amazônia. A primeira medida tomada por Pombal foi a criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão, em 1751, tendo como centro de decisões políticas a cidade de Belém, em substituição ao Estado do Maranhão e Grão-Pará que tinha como sede São Luís. Nesse período, Pombal incentivou a migração de colonos portugueses para ocupar definitivamente a imensidão amazônica e estabelecer processos de trocas culturais com os índios. (p.50)

Ainda, segundo Tavares (2011), nesse período, ainda dominado pela coroa portuguesa, já era estimulado, em terras próximas à capital do Grão Pará, o casamento entre índios e portugueses (Lei de 1755), a prática do cultivo da cana-de-açúcar em vilas, ou, em suas ilhas, e a criação de engenhos para a fabricação da famosa aguardente. Nesse contexto histórico algumas vilas foram criadas, e, dentre elas a vila de Abaetetuba (1770), a qual foi influenciada a produzir as leis pombalinas com a intensa práticas do cultivo de cana-de –açúcar, a produção de aguardente, e, processo de miscigenação.

A presença de escravos era essencial para os trabalhadores nas fazendas/engenhos e sempre faltavam escravos, índios ou negros, para os trabalhos, especialmente dos engenhos, pois muitas eram as fugas dos índios cativos e escravos negros para o interior das matas da região. Por essa razão é que os índios cativos eram marcados com ferro em brasa com as marcas de seus donos. Melhor sorte não tiveram os escravos negros que também recebiam as marcas de seus donos. Para facilitar a captura desses escravos fugidos. [...] (professor ADEMIR de Abaetetuba)

Outra medida tomada pelo marques de pombal foi a criação do diretório dos índios, que foi uma forma de controlar as aldeias e expulsar os missionários gradativamente a partir do ano de 1759. O diretório era uma forma de controle das áreas habitadas por índios e também de manipulá-los involuntariamente a trabalhar em prol da economia local, pois o Marques de Pombal, por meio do alvará régio de 1755, tornava os índios “homens livres”, mas em contrapartida, estes deveriam participar ativamente da sociedade colonial. Essa atitude colonial, modificou os modos de vida dos habitantes nativos e gerou possibilidades de novas fusões culturais.



**Figura 12:** Núcleos coloniais no período pombalino

Fonte: Noronha(1989), Sampaió(1985) e Lobo D'almada (1852) apud Tavares, 2008

Portanto, Abaetetuba sofreu os processos de modificação instituídas pelo Marques de Pombal tendo sua economia alavancada, os seus rios invadidos pelos novos donos das terras (os donos de engenho) e sua formação genética e cultural miscigenada pela entrada de portugueses e escravos em terras antes só habitadas por nativos amazônicos.

### 2.3. O CICLO DA BORRACHA (1879-1942)

O período das drogas do sertão e as ações pombalinas para alavancar a colônia e sua economia foram importantes para as mudanças territoriais e sociais dentro do estado do Pará, mas no século seguinte, após o Brasil independente (1822), e por conseguinte, o Pará (1823), economia paraense encontrava-se estagnada. Porém, com o avanço da revolução industrial ocorrendo na Europa e América do norte, a descoberta de um processo conhecido como vulcanização<sup>2</sup>, iria mudar novamente os rumos econômicos e sociais no território amazônico, e, conseqüentemente, paraense.

A partir da metade do século XIX, a extração do látex, um líquido oriundo das seringueiras (*hevea brasiliensis*) amazônicas ganhou a atenção dos estrangeiros, pois essa matéria prima era essencial para a produção de bens de consumo como sapatos, capas, e, principalmente a produção de pneus para a montagem dos veículos. A linha automobilística, após a descoberta do processo de vulcanização feita com o látex, descobriu que a qualidade e durabilidade do produto se tornava maior, portanto, passaram a utilizar essa matéria-prima natural, e, encontrada em larga escala na Amazônia.

Segundo Reis (1997), os índios amazônicos já possuíam familiaridade com as seringueiras e antes mesmo da demanda estrangeira. Eles extraíam o látex para a produção artesanal de bolas para jogos, de materiais para uso pessoal como sapatos e capas, de remédios naturais para hemorroidas, e, até mesmo para o “untamento”, que trata-se de unir o látex aos recém nascidos para protege-los do frio.

As áreas amazônicas com o maior número de seringueiras passaram a ser o alvo dos estrangeiros que começaram a solicitar demandas para a Europa e América do norte, mas, segundo Tavares (2011), no início:

---

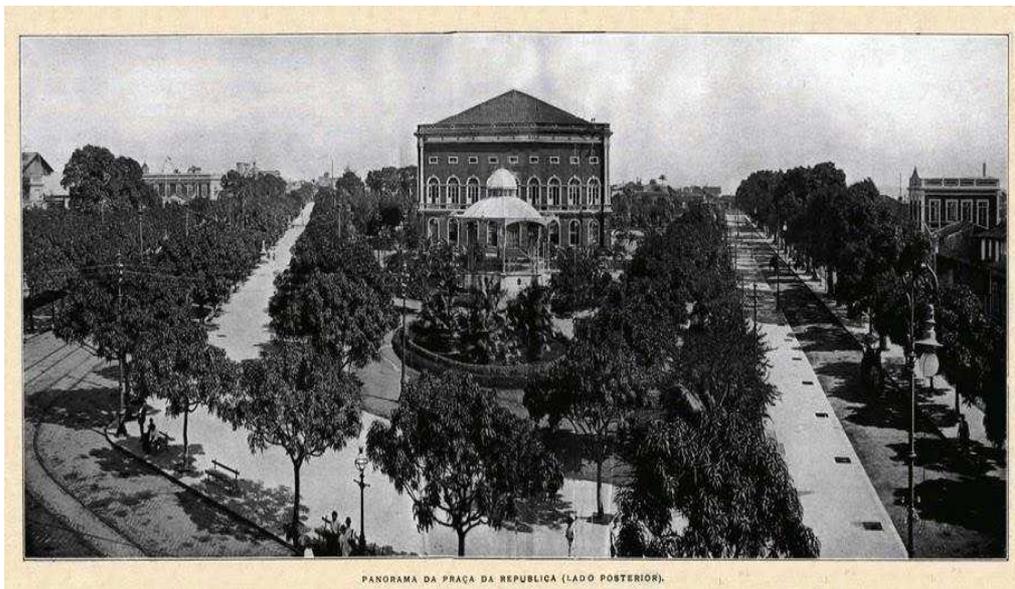
<sup>2</sup> um tratamento industrial que elimina as impurezas da coagulação, tornando a borracha um bom material para ser utilizado em pneus de automóveis, motocicletas e bicicletas, bem como na fabricação de correias, mangueiras, solas de sapatos, etc. (site:www.todamatéria.com)

[...] a elite paraense relutou em aceitar o deslanche da indústria extrativa da borracha, pois temiam que a mesma pudesse prejudicar as atividades agropecuárias e os habitantes locais. O receio da elite em relação à borracha, era decorrente da possibilidade de marginalização econômica local, uma vez que a base econômica da região era a propriedade da terra, que por sinal, não coincidiam com as áreas produtivas da hévea. Fato que explica por que no período colonial, o setor extrativo dependia mais do controle da mão de obra do que da propriedade da terra. (p.114)

Porem a resistência não demorou muito, e, logo, as ilhas das regiões amazônicas estavam cheias de demandas estrangeiras, criando o novo setor a economia paraense. As áreas do Marajó, Guamá, Xingu, Acará e Moju foram alvos da extração em larga escala, porém com a falta de técnica utilizada no corte das árvores, logo se esgotava a oferta nesses lugares e novamente buscava-se outras áreas para devastar.

Esse primeiro período áureo da borracha, pouco contribuiu para desenvolver ou melhorar a qualidade de vida das pessoas que moravam nessas áreas como as famílias ribeirinhas. O progresso consequente do ciclo da borracha era sustado para as sedes administrativas econômicas, como Belém e Manaus, que eram a “ponta do sistema”. (TAVARES, 2011; p.114)

Belém e Manaus passaram por um processo de revitalização e remodelagem cultural europeia com a implementação de urbanização descrita nas construções de hospitais, bancos, higienização das ruas, infraestrutura, linha de bondes, energia elétrica e construção de teatros. Mas essas modificações só foram possíveis porque grande parte dos investidores passaram a constituir moradia nessas sedes.



**Figura 13:** Praça da República, com destaque ao Teatro da Paz no século XIX

**Fonte:** skyscrapercity.com



**Figura 14:** Avenida Nazaré no período da belle époque, uma das mais importantes avenidas de Belém até os dias de hoje.

**Fonte:** skyscrapercity.com

Enquanto a modernização acontecia, muitos que moravam no interior do estado passaram a trabalhar nos seringais em condições precárias de trabalho. Como o escoamento do látex ocorria pelos rios, os moradores dessas áreas passaram a ter contato direto e também participaram do processo de extração, mas não eram somente eles, pois com a notícia de que muitos estavam enriquecendo com a látex, uma grande quantidade de nordestinos, que estavam passando por um período de seca e sem terras férteis para plantar passou a migrar para a Amazônia em busca de melhoria de vida, mas apenas serviram como mão-de obra para abastecer as cidades e núcleos administrativos.

No início:

[...] os nordestinos não foram para o interior da floresta devido ao ataque dos indígenas, que era constante, e também pelo isolamento, pois era mais difícil entrar na floresta devido à família ser na maioria das vezes muito numerosa. Dessa forma, as famílias nordestinas recém-chegadas estabeleceram-se predominantemente nas margens dos rios. Lá vinha a barraca de paxiúba, paredes e cobertura de palhas, onde os nordestinos construíam morada e depósito para seus ranchos e demais pertences, necessários aos primeiros meses na floresta. (FERREIRA, 2014; p. 56)

O papel dos caboclos das margens dos rios foi fundamental nesse momento, pois, muito contribuiu para que os nordestinos que, não tinham afinidade com a vegetação Amazônica, aprendessem pelos homens dos rios amazônicos a manusear os instrumentos e a forma de como deveria ser retirado o látex da seringueira. Esse conhecimento adquirido pelos caboclos ribeirinhos é de incontestável origem indígena, pois estes foram os primeiros a ter contato com as seringueiras bem antes dos americanos e europeus se interessarem pela sua essência.

Com mão-de-obra barata e flexível, e, uma boa demanda estrangeira, o ciclo da borracha estava alavancado, até o seu primeiro declínio no início do século XX, o que ocasionou uma crise financeira aos investidores locais da borracha, desestruturando o mercado amazônico. Com outras áreas fornecendo o látex, como a Ásia, aumenta a oferta e o valor oferecido pelas bolas de borracha amazônica foi inferiorizado, o que desestimulou o trabalho nas florestas e fez com que a economia paraense estagnasse mais uma vez.

A partir de 1910 aos poucos desmoronaria toda a estrutura econômica da Amazônia, e desapareceria o otimismo e a ostentação dos anos de prosperidade. As casas comerciais de Belém e Manaus arruinaram-se como colapso financeiro de 1912 e uma série sucessiva de crises financeira atingiram os comerciantes e seus seringueiros. A queda dos preços no mercado europeu, principal consumidor da borracha da Amazônia, trouxe como consequência a diminuição da produção regional que outrora assegurou os tempos de prosperidade econômica. (FERREIRA, 2014; P.57)

Diante dessa crise, muitos nordestinos ficaram sem rumo e sem condições para voltar as suas terras, passando a fixar moradia na Amazônia. Os locais onde mais concentraram-se moradias foi

às margens dos rios o que acabou fazendo com que eles incorporassem as formas de vida locais e também passassem a unificar sua cultura às já existentes no Pará.

Algumas décadas após o declínio do ciclo da borracha, inicia-se a segunda guerra mundial (1937- 1945) e com ela uma nova abertura para nova intensificação da produção da borracha, decorrente a oposição japonesa, uma das fornecedoras, aos países produtores automobilísticos, o que gerou uma busca desesperada destes a fim de adquirir a borracha amazônica.

Acordos entre americanos e o governo federal brasileiro foram feitos e para aumentar a produção, e uma das medidas tomadas foi estimular novamente a migração de nordestinos a Amazônia com a estratégia de difundir que estes trabalhadores ajudariam na defesa da nação ameaçada pelos inimigos na guerra, e, o então presidente Getúlio Vargas, para aumentar o sentimento patriota dos brasileiros em apoio as medidas, passou a chamar os seringueiros de “Soldados da borracha” no ano de 1943.

Porém, dentro dos seringais, nada mudou. Muito trabalho, muitas horas de serviço, pagamentos baixos e precária qualidade de vida aos que “serviam” na batalha da borracha. Não demorou muito e mais uma vez, o ciclo da borracha entra em declínio, desta vez, não somente pela reabertura do comércio internacional com o fim da segunda guerra, mas, também pelos novos meios de produzir a borracha, como a borracha sintética, que era muito mais fácil de manusear. Desse modo, a economia despencou bruscamente e aos poucos a elite da borracha passou a abandonar os seringais e parou de investir na produção.

Nesse contexto, os paraenses e nordestinos que trabalhavam em prol da borracha, mais uma vez foram iludidos pela promessa de desenvolvimento e qualidade de vida, que não foi cumprida por parte do governo federal, e, novamente houve uma ocupação nas margens dos rios por parte do novo processo de migração que ocorreu na Amazônia.

Os que fixaram residências nas margens dos rios abandonaram a borracha e passaram a exercer as atividades típicas dessa região de várzea, como a pesca e a agricultura como meio para viver e se integrar ao meio no qual habitavam e com os ribeirinhos da região. Culturas diferentes que agora convivem no mesmo espaço, fazendo com que ambos possam trocar experiências e gerar novas miscigenações culturais.

Sobre essa realidade:

[...] na reunião dos sertanejos com os caboclos, encontra-se, na verdade, homens de dois mundos antagônicos – o homem do nordeste árido com o homem da Amazônia fluvial. [...]. Aqui se encontram dois modos culturais distintos, que se relacionam com seus respectivos

meios, o sertanejo, que lidara toda sua vida com a falta de água, passará a trabalhar com a abundância de água jamais vista ou experimentada. Enfrentando o mundo das águas, desenvolverá formas novas de adaptação ao novo ecossistema. Abandonando os seringais falidos, o sertanejo acaboclado juntamente com os caboclos adaptados pela longa história de vida na terra, na floresta e na água, passará a viver simultaneamente da roça e da criação animal, do extrativismo vegetal, (madeira, lenha, plantas medicinais, etc.) e animal, (caça e pesca) influenciado numa e noutra atividade, de modo decisivo, pelas técnicas dos primeiros habitantes e seus ancestrais – os ameríndios (WITKOSKI, 2007 p. 95 apud FERREIRA, 2014; P.59/60).

Desse modo, pessoas de culturas diferentes, como portugueses, índios, negros, e nordestinos passam a conviver no mesmo espaço e partilhar experiências às margens dos rios amazônicos. Essa junção designa a formação de uma cultura ribeirinha que, em alguns aspectos, tem suas particularidades, pois não podemos homogeneizar essa cultura, mas podemos conhecer os elementos que contribuíram para criar identidades do homem com o rio na Amazônia, e, em específico, no estado do Pará.

Sobre essa miscigenação, no caso das ilhas de Abaetetuba, Ferreira (2015) adverte que:

É importante destacar, porém, que o processo de integração dos nordestinos às áreas ribeirinhas da Amazônia não se estabeleceu simplesmente a partir do trabalho nos seringais. Um desse processos pode ser vislumbrado a partir da própria área de estudo sob a qual propomos a presente pesquisa: as ilhas de Abaetetuba. Ali desde o final do século XX (...) estabeleceu-se uma economia que tinha como base a produção de cana-de-açúcar e a fabricação de aguardente em pequenos engenhos situados às margens dos rios da Bacia do Tocantins. Durante aproximadamente as décadas de 1960-1975 os engenhos de aguardente viveram um período de grande prosperidade econômica cuja qualidade e fama da cachaça produzida deu ao município de Abaetetuba o título de “Terra da cachaça”. Nesse período, alguns proprietários de engenhos, interessados em garantir mão-de-obra, não hesitaram em recrutar nordestinos que vieram para o Pará em busca de trabalho. (p.60/61)

Portanto, os ribeirinhos, no caso específico de Abaetetuba, assim como os nordestinos que chegaram até a cidade, também foram essenciais para a produção de um mercado antigo no estado do Pará, que era a cachaça, mas nesse mesmo período começou a ocorrer na Amazônia um novo processo de territorialização, que modifica os rumos da Amazônia e também a dinâmica ribeirinha.

#### 2.4. O PROJETO DE INTEGRAÇÃO AMAZÔNICA (1970)

A partir da segunda metade do século XIX, a Amazônia modifica seus rumos e segundo Gonçalves (2000) passa a existir dois modelos de vida: o de rio-várzea-floresta, que é o mais antigo em muitas áreas paraenses, e, o de rodovia-terra firme- subsolo, formulado para atender as necessidades nacionais e integrar a Amazônia ao restante do território nacional.

Em 1956 começou a ser criada estratégias político administrativa para o melhor controle do território Nacional. Uma das primeiras medidas foi a construção da cidade de Brasília, com o intuito de transferir a capital nacional para o interior do país, promovendo um melhor controle

político, e, de integrar todas regiões do país em prol do fortalecimento econômico brasileiro. Outra medida foi o projeto de integração nacional que consistia na criação de rodovias, principalmente na Amazônia para integrá-la ao restante do país, podendo contribuir ativamente no setor financeiro.

Na década de 50, inicia-se a implementação de projetos de integração da Amazônia. Inaugurasse a Belém-Brasília em 1955, cria-se a SPVEA (Superintendência para Valorização Econômica da Amazônia - 1953), que viria a ser mais tarde a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e planeja-se a implementação de projetos particulares e públicos na região (TAVARES, 2011; P.116)

Grande foram os esforços do governo federal em povoar a Amazônia e torna-la atrativa, e, com a abertura da Belém- Brasília ficou mais fácil concretizar esse projeto, porém ainda faltavam investimentos para alavancar a economia amazônica, que por tempos ficou estagnada e pouco participou significativamente da economia nacional. Para tanto, foi a partir do governo militar que a Amazônia começou a ser vista como área para grandes projetos, devido suas grandes extensões de florestas desocupadas e provida de muitos recursos naturais. Foi então que o governo militar criou o Plano de Integração Nacional- PIN (1972), que era parte do PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), que tinha o slogan “integrar para não entregar”, com o objetivo de liberar terras para ocupação. Foi quando intensificou a criação de vilas no entorno das estradas.

Depois do Golpe Político-Militar de 1964, publica-se o Decreto nº 3.641 de 5 de janeiro de 1966, que visava evitar a improdutividade das terras, deixando livre a venda de terras devolutas, sem qualquer delimitação de área. A referida lei foi regulamentada pelo Decreto nº 5.780 de 27 de novembro de 1967, enquadrando a venda de terras devolutas do Estado nos limites estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 10, que previa que a alienação de terras públicas só seria feita com a autorização da Assembleia Legislativa (para além de 1.000 ha.) e do Senado Federal (para além de 3.000 ha). E foi justamente nesse período, que se verificou a expedição de títulos falsos, que tornaram graves os conflitos de terras a partir do final da década de 60, causados, segundo Benedito Monteiro, pelo desvio do Cadastro de Terras do Estado [...] (TAVARES, 2011; P.116)

As mudanças começaram a ocorrer no interior do Pará, no que diz respeito a ocupação territorial, deixando de lado, as áreas ribeirinhas que já estavam por séculos habitadas, principalmente porque era muito mais fácil se deslocar de um lugar a outro já que os rios eram a principal via de locomoção. Portanto as vias terrestres, também conhecidas como redes complexas, modificaram as intencionalidades e os costumes que agora estavam voltados a um modo de vida ligado as atividades exercidas nessas áreas.

A partir do governo militar, são implantados planos nacionais de desenvolvimento. No período de 1967 – 1971 é estabelecido o Primeiro Plano Quinquenal de desenvolvimento que define os rumos da estratégia do governo baseado no binômio “segurança e colonização”, que a coloca a necessidade de preencher o “vazio demográfico” para desenvolver e evitar a possibilidade da entrada de um movimento guerrilheiro na região (TAVARES, 2011; p.116)

O PIN já estava em ação, mas ainda faltava a fase de implementação de investimentos financeiros com a finalidade de mover a economia amazônica. Desse modo, a segunda parte do PND, que era Plano de Desenvolvimento da Amazônia –PDA (1974-1979) foi o que realmente intensificou a ocupação da Amazônia, pois esse plano buscava transformar a Amazônia em um polo agropecuário e mineral (POLAMAZONIA) e aproveitar de várias formas os recursos naturais em benefício ao país. Nesse período vários projetos foram implementados, como a construção da hidrelétrica de Tucuruí -UHE, o projeto ferro Carajás e o projeto ALBRAS-ALUNORTE, que ocorreu em Barcarena e influenciou algumas mudanças em Abaetetuba.

De fato, o planejamento do governo federal conseguiu seus objetivos, mas os resultados não alcançaram a massa popular, apenas passou a existir uma Amazônia mais povoada e com novos empresários que por meio dela passou a produzir mais riquezas para si e pouco desenvolvimento para a população amazônica. Nesse novo processo, as áreas ribeirinhas já não eram mais integrantes e interessantes a logística do novo capital, tornando-se atores a parte da civilização da região

Portanto, diante desse apanhado histórico da formação territorial amazônica, devemos observar que as populações ribeirinhas não surgem a partir das conceituações trazidas pela logística capitalista do que é certo ou errado, ao contrário, essas populações já existem desde que se há indícios dos primeiros habitantes, povos vistos como primitivos, pois sempre houve uma relação do homem com os rios amazônicos e principalmente com os meios econômicos que o ambiente habitado os proporcionava. A denominação “tradicional”, essa sim é uma colocação capitalista que a teoriza como processo de atraso, por serem povos sem a utilização de técnicas que acelerem cada vez mais a produção de mercadorias e excedentes buscando valorizar produtos e assim comercializá-los. Por esse motivo que destacamos a belle époque como um marco amazônico, pois é nesse momento que sentimos os impactos da revolução industrial que já estava sendo vivida há dois séculos pelas civilizações europeias.

Em geral, este apanhado histórico demonstra que a região Amazônica e em especial o estado do Pará traz em seu cerne riquezas além dos recursos naturais, pois obtém um valor simbólico cultural significativo e que explica a existência de muitos povos com costumes mais arraigados ao meio ambiente, bem como a ascensão de muitos projetos da região que por vezes se destacaram e contribuíram para que a região só possa ser vista pelos aspectos físicos, como se tratasse de uma região vaga, demograficamente, um “espaço verde” dentro do território brasileiro. Portanto, para desmistificar tanto a ideia de região vazia, demograficamente, quanto para mostrar do que se constitui a cultura que caracteriza o lugar Amazônico, é que esse trabalho se debruça a pesquisar

sobre a cultura ribeirinha da ilha do Tucumanduba, de Abaetetuba-PA, procurando não somente expor inquietações, mas também contribuir nos estudos geográficos sobre a cultura paraense.

### **3. TERRITÓRIO/ TERRITÓRIOS: DIALOGOS PARA UMA CONCEPÇÃO AO RIO TUCUMANDUBA E SUAS ILHAS**

Após algumas conceituações históricas para a compreensão tanto em micro escala, quando nos referimos a Abaetetuba, quanto em macro escala, pela formação amazônica, buscaremos debruçar esse capítulo ao território e o meio ambiente com o objetivo de dialogar os autores com a pesquisa. A primeiro momento, abordaremos o que é o território e algumas concepções, no segundo momento a relação do território com o meio ambiente do rio Tucumanduba, e, por último, as perspectivas do diálogo para o próximo capítulo.

Conceituar território vai além de um simplório modo, ou de uma ideia formada do que seja essa categoria, pois é preciso perceber que apesar de ser uma palavra, há varias ciências que a utiliza de acordo com seus objetos de estudo. Também não se pode deixar de lado que a corrente filosófica dos autores, muito influencia na forma que irá se definir o território, portanto ele se difere de acordo com o olhar feito e com as intencionalidades da pesquisa.

Em um olhar geográfico, a primeira coisa que realmente podemos afirmar é que um território é concebido de um espaço habitado, formado de historicidade e o mesmo pode ter diferentes percepções ao ser definido ou representado. Portanto, sobre a ideia de definir um território Haesbaert (2007) afirma que:

Não basta partimos de posições filosóficas bem definida, na medida que diversas proposições conceituais não se enquadram com clareza em uma única grande corrente teórica como ocorria no passado. Apesar dos riscos de seus ecletismos, um dos legados do chamado pós- modernismo contemporâneo é justamente essa abertura para um maior cruzamento de influencias teóricas, sem esquecer que se trata de um movimento multifacetado (...). Períodos de crise e de mudança social mais acentuada como o nosso exigem muita cautela frente aos grandes conjuntos teóricos pautados numa coerência histórica que, pelo menos em parte, pode já estar superada. Assim, temos como preocupação primeira não tanto encontrar e destacar as eventuais incoerências teóricas do conceito, mas 'mapear', respeitando suas complexidades [...] (P. 46)

Sob esse prima, as inquietações sobre definição do que é o território, ou de que território estamos falando, nascem das várias formas de encontrá-lo, de concebe-lo e de defini-lo, pois se formos analisar, em uma vaga concepção, ao nos referimos sobre essa categoria geográfica, de um modo geral, as primeiras ideias que a mente nos remete é sobre apropriação, poder, relações, conflitos e delimitação, e essa compreensão decorre das simplórias formas que são definidas à população desde os dicionários aplicados nas escolas. Segundo o dicionário Houaiss, território é

apenas uma “grande extensão de terra”, mas também pode ser interpretado como “área de um distrito, município ou cidade” ou até mesmo como “extensão geográfica do estado sobre a qual ele exerce sua soberania”.

De acordo com essas definições de território, crescemos adquirindo a compreensão de que território está diretamente ligado ao poder do estado ou nas formas deste de definir o espaço. Porém, não devemos observar o território em uma restrita concepção pois o território é muito complexo e depende de quem e como está sendo observado para poder ser definido.

Buscando encontrar conceitos e proposições geográficas que mais defina o território de acordo com o ambiente estudado é que alicerçamos essa pesquisa nas concepções de Haesbaert (2000), (2002), (2004), (2007), Raffestin (1993) com algumas contribuições de Silva (1992) e Santos (2007), para assim, encontrar a melhor maneira de mostrar uma concepção de território, não criticando aos autores, mas sim buscando seus conceitos e relacionando com o objeto de estudo de acordo com as realidades locais, para que não haja redundância, e que também não deixe de ser considerados os aspectos materiais, históricos e de representação no espaço.

Desse modo, partiremos de alguns princípios para conceituar território. A primeira é de que não podemos esquecer há um elo indissociável entre o empírico e o teórico, pois, essa relação é fundamental para dialogar no decorrer do trabalho. A outra é que não há conceitos puros (HAESBAERT, 2004), e, portanto é necessário que haja a contribuição de outras categorias para compreendermos o sentido do território.

O território, por tempos, na geografia, foi interpretado por meio do materialismo, caracterizando-o mais pelos seus aspectos físicos, onde a natureza é fundamental para a dominação do homem, sendo vista como recurso natural, uma condição para a dominação do homem. Segundo Haesbaert (2007) nos conceitos ligado ao materialismo, essa:

[...] ligação do território com a natureza é explícita e, nessa ligação, o território se torna, antes de mais nada, uma fonte de recursos, ‘meio materiais de existência’. Apesar de ser uma proposição com pretensão de universalidade, trata-se claramente de uma noção de território bastante influenciada, como ocorre entre muitos antropólogos, pela experiência territorial das sociedades mais tradicionais, em que a principal fonte de recursos provém da natureza, da terra (por exemplo, disponibilidade de animais e plantas para a coleta, fertilidade dos solos e a presença de água para a agricultura). (p.47)

Levar em consideração os aspectos naturais para reconhecer um território é importante, mas não é o único meio. Esses modos universalistas de enxergar ou de conceituar categorias geográficas já foi superada, pois desde as mudanças metodologias das ciências nas últimas décadas do século XX, passaram a considerar que:

A natureza é o mesmo tempo o orgânico e o inorgânico, o fragmentário e o unitário, o mecânico e o vivo. É a unidade da diversidade e a diversidade da unidade, numa relação cíclica de reprodução em espiral. Isto porque a síntese da vida é o vir-a-ser que unifica-dissocia para a diante unificar-e-de-novo-dissociar a natureza, num processo de transmutação permanente [...]. (MOREIRA, 2009; p. 73)

Ou seja:

Uma nova concepção de síntese é então o ponto central da nova abordagem. Uma síntese que não é a 'soma de todas as partes', mas reprodução, transfiguração, diferenciação, ressintetização, recombinação, recambiação, categorias do movimento que levam a natureza a unificar-se e diversificar-se, reiterativamente [...]. (MOREIRA, 2009; p. 73)

Desse modo, compreendemos território não somente como um determinado espaço munido relações físicas e humanas, conflitos e emanado pelo poder exercido pelo espaço. Há outros elementos que definem o território, pois quando nos referimos ao "poder", nos baseamos de modo mais amplo, ou seja, o poder exercido por um indivíduo ou até mesmo por uma comunidade em um determinado lugar.

[...] Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreo-territor (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no "territorium" são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva "apropriação". (HAESBAERT, 2004; p.01)

Sobre a concepção de poder em um território, Haesbaert (2004) afirma que:

Território, assim, em qualquer aceção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional "poder político". Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Lefebvre distingue apropriação de dominação ("possessão", "propriedade"), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do "vivido", do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca.[...]. (p.01/02)

Desse modo, além de explicar a ideia de poder atrelado ao território, Haesbaert (2004) também mostra que outros conceitos geográficos também contribuem a definir um território, como por exemplo, a representação do vivido, que está atrelado ao lugar. Pois segundo Lopes (2012)

[...] o lugar tem qualidade de construção social que se dá ao longo da história, isto é, uma construção sócio-histórica, que cumpre determinadas tribuições na lógica social. Por meio de suas formas materiais e imateriais, o lugar é um meio de promoção da funcionalidade do mundo. [...]. (LOPES, 2012; p. 27)

Esse lugar, no sentido crítico, ligado ao materialismo/ histórico/ dialético, é uma zona na qual há identidades, representações e aspectos históricos de formação que o define, pode ser eles materiais ou imateriais, e, sendo assim, podemos atrelar essas definições como contribuições para

se definir um território. Não podemos confundir território e lugar, pois devemos compreender que o território precede o lugar, mas, é a partir das micro-escalas, ou seja, o conjunto de lugares que também podemos observar territorialidades, apropriações de espaços e manifestações que ligam o homem ao meio.

No que se refere ao espaço, podemos analisar que este também tem intrínseca relação com a formação de um território, porém, é mais fácil encontrarmos definições que confundam espaço e território, do que lugar ao território. Não podemos perder o sentido das colocações, porque ao nos referirmos a espaço precisamos compreendê-lo como uma categoria e território como sendo outra, mas que, ambas se complementam, pois o território emana de um espaço. Raffestin (1993) explica que:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao apropriar de um espaço concreto ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço. (p.02)

Dessa forma, quando um indivíduo se identifica, se percebe e cria vínculos com determinado espaço, seja ele um lugar fixo, ou de fluxos (vias terrestres ou fluviais) constante no qual gere relações e identidade, podemos considerar que ali gerou-se um território.

O território não precisa ser material, totalmente atrelado ao conceito da terra, pois, ele pode ser simbólico e ser reconhecido pelas representações que nele ocorrem, o que lhe difere dos demais territórios. O que justifica esse olhar para o subjetivo e abstrato é que não podemos pensar um ambiente de forma homogeneizante, ou seja, se não vivo uma realidade, e não a identifico, conseqüentemente, não haverá vínculos.

No caso de relacionar território e a realidade ribeirinha, no que abrange as ilhas e o rio Tucumanduba, pode-se observar, de modo geral, que estes estão ligados a terra, mas, também as águas do rio Tucumanduba, tendo as águas não somente como via para transitar entre vários lugares, mas também como fonte de subsistência e atividade econômica.

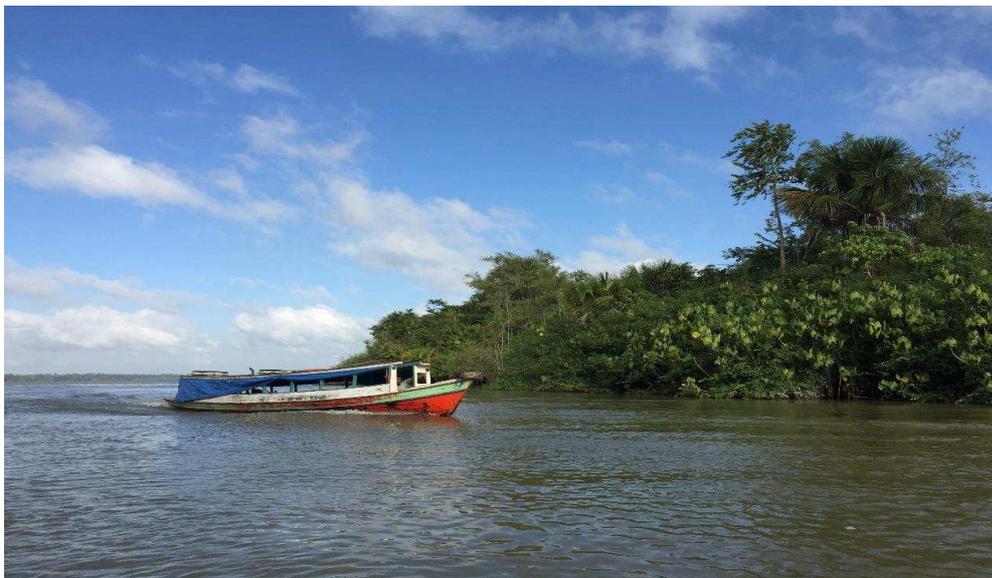


Figura 15:ribeirinho transitando no rio Tucumanduba

Fonte: Gonçalves, 2015

Sob essa perspectiva, conceituamos território para além de uma lógica reducionista, pois levamos em consideração as especificidades do território estudado, considerado- o um território ribeirinho, dotado de personalidade quanto a sua formação histórica, aspectos de representações, formas de apropriação dos espaços, relações com os demais indivíduos (internos e externos), e de exercício do poder pelos que habitam quanto por aqueles que coordenam o espaço (o poder público).

Esse território (s) é observado para além de um conjunto de ilhas ribeirinhas de Abaetetuba, mas sim, por um território que está formado e interligado a um rio, e, que é por meio desse rio e por esse rio que várias ações ocorrem. Por essa questão de ações, uso do território e relações de poder, que entendemos a necessidade de perceber que o rio Tucumanduba é o elemento que impulsiona as relações de uso e de poder, pois assim como a construção de rodovias é um ponto propulsor para interligar espaços e formar novos territórios, o rio, também tem a mesma função e pode ser ponto de referência para a formação de muitas ações.

Segundo Raffestin (1993), os lugares, representados pelas ilhas, podem ser consideradas como pontos e o rio como a ligação entre esses pontos, o que gera uma rede, e, essas redes possuem uma axiomática, uma representação, que pode ser interpretada como “x” por aquele que observa e vista sob o ângulo “y” por aqueles que o vive. Porém o território só tem sentido, quando é um objeto, produto de ações e comportamentos, sendo, portanto, de acordo com Raffestin (1993) :

[...] uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações. (p.02)

Desse modo, os territórios das ilhas existentes no rio Tucumanduba nascem a partir dessas representações no espaço que são coordenadas pelo poder público, mas não seguem um padrão, ou exato comportamento, pois as identidades com o espaço bem como as práticas nele exercidas geram um território e poder de uso espontâneo, que intencionalmente emana de uma territorialização preexistente pelos agentes hegemônicos. Um exemplo disso, é quando no capítulo anterior citamos a formação do território amazônico e sua relação com a formação da cultura ribeirinha, pois os rios eram a única forma de transitar até as terras paraense e assim movimentar a economia local. Foi por meio deles (os rios) que as políticas locais envolveram as estratégias para atrair os primeiros polos de produção no Pará, que relacionavam matéria-prima das áreas dos rios, bem como, mão-de obra daqueles que já habitavam as ilhas.

Nesse sentido, devemos observar o território ribeirinho sob duas perspectivas, uma é de que as ações, as práticas, as relações, identidades com o espaço vivido, mas não só estes, como também as apropriações no sentido do uso do poder pelos que vivem em um determinado lugar pode ser considerado como um território. A segunda é que não podemos esquecer que este território, diante de instrumentos cartesianos, é projetado, e, daí passa a ser controlado pelos agentes externos, que também observam ações e práticas locais que, só possuem sentido de existência se houver préstimo a produção do capital.

Para a produção, há uma lógica de organizar os espaços e projetá-los, mas essas projeções também estão passíveis de mudanças de acordo com as relações sociais, pois, segundo Raffestin:

Todo projeto é sustentado por um conhecimento e uma prática, isto é, por ações e/ou comportamentos que, é claro, supõem a posse de códigos, de sistemas sêmicos. É por esses sistemas sêmicos que se realizam as objetivações do espaço, que são processos sociais. É preciso, pois, compreender que o espaço representado é uma relação e que suas propriedades são reveladas por meio de códigos e de sistemas sêmicos. Os limites do espaço são os do sistema sêmico mobilizado para representá-lo. (...) o próprio sistema sêmico é marcado por toda uma infra-estrutura, pelas forças de trabalho e pelas relações de produção, em suma, pelos modos de produção. Isso é o mesmo que dizer que a representação só atinge no espaço aquilo que é suscetível de corresponder as "utilidades" sociais lato sensu. Assim, portanto, a representação compõe o cenário, tendo a organização como o espetáculo da tomada original do poder. (...) Os sistemas de projeção de um lugar ou de um conjunto de lugares não foram, talvez, suficientemente analisados sob o ângulo do poder, isto é, na perspectiva de uma comunicação social que assegura a ligação entre os objetivos intencionais e as realizações.

Para Haesbaert (2004), podemos configurar uma multiterritorialidade existente no lugar do rio tucumanduba, onde é o "espaço-tempo vivido" que forma essa multiplicidade diversa e

complexa, que é contrária ao aspecto formado pelo território unilateral desenvolvida pelo capitalismo. O autor também se refere ao espaço da mesma forma como Raffestin, sendo visto como espaço de produção, não em seu modo natural, e diferenciando espaço de território, mas não os excluindo um do outro. Dessa forma:

A diferença é que, se o espaço social aparece de maneira difusa por toda a sociedade e pode, assim, ser trabalhado de forma genérica, o território e os processos de des-territorialização devem ser distinguidos através dos sujeitos que efetivamente exercem poder, que de fato controlam esse(s) espaço(s) e, conseqüentemente, os processos sociais que o(s) compõe(m). Assim, o ponto crucial a ser enfatizado é aquele que se refere às relações sociais enquanto relações de poder – e como todas elas são, de algum modo, relações de poder, este se configura através de uma noção suficientemente ampla que compreende desde o “anti-poder” da violência até as formas mais sutis do poder simbólico.

Portanto, na concepção de Haesbaert, o território não pode ter uma análise unitária, pois depende do modo como ir ser analisado. Ele propõe 3 formas de análise: a primeira é a que estuda o território por um viés de noção jurídico- político que está relacionado ao poder legal regido pelas leis sob o controle do estado, o segundo é relacionado a noção cultural e simbólico, onde, a apropriação dos lugares ocorre por meio do espaço vivido, o qual se constroem identidades, relações simbólicas no território. E, por último, uma noção econômica, a qual está ligada com a relação do território como meio de recursos naturais para a produção em prol do capital. Essas noções, apesar de serem fragmentadas, elas também podem coexistir, formando nos territórios processos de territorialização, desterritorialização, reterritorialização ou até mesmo multiterritorializações.

Enquanto “continuum” dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos agentes/ sujeitos envolvidos. Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc. As razões do controle social pelo espaço variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo. (HAESBAERT, 2004; p.03)

Dessa forma, podemos analisar o território para além de uma “dimensão estritamente política”, ou econômica, mas também pelo seu viés cultural, pelas formas de como comunidades utilizam um determinado espaço e, acabam por dar significado aos lugares, os tornando parte de sua história. Por mais que os territórios possam ser vistos por diferentes olhares, podemos enfatizar uma noção de território, sem deixar de mostrar algumas ações que incidem das outras formas de territorializar.

É nesse sentido que buscamos analisar o território ribeirinho do rio Tucumanduba, onde a ênfase está em perceber as ações, representações e conflitos relacionados a uma concepção territorial de espaço-tempo vivido, como noção cultural e simbólica, mas que sofre influências de outras formas de territorialização, seja no aspecto jurídico- político, quanto econômico. O propósito não é

gerar discussões quanto os dois últimos aspectos citados, mas, demonstrar que as ações deste ocorrem no detrimento das noções culturais e simbólicas do rio e suas ilhas.

#### **4. TERRITÓRIO RIBEIRINHO: UM MAPEAMENTO DAS AÇÕES, REPRESENTAÇÕES E CONFLITOS NO RIO TUCUMANDUBA EM ABAETETUBA-PA**

De acordo com os capítulos anteriores, que explicam a formação territorial de Abaetetuba e suas ilhas, da formação territorial amazônica e aos conceitos quanto a definição de território, buscamos dar continuidade atrelando teorias as práticas, que, respectivamente, foram observadas, pesquisadas e analisadas de acordo com os estudos relacionados a avaliar o Território. Desse modo, investigar as ações, práticas e representações, tendo como estudo implícito as relações de poder e conflitos, são os objetivos principais desse capítulo.

Sob essa perspectiva, corpo deste capítulo está estruturado em três momentos, onde, o primeiro intitulado **metodologia e aplicabilidade: os processos e desafios**, mostra a aplicabilidades e as ferramentas utilizadas na metodologia, bem como, as dificuldades enfrentadas no decorrer da pesquisa. O segundo momento é o **Mapeamento das Ações exógenas: atores integrantes e suas intencionalidades nas ilhas do Rio Tucumanduba** que concerne em trabalhar os resultados obtidos quanto a pesquisa nas empresas atuantes, por parte do poder público, no rio tucumanduba, bem como, suas intencionalidades discutidas em diálogo com os autores trabalhados nas leituras. E, por fim, o terceiro momento mostra um **Mapeamento das representações: uma análise do território ribeirinho por meio do olhar ribeirinho**, o qual tem o objetivo de mostrar como o ribeirinho observa o ambiente que o cerca, suas praticas, seu modo de vida e suas atividades, não deixando de confrontar a visão destes com a visão dos agentes externo que atuam na área, sem deixar de embasar as discussões com os autores ligados a temática.

##### **4.1. METODOLOGIA E APLICABILIDADE: OS PROCESSOS E DESAFIOS**

A metodologia proposta nesta pesquisa teve por objetivo mapear ações e representações no rio Tucumanduba, em Abaetetuba-PA, mas, para conseguirmos obter resultados seguimos uma lógica construída para dar sentido a aplicabilidade em campo, que estava embasada nas leituras

feitas ao longo dos 24 meses de pesquisa. O primeiro contato foi compreender o que era o rio Tucumanduba, ou seja, saber quais ilhas os abrangia para poder partir para o campo de observação.

No campo de observação tivemos o primeiro contato com toda a extensão do rio Tucumanduba até se encontrar com o rio principal que é o rio Pará. E por meio de conversa informal com o rabeteiro que é morador de uma das ilhas do rio Tucumanduba, o furo grande, fomos conseguindo o contato com os demais moradores e conhecendo de modo geral a logística na área. Após esse primeiro contato, obtivemos informações que nos ajudaram a formular um questionário semi- estruturado para aplicar no próximo campo. Dois meses depois, com a ajuda de um gravador, passamos a fazer a aplicabilidade dos questionários para analisarmos como se formava o território destes ribeirinhos ligado a terra e ao rio.

No terceiro momento, partimos para o campo em busca das empresas que atuavam no rio Tucumanduba para saber seus objetivos, quais ações feitas, como era sua relação com os ribeirinhos e o que eles achavam destas áreas. Foi então que buscamos informações junto a duas empresas: a IDATAM (Instituto de Assistência Técnica da Amazônia) / ATER (Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural) e a ECO (Consultoria, Planejamento e Projeto Ltda), que é o núcleo operacional da ATER que trabalhavam nesta área para ajudar o INCRA a agir nas ilhas. Foi quando, com autorização destas empresas, tivemos acesso a alguns dados que eles estavam levantado nas ilhas, bem como mostraram como ocorre a logística interna para conceituar o rio Tucumanduba.

Por último, com a ajuda do GPS, buscamos os dados de localização do rio e suas ilhas e também fomos nas casas de algumas famílias para que estes nos mostrasse em sua lógica a localização das ilhas que abrangiam o rio Tucumanduba e apontassem as principais áreas e onde eram as sedes de maior importância para a manifestação cultural, religiosa, e outras atividades a fins.

Os maiores problemas enfrentados durante a aplicabilidade no campo não estão ligados aos ribeirinhos nas ilhas mas o contato com a empresas, pois elas não tinham dados completos da área, apenas informações fragmentadas que por alguns imprevistos ainda não estavam prontos, o que dificultou a análise dos dados obtidos para finalizar a pesquisa.

#### 4.2. MAPEAMENTO DAS AÇÕES: ATORES INTEGRANTES E SUAS INTENCIONALIDADES NAS ILHAS DO RIO TUCUMANDUBA

O território é uma categoria formada por meio do espaço geográfico, portanto buscaremos trabalhar primeiramente sobre os conceitos as serem trabalhados para mostrar a logística das ilhas que, segundo o INCRA, formam as áreas ligadas ao rio Tucumanduba e quais são os principais fatores que determinam classificá-las dentro do percurso ligado ao rio e as delimitações físicas do local.

É importante ficar claro que apesar do território ser formado por meio do espaço, ambos são distintos. O território nasce da delimitação, do planejamento e utilização do espaço para fins de apropriação, seja material ou abstrato. Segundo Raffestin (1993), ele é resultado de ações conduzidas por um indivíduo em qualquer nível, ou seja, a representação do um determinado espaço é uma forma de territorializá-lo. O território pode significar para além de uma área definida por relações de poder, e, pode também significar a prisão que os próprios homens constroem para si.

Utilizar de métodos para construir a realidade acaba por ser uma forma de apropriação. É o que acontece mais frequentemente quando criamos mapas, cartas e outras formas de representar um determinado espaço com o objetivo de agir sobre ele de alguma forma. Simulacros de uma área ajudam muito mais na análise de um território do que até mesmo trabalhar com o próprio objeto. Essas são formas modernas de ver ou legitimar a formação de um território, como é o caso da cartografia.

A cartografia surge com a finalidade de contribuir na apropriação estratégica não somente de se localizar em um determinado espaço, mas também de controlá-lo e é um bom exemplo de demonstrar territorialização. Ela pode ocorrer tanto de dentro (ator participante do território) para fora, quanto de fora (ator observador do território) para dentro. Exemplo disso, o estado, que está sempre atualizando suas áreas e os limites territoriais, como é o caso do INCRA, que está sempre presente na catalogação de dados de localização e de expansão dentro, principalmente de áreas rurais.

Nas ilhas de Abaetetuba por exemplo, é bem claro essa sistematização territorial. Desde abril de 2014 foram implementados dois órgãos que trabalham em parceria com o INCRA, são eles: o IDATAM e a ECO. Estas são empresas governamentais que há dois anos estão atualizando os dados de localização das áreas rurais de várzea, a fim de ter o controle territorial por meio das PAE'S (Projeto de assentamento Agro Extrativista) e fazer planejamento para investir nas potencialidades

locais, promovendo assim, assistências técnica nos assentamentos. Estimasse que hoje o INCRA invista mais de 91 milhões de reais no Nordeste paraense, o que inclui a assistência social e financeira na atividade econômica das famílias ribeirinhas com o Açaí e o pescado, que passam de ser somente fonte de subsistência e passar a ter valor comercial.

## EMPRESAS QUE TRABALHAM EM PARCERIA COM O INCRA



Figura 16: frente das empresas que trabalham em parceria com o INCRA

Fonte: Gonçalves, 2015

O IDATAM (Instituto de Assistência Técnica da Amazônia), trabalha em parceria com o INCRA com mais de 20 projetos de assentamentos nas ilhas que fazem parte do projeto de reforma agrária, onde as famílias pesquisadas possuem um número que os identificam no sistema do INCRA, para o controle de assentados dentro deste projeto federal que tem como gestor o próprio INCRA.

Na oportunidade em que estivemos em campo na cidade de Abaetetuba, local da sede desta empresa, aproveitamos para obter informações sobre suas ações nas ilhas do rio Tucumanduba. Dois técnicos se disponibilizaram a responder as perguntas, e, um deles, inclusive é um ribeirinho formado que agora trabalha no IDATAM para o levantamento de informações e ajudar nos projetos. Para que não citemos nomes, iremos trabalhar com a identificação de técnico A, e técnico B, a fim de não publicar e comprometer os entrevistados.

Sobre a função do Incra em parceria com o IDATAM nas ilhas, o técnico A afirma que:

“Trabalhamos com 13 projetos de assentamento, mais 09 projetos de assentamento e mais 04 projetos de assentamento. As ilhas fazem parte do projeto de reforma agrária, as famílias pesquisadas têm um número no SIGA, sistema que o INCRA tem para os assentados dentro do projeto federal onde o INCRA é o gestor deste projeto.”

O técnico A também afirma que além dos projetos de assentamento, foi criada também uma turma do PRONERA que o INCRA está pagando, porque eles necessitam que pessoas da área rural conheçam a geografia de suas áreas. O PRONERA é o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, que nasce como uma ideia em 1997, após o primeiro Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária – ENERA, em parceria com a UNB (Universidade de Brasília), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), do Fundo das Nações Unidas para a Ciência e Cultura (Unesco) que decidiram a necessidade de uma educação voltada ao desenvolvimento rural, e de políticas públicas que garantissem a formação de jovens e adultos em uma educação do campo. Em 16 de abril de 1998, foi publicada a portaria Nº. 10/98, o Ministério Extraordinário de Política Fundiária criou o (Pronera) e em 2001 foi incorporado ao INCRA.

Desde então o INCRA trabalha com o PRONERA em várias áreas rurais, e pela informação do Técnico A, já foi implementado aos moradores do rio Tucumanduba, e, ainda segundo ele, o próprio INCRA chega a contratar os ribeirinhos formados para contribuir nos levantamentos de dados e programas governamentais nas ilhas.

Sobre o que são as ilhas, o técnico A deixou bem claro que não se pode trabalhar nas ilhas sem pensar em assentamento, pois é o INCRA que coordena essas áreas. O técnico A comentou também que não são simples assentamentos, pois:

Há várias modalidades de assentamento: tem aqueles que o INCRA compra a terra para dar uma destinação dessa área. Tem aqueles que são RESEX, que são reservas. E, aqui [no caso das ilhas do rio Tucumanduba] são áreas de marinha que o INCRA dá uma concessão de uso para transformar em assentamento.

Assim, o técnico A ainda conclui que essas áreas de marinha são cedidas e que o INCRA:

Dá concessão de uso, de uso fruto e trata das partes das políticas públicas. Tem uma portaria do STU que regulamenta, e emite o Termo de Autorização de Uso, o TAU. O STU passa a concessão para as associações primeiramente, em cada propriedade é feito o termo, a partir desse termo de autorização de uso [ele] te habilita com outras políticas públicas, e, quem te habilita é o INCRA com o financiamento de habitação, que não pode vender. Tem que respeitar limite de herança, ou melhor, limite de tradição, porque já há uma tradição nessa terra. Tem que ser respeitado.

Essa questão de concessão de uso será tratada em um segundo momento, quando entrevistarmos a segunda empresa a ECO e confrontarmos ambas informações sobre o assunto. Outra questão importante a frisar é de que quando comentamos se eles levam em consideração os aspectos de representação, como práticas e costumes eles afirmam que apreendem essas questões

fazendo pesquisa em todos os assentamentos com a aplicação de questionários que abordam sobre o social, ambiental, econômico e na questão de saúde também.

Sobre a dimensão e o que engloba o rio Tucumanduba o técnico B afirma que são dois lotes pertencentes ao rio Tucumanduba, o lote 10 que é só uma parte da ilha do Marcapucu-Palmar, e, todas as ilhas pertencentes ao lote 09. Segundo o “técnico Y” constituem-se no total três assentamentos. Ele complementa afirmando que um lado do Tucumanduba é Nossa Senhora das Graças e o outro lado é o Furo Grande e desde “2006 pra cá a gente tenta melhorar as informações e desconstruir histórias sobre as ilhas. A gente trabalha com a questão de assentamento agro extrativista”.

Obtivemos, informações importantes no IDATAM, mas não suficientes, tendo em vista que cada empresa fica responsável por determinadas PAE's, tanto para mapear, quanto para prestar assistência técnica rural. Esses assentamentos são divididos em lotes territoriais, e, a área que compreende o rio Tucumanduba, ele faz parte de dois lotes: O lote 09 (o qual a ECO é responsável) e o lote 10 (o qual a IDATAM é responsável). Desse modo, ainda precisávamos de informações quanto a ECO e seus levantamentos de dados.

Nesse sentido, procuramos dados ou documentos junto a ECO sobre os mesmos questionamentos feitos ao IDATAM e obtivemos as informações de que o lote 09 é formado por 07 (sete) ilhas, e são elas:

- Nossa Senhora das Graças
- Ilha Paruru
- Ilha Urua I
- Ilha Furo grande
- Ilha Bacuri
- Ilha Piquiarana
- Ilha Piquiarana Miri

Os projetos trabalhados pela ECO no Tucumanduba consistem na aplicação de questionários, entrevistas informais, análise de posição geográfica e fiscalizar a delimitação dos assentamentos, que segundo a empresa, é uma forma de conhecer as comunidades, os problemas locais e assim possibilitar assistência técnica para as famílias. Mas, para que isso ocorra, há, primeiramente, uma articulação e mobilização junto à comunidade onde a ECO agirá, e o INCRA

se encarregará de comunicar e convidar todos os envolvidos no processo, como os representantes de comunidade, sindicato dos trabalhadores rurais, movimento dos ribeirinhos com o intuito de lançar a proposta do projeto publicamente e a conhecimento das famílias sobre as ações que serão realizadas nas áreas.

A equipe da ECO contou com a colaboração do presidente da comissão de representantes ribeirinhos do médio Tucumanduba, Fábio Bailão, que empenhou-se ajudar e ministrou palestra aos ribeirinhos para explicar como a ECO iria agir nas ilhas, elaborando junto a empresa as datas, horários, esclarecimentos dos objetivos e os benefícios das ações aos assentamentos. As ações contaram com 09(nove) técnicos, sendo comandado pelo agrônomo Ítalo Pinheiro.

Além dessas ações, a ECO promove assistência social em combate a violência contra a mulher e trabalho infantil, levando até as ilhas palestras e oficinas sobre os assuntos e incentivando a denúncia contra esses crimes. Segundo a ECO, é comum encontrar situações precárias de trabalho nas ilhas do rio Tucumanduba e ainda há muitas crianças trabalhando nesses lugares por incentivo dos pais. Eles também lembram que há muitos casos de mulheres que sofrem violência doméstica, e, por vezes, não denunciam.

Em visita a empresa e entrevista aos funcionários que participam dos projetos no rio Tucumanduba, buscou-se obter informações não somente de dados técnicos, mas também qual a concepção e o significado que as ilhas, o rio Tucumanduba e as famílias ribeirinhas tinham para eles, bem como os problemas territoriais detectados. Para não citar nomes em específicos, trabalharemos com as letras X, Y e Z, as quais representarão os três técnicos que nos atenderam na ECO.

Sobre o rio Tucumanduba e suas ilhas, no que se refere ao que representa para os técnicos que trabalham na ECO, o Técnico X afirma que:

O rio Tucumanduba aqui nós chamamos de rua, é tipo uma BR, aos lados se fazem as ilhas e ao meio o rio como uma rua, é tipo como uma rua. (...) Logo no começo eu confundia muito, tipo eu tá aqui (em uma ilha) e logo pertinho bem do lado é outra ilha.

Os técnicos que participam dos projetos no entorno do rio Tucumanduba são todos oriundos de zona urbana, não há ribeirinhos, ou seja, sentem um impacto ao se depararem com outra realidade e modos de vida que se diferem das ditas “normais” em uma cidade. É um outro tipo de território, com formação diferente, outras relações e práticas que são comuns aos que vivem nesse espaço.

Em outro momento procuramos saber quais ilhas formam o entorno do lote 09, o qual eles afirmam formar o rio Tucumanduba. Sobre a questão, o Técnico Y explica que:

O rio Tucumanduba abrange duas ilhas o Paruru e a nossa senhora das graças (...) e possui 3 PAE'S que são furo grande, ajuai e bacuri (...). A gente diz que isso que é a ilha, o PAE e o entorno de toda ilha (...), o PAE envolve várias ilhas.

PAE' S é uma abreviação dada ao Projeto de Assentamento Agro extrativista, criada por meio de uma publicação de Portaria, onde consta dados do imóvel, o número de famílias que ocupará a área e o nome que será dado ao lugar. O INCRA é o órgão governamental responsável pela instalação das famílias no local, que na maioria dos casos são famílias oriundas de comunidades extrativistas.

Além do projeto, também há outras modalidades criadas pelo INCRA, são elas:

Quadro 3: Modalidades criadas pelo INCRA

GRUPO I - MODALIDADES DE PROJETO CRIADOS PELO INCRA		
ATUALMENTE		
MODALIDADE	SIGLA	CARACTERÍSTICAS
<b>Projeto de Assentamento Federal</b>	PA	<p>Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA;</p> <p>Aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção de responsabilidade da União:</p> <p>Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União;</p> <p><input type="checkbox"/> Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) de responsabilidade da União.</p>
<b>Projeto de Assentamento Agroextrativista</b>	PAE	<p>Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA;</p> <p>Aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção de responsabilidade da união;</p> <p>Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União;</p> <p><input type="checkbox"/> Titulação (Concessão de Uso) de responsabilidade da União;</p> <p><input type="checkbox"/> Os beneficiários são geralmente oriundos de comunidades extrativistas;</p> <p><input type="checkbox"/> Atividades ambientalmente diferenciadas.</p>
		<p>Projetos de Assentamento estabelecidos para o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas e dirigido para populações tradicionais (ribeirinhos, comunidades extrativistas, etc.)</p>

<p><b>Projeto de Desenvolvimento Sustentável</b></p>	<p>PDS</p>	<p>Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA;</p> <p>Aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção (PRONAF A e C) de responsabilidade do Governo Federal;</p> <p>Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União;</p> <p>Não há a individualização de parcelas (Titulação coletiva – fração ideal) e a titulação de responsabilidade da União;</p>
<p><b>Projeto de Assentamento Florestal</b></p>	<p>PAF</p>	<p><input type="checkbox"/> É uma modalidade de assentamento, voltada para o manejo de recursos florestais em áreas com aptidão para a produção florestal familiar comunitária e sustentável, especialmente aplicável à região norte</p> <p>A produção florestal madeireira e não madeireira no PAF deverá seguir as regulamentações do IBAMA para Manejo Florestal Sustentável, considerando as condições de incremento de cada sítio florestal</p> <p><input type="checkbox"/> Tais áreas serão administradas pelos produtores florestais assentados, por meio de sua forma organizativa, associação ou cooperativas, que receberá o Termo de Concessão de Uso.</p> <p><input type="checkbox"/> O INCRA, em conjunto com IBAMA, órgãos estaduais e a sociedade civil organizada, indicará áreas próprias para implantação dos PAF's.</p>
<p><b>Projeto de Assentamento Casulo</b></p>	<p>PCA</p>	<p><input type="checkbox"/> Projeto de Assentamento criado pelo município ou pela União;</p> <p><input type="checkbox"/> A União pode participar com os recursos para a obtenção de recursos fundiários, mas a terra pode ser do município ou da União;</p> <p>Aporte de recursos de Crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção (PRONAF A e C) de responsabilidade do Governo Federal;</p> <p>Infra-estrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade do Governo Federal e Municipal;</p> <p><input type="checkbox"/> Diferencia-se pela proximidade à centros urbanos e pelas atividades agrícolas geralmente intensivas e tecnificadas;</p> <p><input type="checkbox"/> Titulação de responsabilidade do município.</p>

Fonte: INCRA (Adaptado)

Podemos perceber que houve uma classificação, por meio de modalidades criadas pelo INCRA, da área e da situação familiar de acordo com suas atividades nas ilhas do rio Tucumanduba, assim como nas outras ilhas e seus afluentes, com o objetivo de legalizar o lugar onde os ribeirinhos vivem, buscando não interferir nas suas práticas ou relações com o meio ambiente. De acordo com essas informações há uma delimitação e um conceito já formado, por meio do INCRA, do que define o território existente no Rio Tucumanduba.

Diante das informações e ainda de acordo com a entrevista realizada aos técnicos da ECO, procuramos saber a definição do que é o rio Tucumanduba para eles. O técnico X responde que:

Se você for do baixo ao alto Tucumanduba é só um rio, eles (ribeirinhos) que fazem essa divisão, que é uma divisão mental, então tem o alto, o médio e o baixo Tucumanduba e ainda tem o Tucumandubazinho. (...) Por que que eu te falo que é o Tucumandubazinho, é porque ele vai, costurando, ele vai se estreitando, ele fica bem estreitinho por isso que é o Tucumandubazinho, mais é só um.

Essa divisão a qual eles se referem é a indicada pelos ribeirinhos que delimitam áreas do rio de acordo com seu cotidiano e conhecimento local. Para os técnicos não há tanta relevância essa divisão pois trata-se apenas de um rio.

Ao abordar o quantitativo levantado atualmente de quantos assentados residem nas ilhas, outras questões referentes as ocupações no território também foram mencionadas. Por oportunidade de algumas perguntas no questionário e em conversa informal, o técnico X afirmou que:

Sobre os assentados, são mais de 1.800 (mil e oitocentos) assentados (...) Ixi, tem muita gente que não é assentada, cada PAE tem uma cota de assentados, e aquela cota "x" não pode ultrapassar. (...) O assentamento não pode passar (os limites) ou repassar para ninguém, [mas], por eles terem a posse, eles acham que podem vender, inclusive tem um líder de um assentamento que quer trabalhar em cima disso, para os cartórios não aceitarem mais. (...) Legalmente não pode fazer isso.

Eles também afirmam que descobrem isso nas conversas informais quando vão aplicar o questionário do INCRA para os membros familiares, pois não há perguntas em específico sobre esse assunto. De acordo com o que alega alguns ribeirinhos, há muita gente ilegal nas ilhas, ou seja, que não possui título de posse de lugar que vivem, mas acreditam que com o registro de compra e venda de área, acordada com o real titular, é válido para comprovar que o imóvel e a terra é sua.

Esses registros são feitos nos cartórios da cidade de Abaetetuba e não há um impedimento, o que facilita para alguns ribeirinhos venderem as terras que vivem ou doar a um parente próximo. O problema é que esses registros de compra e venda no caso de terra nas ilhas de Abaetetuba não tem garanti, afinal as áreas que consistem as ilhas não podem ser vendidas, nem passar das delimitações criadas pelo INCRA, ou até mesmo serem doadas a terceiros, pois esse lugar se trata de área de marinha.

As famílias residentes nessas áreas possuem somente o “usufruto” da terra, pelo fato de estarem em “terra de marinha”. O decreto-lei 3.438 de 17 de julho de 1941 especifica que “São terrenos acrescidos de marinha os que se tiverem formado, natural ou artificialmente, para o lado do mar ou dos rios e lagoas, em seguimento nos terrenos de marinha.” (Art. 2º), o que apenas dá o direito de usufruto pois “A União não reconhece e tem por insubsistentes e nulas quaisquer pretensões sobre o domínio pleno de terrenos de marinha e seus acrescidos.” ( Art. 3º).

Usufruto, palavra originária do latim “uso dos frutos”, segundo o código civil brasileiro (2002), é o direito real e inalienável de usar, fruir, e se manifestar sobre terra concedida para subsistência e atividades do usufratário junto a sua família, porém, é impenhorável, pois é apenas concedido para aquele que manifesta interação com o território por mais de 6 meses. No caso das famílias ribeirinhas pertencentes as ilhas de Abaetetuba, o título das terras foi garantido por meio da formação histórica que eles possuem com as áreas de várzea e pela importância que essas famílias, por meio da terra que usufruem, exercem na economia local e regional do estado do Pará.

Nessa perspectiva, que concerne a legalização de áreas para uso e investimentos para produção agroextrativista e de pesca, é perceptível que o território é concebido de materialismo, levando em consideração as questões políticas e econômicas do estado para com as atividades exercidas pelas famílias ribeirinhas nas ilhas, pois suas ações trazem rentabilidade e promove a circulação de capital no território abaetetubense.

Capital é dinheiro, e, dinheiro está ligado a técnica, assim como a técnica está relacionada a território, pois, segundo Santos (2011), vivemos em um mundo globalizado onde se prioriza as técnicas, principalmente aquelas que são eficientes para “produzirem um mundo”. O dinheiro dentro do território é como um fluido que imprime velocidade a diversos atores para gerarem outros fluídos, o que acaba por interferir em determinadas histórias, assim como na vida dos ribeirinhos.

Todos os mercados, por menores que sejam, são fundamentais – isso também é globalização. Desse modo, por menos que seja um lugar, por mais insignificante que pareça, no mundo da competitividade este lugar é fundamental porque as empresas globais dependem de pequenas contribuições para que possam manter o seu poder. Esse poder, que é cego, porque não olha ao redor. Esse poder que se preocupa com objetivos precisos, individualistas, egoísticos, pragmáticos é um poder de cego, já que não olha ao redor. Mas escolhe lugares aqui e ali, hoje e amanhã, em função das respostas que imaginam poder ter, e desertam esses lugares quando descobrem que já não pode oferecer tais respostas (SANTOS, 2007; 19)

A organização no território ribeirinho, por parte das empresas governamentais reguladoras dos espaços usados, e, de sua rentabilidade, demonstram que há uma necessidade de estar não apenas

coletando dados, ou estar presente para ajudar as famílias que precisam de assistência social, mas de representar o estado no controle do território, fazendo com que ele continue assimétrico com os anseios do capital.

Nesse sentido, uma das formas de organizar o território é também oferecer as famílias condições básicas de qualidade de vida, que consta na Ação 8396 (PPA 2008-2011), do INCRA sobre implantação e recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamento, onde são prioridades do órgão governamental fornecer sistema de abastecimento de água, esgotamento sanitário e construção de redes de eletrificação rural, que segundo eles, visa “proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável aos assentamentos”.

PPA 2008-2011 Espelho de Programas	
MINISTÉRIO : 49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário	
PROGRAMA : 0137 - Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento	
<hr/>	
<b>AÇÃO:</b>	8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento
<b>Órgão:</b>	Ministério do Desenvolvimento Agrário
<b>Unidade Orçamentária:</b>	49201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
<b>Mod. Implementação:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Direta <input type="checkbox"/> Descentralizada <input type="checkbox"/> Linhas de Crédito <input type="checkbox"/> Transf. Obrigatória <input type="checkbox"/> Transf. Voluntária <input type="checkbox"/> Transf. Outras
<b>Tipo:</b>	Atividade
<b>Produto:</b>	Família atendida <span style="float: right;">Unidade de Medida: unidade</span>
<b>Especificação Produto:</b>	
<b>Função:</b>	Organização Agrária <span style="float: right;">Subfunção: Reforma Agrária</span>
<b>Finalidade:</b>	Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.
<b>Descrição:</b>	Priorização, a partir do levantamento das demandas da infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.
<b>Base Legal:</b>	Constituição Federal; Lei 4.504/1964 e Medida provisória nº 2.183-56/2001.
<b>Detalhamento:</b>	Os trabalhos relativos ao desenvolvimento do projeto de assentamento serão planejados e executados com a efetiva participação da comunidade assentada, de modo a estimular a organização comunitária. A infra-estrutura será implementada pela ordem de prioridade por meio de parcerias municipais, estaduais ou execução direta.
<b>Tipo de Orçamento:</b>	Fiscal
<b>Unidade Responsável:</b>	89250 - Coordenação-Geral de Infra-Estrutura

Figura 17: Documento do Incra, referente a Ação 8396 (PPA 2008-2011)

Fonte: INCRA

Porém, ao analisarmos o levantamento feito pela ECO, junto ao INCRA referente a estrutura física e qualidade ambiental, o próprio documento informa os principais ambientes físico locais e na descrição descrevem as estruturas como deterioradas, nada modernas, desgastados, velhos, dentre outros adjetivos que mostra a falta de assistência nas localidades do rio Tucumanduba, o que

demonstra que não há revitalização por parte dos órgãos que investem na produção que movimenta o capital do município.

Na verdade, essa organização acaba por desorganizar o território construído pelas famílias ribeirinhas que nelas vivem, pois além de não fornecer assistência básica às famílias, os tornam dependentes das ações como bolsa verde, seguro defeso e outros benefícios que somente são necessários porque essas comunidades já estão dentro do processo global sem ao menos perceberem. Suas atividades e apropriação interna de seu território ocorre porque macro agentes os permite, pelo fato de suas ações terem relevância na produção e sustento financeiro do município de Abaetetuba.

No geral, mesmo que devido aos imprevistos as empresas não tiveram condições de apresentar todos os dados das suas pesquisas, as informações obtidas pelo IDATAM e pela ECO subsidiaram uma boa amostra das ações que ocorrem nas ilhas do rio Tucumanduba e de como ela é vista e também sofre intervenções de agente exógenos. Portanto, todos os dados foram importantes para subsidiar as teorias dos autores citados que abordam a territorialização e formação de território (s).

Para que a pesquisa realmente faça sentido, partiremos ao segundo momento, o qual se refere as pesquisas dentro da área de intervenção dos agentes exógenos, que é o foco principal do estudo. As questões relacionadas ao olhar do rio Tucumanduba e suas ilhas pelos que vivem nesse território tem importante papel para compreendermos o que ele é, e, como é formado.

#### 4.3. MAPEAMENTO DAS REPRESENTAÇÕES: UMA ANÁLISE DO TERRITÓRIO RIBEIRINHO

O Território, como já citamos acima, pode ser percebido em sua dimensão por aqueles que observam e são agentes externos que atuam no lugar em prol de benefício próprio. Porém, buscamos analisar também que o território tem outra percepção, o qual surge por meio daqueles que vivem e utilizam determinada área. Estes criam relações concretas e abstratas com o lugar, gerando um território que é delimitado pelo olhar das pessoas que possuem a interação com seu meio ambiente. No Rio Tucumanduba por exemplo, as formas de se localizarem no espaço e de perceber seus limites territoriais ocorre pelo saber do cotidiano, do senso comum, pois eles não utilizam mapas, mas traçam limitações pelos próprios objetos fixos existentes no ambiente.

A pesquisa em campo ocorreu em três momentos: um no período final da entre safra (janeiro/2015), outra no período de safra (junho/2015) e outra no período de final de safra (novembro/2015), com o total de 10 moradores entrevistado, que serão citados no decorrer do trabalho com demonizações fictícias. No quadro abaixo é possível visualizar a o esquema utilizado na pesquisa, tanto na escolha dos lugares que cada entrevistado mora, quanto na denominação que será utilizada a cada um.

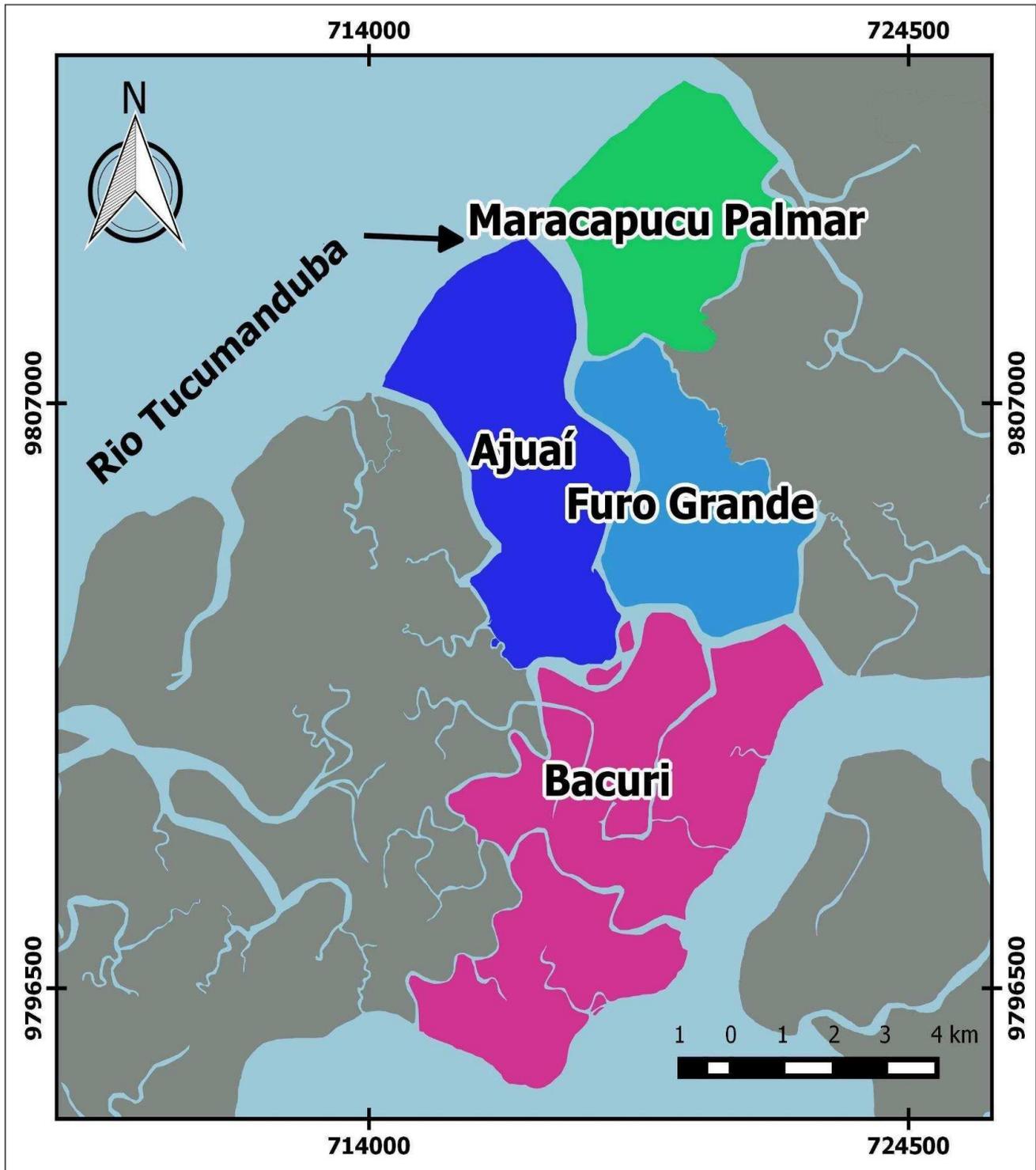
Quadro 4: Moradores entrevistados

<b>Moradores do rio tucumanduba</b>		
<b>entrevistado</b>	<b>Local que reside</b>	<b>Denominação fictícia</b>
<b>01</b>	Maracapucu-palmar	Ribeirinho 1
<b>02</b>	Maracapucu-palmar	Ribeirinho 2
<b>03</b>	Nossa senhora das graças	Ribeirinho 3
<b>04</b>	Nossa senhora das graças	Ribeirinho 4
<b>05</b>	Furo grande	Ribeirinho 5
<b>06</b>	Furo grande	Ribeirinho 6
<b>07</b>	Bacuri	Ribeirinho 7
<b>08</b>	Bacuri	Ribeirinho 8
<b>09</b>	Ajuai	Ribeirinho 9
<b>10</b>	Paruru	Ribeirinho 10

Fonte: Gonçalves,2015

A localização dos moradores e suas respectivas ilhas podem ser verificadas no mapa abaixo, que mostra apenas as ilhas de Abaetetuba.

MAPA 4: Localização dos moradores entrevistados no rio Tucumanduba



O perfil dos moradores entrevistados se concerne em que estes possuem entre 30 a 55 anos de idade, sendo todos pescadores, tanto os homens quanto as mulheres, e trabalham na pesca desde que eram crianças. O grau de instrução deles é de 90 % com ensino fundamental incompleto e 10 % com ensino fundamental completo, tendo em vista que o ensino médio é uma realidade mais recente dentro das ilhas.

Dos entrevistados, todos eram católicos sendo que 70% são devotos de Nossa Senhora de Guadalupe (entrevista no médio Tucumanduba) e 30 % eram devotos de Nossa Senhora de Lourdes (entrevista no baixo Tucumanduba). Todos, durante a entrevista disseram que se consideram ribeirinhos.

#### **4.3.1. Explorando o lugar (es) do ribeirinho**

Estudar e compreender o território ribeirinho é uma tarefa que necessita de organização das ideias e procedimentos metodológicos, onde, o leitor possa entender e saber diferenciar categorias geográficas, não deixando de perceber que elas são necessárias umas às outras. Dessa forma, buscaremos trabalhar o território ribeirinho sob seus aspectos e suas representações no espaço, no sentido de analisar as contribuições do tempo-espaço vivido, a organização, e alguns aspectos da paisagem local que fundamento a organização territorial.

Para ter acesso as ilhas do rio Tucumanduba, contamos com a ajuda de um rabeteiro que é morador da ilha do furo grande, e, constantemente utiliza o seu meio de locomoção, a rabeta, como renda extra para sua família, isso é uma atividade constante entre os que moram nas ilhas. O tempo para chegar no rio Tucumanduba é de aproximadamente de 45 minutos, dependendo do tipo de transporte fluvial, e, o ponto de partida da viagem se dá no porto da cidade de Abaetetuba, que é o local onde as diversas embarcações chegam e partem no decorrer do dia. Durante a viagem é predominante observarmos uma organização na paisagem de rio- várzea-floresta, onde ao passar por cada ilha encontramos a mesma logística de casas, que na maioria das vezes são de madeira, com uma distância de, aproximadamente, 20 metros umas das outras. Em outros casos a distância pode ser ainda maior.



**Figura 18:** Porto de Abaetetuba

O porto é considerado parte integrante do território ribeirinho porque é o lugar que une a cidade de Abaetetuba às suas ilhas sendo uma referência local secular. Este ponto ainda gera vários processos no espaço e formações territoriais como o fluxo de saída/chegada de embarcações, com fins de transporte de pessoas, mercadorias, como o pescado, o açaí, o miriti, dentre outras fontes alimentícias fornecidas pela mão-de obra dos ribeirinhos de suas ilhas. Também observamos que o porto é a área de negociação das mercadorias alimentícias, tanto diretamente, quanto na forma de feira alimentícia da cidade, onde grande produção trazida das ilhas são comercializados.

O porto tem um ordenamento complexo, onde une tradição territorial com a formação de novos territórios com seu intenso uso para diversos fins, pois nele agem ordenamentos para além daquelas construídas entre pescadores e distribuidores. Ele atribui valores e intensifica o poder do capital por meio da comercialização para grandes fornecedores.

O porto é a ligação entre os lugares com o sistema de fluxos, sendo parte das redes, pois assim como é o ponto referencial dos ribeirinhos até a cidade, é ele também que recebe produtos que são fruto das atividades ribeirinhas, os quais são transportados para fornecimento aos

mercados. O porto é uma variante que entrelaça a rede dendrítica com as redes complexas, pois segundo Haesbaert (2007):

A rede se coloca como um referencial teórico fundamental (...). Ela é veículo por excelência da maior fluidez que atinge o espaço e, no nosso ponto de vista, o componente mais importante da territorialidade contemporânea. (...) enquanto nas sociedades tradicionais o elemento dominante eram as malhas, a 'dimensão horizontal' do espaço, gradativamente, as redes vão adquirindo importância, ao ponto de, na sociedade informacional contemporânea, tornarem-se o principal elemento na configuração territorial (p.58/59)



**Figura 19:** Imagem dos arranjos e organização das moradias

**Fonte:** Gonçalves, 2015

Visualizando os arranjos das moradias, podemos perceber que estes são contrário a lógica urbana de aglomerados logísticos estruturados pelo sistema. Apesar de citarmos acima que é predominante a organização da paisagem, de acordo com a imagem acima, as moradias não seguem um padrão, mas sim, uma formação horizontal de apropriações do espaço de acordo com o meio, as possibilidades e as necessidades dos ribeirinhos.

A história é a lógica de formação dos arranjos, pois a conjuntura das casas está ligada ao viver, ao tempo-espaço dos modos de vida assim como essa conexão também é fundamental para mostrar a identidade dos moradores com o lugar. O conjunto destas formações e identidades dão ao espaço formas integrantes da construção territorial.



**Figura 20:** A configuração rio várzea floresta

**Fonte:** Gonçalves, 2015

A paisagem do rio Tucumanduba mostra o sistema rio- várzea -floresta, que está dentro do contexto do estuário amazônico banhado predominantemente com as águas doces em áreas de várzea. Segundo Ferreira (2014) o estuário não possui uma biodiversidade vegetal abundante em diversas espécies, mas é caracterizado com a predominância de algumas que possuem grande

valor à subsistência dos que moram nas ilhas e ao valor do poder econômico local de Abaetetuba como o extrativismo constantes de açaí nessas áreas.

Para compreendermos melhor essa área de várzea, contamos com a colaboração de Hiraoka (1993), que afirma podemos encontrar dois tipos de várzea nas ilhas, um é a várzea alta e a outra é a várzea baixa ou várzea de maré. As várzeas altas são caracterizadas por terras que alagam apenas em períodos do ano quando há incidência de maiores marés ligadas a três acontecimentos: o equinócio, a lua nova e o período chuvoso. Já as várzeas baixas, são aquelas que possuem terras baixas sujeitas a ao regime das marés diariamente. Esses fenômenos são importantes não apenas para termos conhecimento sobre o sistema dos ciclo das mares incidente nessas áreas, mas também para que possamos compreender que eles influenciam nos modos de vida das famílias que moram nesses lugares, e, manifestam suas práticas com os recursos naturais na proporção dos acontecimentos e as ações da natureza.

Retomando a abordagem sobre o lugar ribeirinho é importante perceber que ainda há algumas casas que trabalham com olaria na beira do rio, isso demonstra que, de alguma forma as famílias ainda conseguem, mesmo que em menores proporções arrecadar renda desta pratica antiga e que escravizou muita mão-de-obra ribeirinha.



**Figura 21:** Retrato da existência de olarias na margem do rio

**Fonte:** Gonçalves, 2015

Em se tratando do fluxo de pessoas na área, diferente das zonas urbanas, ou outros territórios rurais, não é frequente encontrarmos moradores andando fora de suas casas. Segundo o ribeirinho 1, isso ocorre, principalmente pela distância das moradias e eles são acostumados a ir nas casas pelos seus meios de transporte utilizados nos rios:

Eu vou na rabeta mesmo, ou no casco (...) se a gente vai na casa da frente, a gente pega o casco e atravessa. Nós sempre faz assim mesmo, é rapidinho. Pra ir na venda também a gente usa, a gente usa o casco pra quase tudo né, é só pegar e ir, é fácil. Tem casa ai mais próxima que dá pra ir andando mas tem lugar mais pra la do rio, então a gente vai remando.

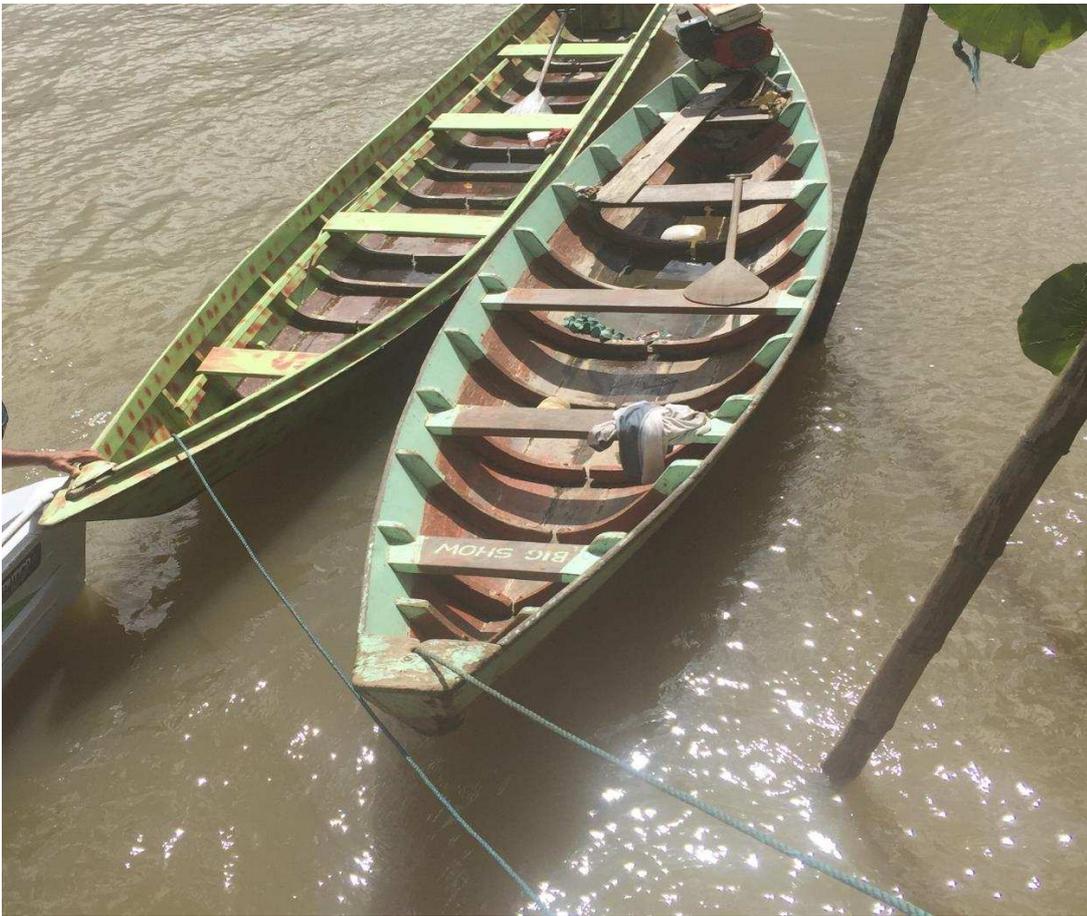
Percebe-se que é comum o uso de transportes aquáticos para se locomover devido a divisão que o rio faz entre as áreas. É como se o rio fosse uma rua e para travessar eles utilizassem outros meios que se diferem de uma zona urbana. Quando o ribeirinho 1 se refere a “rabeta”, ele fala de um meio de transporte comum e muito utilizado nessas áreas. É como se fosse uma canoa com um motor, não tendo a necessidade de utilizar o remo com frequência, somente, as vezes para direcionar a rabeta na hora de atracar, ou seja na hora dela parar em algum ponto.



**Figura 22:** Modelo de rabeta mais comum entre os moradores

**Fonte:** Gonçalves, 2015

Há também a utilização de outro meio de transporte conhecido entre os moradores como “casco”. O casco é como uma canoa sem o uso de motor, apenas o remo, e, é mais usado para transitar por áreas mais próximas, quando as famílias também possuem uma rabeta, ou até mesmo para a prática da pesca para a subsistência. Pelo formato, muitas vezes ela pode ser confundida com uma rabeta mas a foto abaixo ilustra a diferença entre as duas.



**Figura 23:** Casco e rabeta, ambas utilizam remo, mas apenas a rabeta tem motor.

**Fonte:** Gonçalves,2015

Esses instrumentos são essenciais para a vida dos ribeirinhos do rio Tucumanduba e durante a pesquisa não encontrou-se uma moradia que não houvesse um casco, ou uma rabeta, ou até mesmo os dois transportes, pois eles são de utilidade cotidiana, fazendo parte do modo de vida e da formação histórica ribeirinha.

De acordo com as análises, o modo de se locomover nas áreas do rio Tucumanduba não difere tanto da antiga logística paraense ligada aos rios e que tinha como predominância os mesmos aspectos no que concerne a logística de casas e acesso aos lugares. As formas do homem ribeirinho territorializar seu meio é, também, encontrando técnicas que se adequem ao lugar como o uso de transportes fluviais de menor porte.

Segundo Silva (2012) as territorialidades podem ser refletidas por meio dos métodos, usos e costumes, os quais são fruto de outras gerações mas, que por influência do tempo e aperfeiçoamento das técnicas, também possuem algumas evoluções. Antes, a população amazônica, que eram em sua maioria ribeirinha, já territorializavam os rios por meio dos barcos e canoas, portanto é essencial as famílias terem uma rabeta ou casco para se locomover, mas já há indício do uso de lanchas, que é mais rápida e diminui o tempo de locomoção dos ribeirinhos.

#### **4.3.2. O ordenamento territorial do rio Tucumanduba: a lógica dos lugares**

Buscou-se procurar a logística territorial do rio Tucumanduba pelo olhar dos moradores local, procurando observar se é compreendido da mesma forma que as empresas atuantes nas áreas, bem como o próprio INCRA que mapeou e delimitou os lotes no entorno do rio Tucumanduba. Trabalhamos com a metodologia de deixar o entrevistado nos mostrar o que era o rio Tucumanduba e o que fazia parte dessa área em sua concepção por meio da observação destes do que era o lugar e como este é representado de acordo com seus conhecimentos.

Sobre o que era o rio Tucumanduba e as áreas que o pertencem, o ribeirinho 2 afirma que:

[...] aqui nós temos só as varadas, (...) você entra ali no furo, e do furo vara pro Tucumanduba. Ai essa parte aqui da santa Terezinha, lá se torna tipo uma ilha. (...) aqui (no Maracapucu-palmar) começa o rio, já, nossa senhora das graças é uma comunidade inicia aqui e termina até chegar lá, antes da santa Terezinha [...]

Para ele o que compreende o rio Tucumanduba e suas “varadas”, denominação do cotidiano dada aos cursos d’água, são os referenciais para entrar ou sair de algumas comunidades, ou seja, é como se os cursos dos rios fossem ruas de acesso as comunidades que formam o território ribeirinho. Os rios contribuíram na formação das comunidades, assim como as comunidades e suas estruturas físicas são referências aos rios, isso fica evidenciado quando o ribeirinho 3 comenta que:

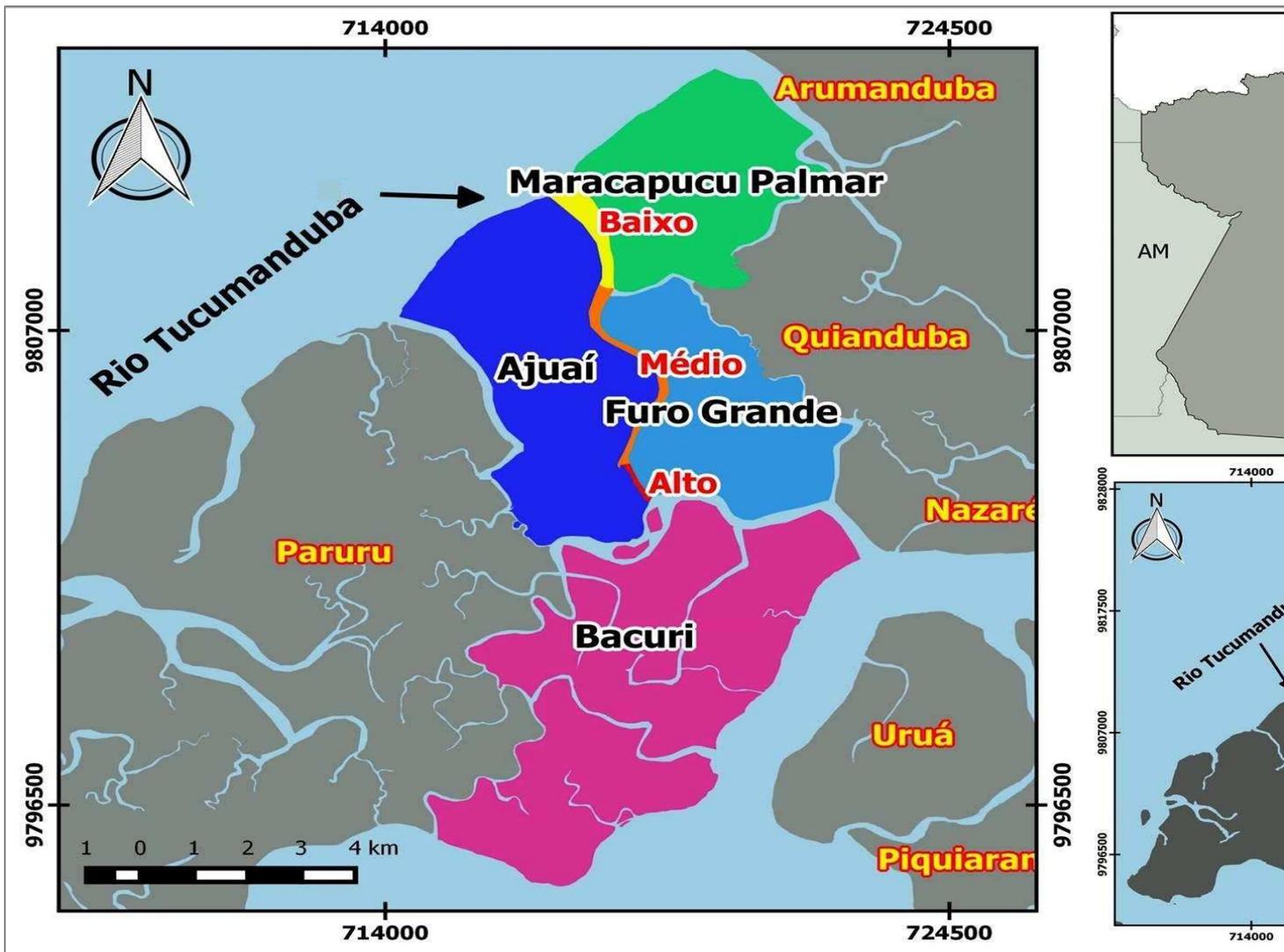
[...] aqui é o baixo e lá na nossa senhora de Guadalupe é o médio tucumanduba, só foi dividido porque temos duas comunidades, temos nossa senhora do Guadalupe e nossa senhora de Lourdes. A de Lourdes é do baixo e a comunidade de Guadalupe é do médio, nossa senhora das graças já é a boca do Ajuá [...]

Sob essa perspectiva e de acordo com outras informações, os ribeirinhos não costumam a se referir as divisões das ilhas pela lógica política estatal, pois afirmam que “aqui tudo é ilha”, como se a divisão feita por assentamento e lotes não atribuíssem a eles grande valor e identidade, mas sim, as divisões estruturadas por comunidades. Viver em comunidade para eles é o que os representa, é o que os referenciam porque foram eles que em sua organização interna construíram.

Dessa forma, podemos afirmar que, no ordenamento territorial do rio Tucumanduba há uma divisão em:

- Alto Tucumanduba;
- Médio Tucumanduba;
- Baixo Tucumanduba.

MAPA 5: Divisão do Rio Tucumanduba e suas principais Ilhas



Que se organizam de acordo com as seguintes comunidades:

Quadro 5: Organização das comunidades nas áreas do rio Tucumanduba

Comunidade	Localização	Referência
<b>Nossa senhora das graças</b>	Alto Tucumanduba	A boca do Ajuai
<b>Guadalupe</b>	Médio Tucumanduba	Igreja e centro comunitário próprio, bem como agrupa a escola da Ilha que tem o nome da padroeira
<b>Lurdes</b>	Baixo Tucumanduba	Igreja e centro comunitário próprio.

Fonte: Gonçalves, 2015

Essa fragmentação não dividi somente o território pela linha imaginária tracejada pela população, que sabem identificar a porção na qual se localizam, independente de placas ou qualquer outro instrumento de localização, mas também, influencia na cultura das famílias ribeirinhas deste lugar, que dependendo do local possui sua própria padroeira e conseqüentemente sua denominação de comunidade. Como observa-se no quadro acima.

Na lógica territorial hidrográfica, o rio Tucumanduba apesar de ser o afluente do rio Pará, também está representado junto ao encontro em meio a furos, rios, igarapés, e entre outros cursos d'água os quais habitam muitas famílias das comunidades pertencentes ao rio Tucumanduba. Estes outros lugares demonstram uma realidade não linear de formação territorial, e, não podem deixar de constar não somente para afirmarmos que eles fazem parte do fluxo constante e diário entre os moradores, mas para que também possamos compreender a dinâmica local e possíveis representações de comunidades que não vivem exatamente as margens do rio principal da pesquisa, o Tucumanduba.

A denominação "furo", a qual é citada durante a pesquisa, é uma nomenclatura mais utilizada no cotidiano dos ribeirinhos amazônicos para um canal mais estreito de um rio, podendo ser um córrego ou riacho que entrelaça com rios de maior porte e percorrem as matas

das várzeas. Muitas família e comunidades nascem de pequenas áreas como os furos e eles são vias até mesmo para encurtar o tempo entre lugares durante o percurso de embarcações.

O furo Tucumanduba, ou, Furo grande, percorre diversas áreas ribeirinhas transversalmente ao rio Tucumanduba, e faz limite com o município de Igarapé- mirim, indo da cabeceira do rio Mocajuba até o rio Mahuba, pelo qual desce até a sua foz, o rio Tocantins.

Quadro 6: Afluentes do rio Tucumanduba

<b>AFLUENTES DO RIO TUCUMANDUBA</b>	
<b>01</b>	Ajuaizinho
<b>02</b>	Igarapé Capitão
<b>03</b>	Igarapé Coelho
<b>04</b>	Rêgo
<b>05</b>	Igarapé Acapú
<b>06</b>	Rio Ipiramanha
<b>07</b>	Furo Tucumanduba/furo grande

Fonte: moradores das ilhas (Adaptado)

Dessa modo, esses rios dão acesso a outras comunidades que acabam por integrar o que compreende o território do Tucumanduba.



**Figura 24:** A imagem acima é um croqui, produzido pelos ribeirinhos no projeto “Nova Cartografia Social da Amazônia” coordenada pelo Antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida em 2009, explica bem a lógica do Tucumanduba para os moradores, que define todos os lugar.

**Fonte:**



**Figura 25:** A igreja de nossa senhora de Guadalupe e Escola nossa senhora do Guadalupe, que são a referência da localização do médio Tucumanduba para as comunidades

**Fonte:** Gonçalves,2015

Observamos que há uma dualidade complexa no que se refere a logística do território ribeirinho, pois os agentes externos criam e legalizam um modelo territorial, de acordo com a lógica territorial político-administrativo, onde as ilhas são lotes ligados aos Projetos de Assentamento Agroextrativista. Mas, na lógica ambiental das famílias ribeirinhas, o seu espaço tem significados e são dotados de valores, bem como são importantes para delimitar os grupos existentes entre eles próprios, como as comunidades no entorno do rio Tucumanduba,

Desse modo, o ambiente, assim como o território, é passível de interpretações sendo um campo heterogêneo que gera saberes, mas também conflitos de interesses de acordo com o significado de cultura e desenvolvimento para cada grupo que nele emerge ou interveem. (LEFF, 2010;P.51). A delimitação e divisão feita no território ribeirinho pelos agentes externos está ligada ao controle do Estado aos seus territórios, ou seja, como um campo estático, o que difere dos resultados da análise de campo, o qual apresenta habitantes que residem no lugar e passam a ser dotados de personalidade, e identidades e assim os territorializam.

Como decorrência desse raciocínio, é interessante observar que, enquanto "espaço-tempo vivido", o território é sempre múltiplo, "diverso e complexo", ao contrário do território "unifuncional" proposto e reproduzido pela lógica capitalista hegemônica, especialmente através da figura do Estado territorial moderno, defensor de uma lógica territorial padrão que, ao contrário de outras formas de ordenação territorial (como a do espaço feudal típico), não admite multiplicidade/sobreposição de jurisdições e/ou de territorialidades. (HAESBAERT, 2007; P.21)

Portanto, diferente da lógica do capital, a organização dos ribeirinhos não é única, unilateral, pois ela sofre influências históricas, do regional e do local e está passível de adquirir diversas formas de manifestações que caracterizam não somente o indivíduo, mas também as comunidades criadas e sua forma de expressar sua cultura.

### 4.3.3. Religiosidade

A religiosidade também é numa forma de mostrar as representações e as relações existentes em um território, configurando uma identidade cultural com os aspectos de símbolos e significados da doutrina religiosa, que está ligada ao comportamento de uma comunidade. A religião passa a fazer parte do cotidiano das famílias ribeirinhas. Segundo Rosendahl (2005), devemos levar em consideração a hierocracia, que consiste no poder do sagrado manifestado no espaço ou em um dado território.

Antes de discutirmos sobre as religiosidades existentes no rio Tucumanduba, devemos compreender a relevância de compreender a diferença entre religião/ território e religião/ territorialidade. No que se refere a religião e territorialidade, Rosendahl (2005) afirma que:

Nos tempos atuais o território, impregnado de significados, símbolos e imagens, constitui-se em um dado segmento do espaço, via de regra delimitado, que resulta da apropriação e controle por parte de um determinado agente social, um grupo humano, uma empresa ou uma instituição. O território é, em realidade, um importante instrumento da existência e reprodução do agente social que o criou e o controla. O território apresenta, além do caráter político, um nítido caráter cultural, especialmente quando os agentes sociais são grupos étnicos, religiosos ou de outras identidades.

Sobre religião e territorialidade, a autora define que:

Territorialidade religiosa, por sua vez, significa o conjunto de práticas desenvolvido por instituições ou grupos no sentido de controlar um dado território, onde o efeito do poder do sagrado reflete uma identidade de fé e um sentimento de propriedade mútua. A territorialidade é fortalecida pelas experiências religiosas coletivas ou individuais que o grupo mantém no lugar sagrado e nos itinerários que constituem seu território. De fato, é pelo território que se encarna a relação simbólica que existe entre cultura e espaço.

Sob essa perspectiva devemos estar cientes que o território é o instrumento das manifestações, e que a territorialidade passa a ser as práticas e realizações feitas, que acabam por controlar um determinado território. Desse modo buscamos mostrar os principais aspectos religiosos enraizados na formação histórica do rio Tucumanduba, bem como a disseminação de outras doutrinas religiosas que hoje existem nas comunidades.

De forma análoga a influência do catolicismo na formação de Abaetetuba, é possível constatar que nas ilhas que compõem o rio Tucumanduba, também não foi diferente. Devemos isso as evidências encontradas nas informações fornecidas pelas famílias e nas denominações das comunidades, e da própria escola local, como foi supracitado.

A igreja contribui nos encontros para fortalecer as comunidades, bem como na luta por direitos. A primeira assembleia feita pelos paroquianos em 1982, por exemplo, na Diocese de Abaetetuba, os presentes buscaram reflexões quanto aos problemas vividos nas ilhas e buscaram na palavras bíblicas que deveriam ter fé e ajudarem as comunidades nas dificuldades, e por meio da evangelização e contato com os problemas locais que a igreja tomou força como parte dos movimentos em prol da qualidade de vida dos ribeirinhos.

Para tanto as ilhas são constituídas de CEB's, Comunidades Eclesiásticas de Base, que totalizam 57 nas ilhas de Abaetetuba. As CEB's consistem em comunidades que se unem em prol da melhoria na qualidade de vida, pois nas áreas que vivem há carência de políticas públicas que realmente visam a realidade ribeirinha. Elas são compostas, sem sua maioria por moradores junto a igreja de forte vínculo e influência, como a católica, e buscam por meio da leitura bíblica fazer uma analogia a realidades política e social que eles cotidianamente, procurando sempre se organizar na luta por melhorias em vários aspectos, principalmente nas suas atividades e nas prestações de serviço como educação e saúde. rio Tucumanduba detectamos a existência de duas CEB: a São João Batista e a CEB Nossa Senhora de Lourdes/baixo Tucumanduba, sem contar com a forte influência da comunidade de Nossa Senhora das Graças.

As CEB's, além do poder religioso e de movimento nas ilhas, também é a origem da organização comunitária hoje existente no Tucumanduba, pois as famílias ano somente se formaram em conjuntos comunitários, como também se enxergam e se localizam pelas suas comunidades. No rio Tucumanduba esta organizado, segundo as famílias de acordo com as seguintes comunidades:

Quadro 7: Comunidades do rio Tucumanduba

<b>COMUNIDADES DO RIO TUCUMANDUBA</b>	
<b>Comunidade</b>	<b>Localização</b>
Comunidade Nossa S. de Lourdes	Rio Baixo Tucumanduba
Comunidade Nossa S. de Guadalupe	Rio Médio Tucumanduba
Comunidade Santa Terezinha do Menino Jesus	Rio Furo Grande
Comunidade São Sebastião	Rio Ajuai
Comunidade São João Batista	Rio Tucumanduba
Comunidade São José	Igarapé Vilar
Comunidade São Sebastião	Rio Tauá
Comunidade Nossa S. de Nazaré	Igarapé São João
Comunidade Nossa S. de Nazaré	Igarapé São João.

Fonte: moradores do Tucumanduba (Adaptado)

Quando perguntamos aos entrevistados se eles sabem quando foi criado, ou quem criou a primeira igreja do rio Tucumanduba, a igreja nossa senhora de Guadalupe, eles não sabem afirmar ao certo essas informações, pois segundo o ribeirinho 3, ela “está lá há muito tempo, desde que nasci ela já estava ai, ela foi a primeira”. A igreja é mais que um símbolo religioso,

é uma representação de domínio, de territorialização religiosa, bem como o território manifesta práticas e costumes ligados a ela.

Divisões territoriais e organização hierárquica de religiões institucionalizadas são estratégias políticas adotadas com o objetivo de assegurar o controle, a vivência e a vigilância dos fiéis frente a crescente mobilidade dos homens e a fatos históricos relevantes. A igreja católica romana vem, em seus dois mil anos de história, mantendo uma unidade político-espacial. Estamos nos referindo aos territórios religiosos demarcados, onde o acesso é controlado e dentro dos quais a autoridade é exercida por um profissional religioso. Tais territórios foram modificados, adquirindo sucessivos arranjos espaciais ao longo do tempo [...] (ROSENDAHL, 2011; p. 194)



Figura 26: Igreja de nossa senhora de Guadalupe

Fonte: Gonçalves, 2015

Desse modo, a religião além de territorializar, também tem o poder de criar valores e contribuir na formação cultural de um lugar. Apesar do catolicismo estar na raiz da história da humanidade por ter dominado muitos territórios, também há outras religiões que adentram os lugares, se apropriam e modificam os paradigmas ligada as doutrinas católicas. Há mais de vinte anos, outras religiões, de origem protestante, passaram a converter muitos ribeirinhos, pois independente de qual seja:

A experiência é ao mesmo tempo, individual e coletiva, ela tem um significado original para cada devoto (...) a fé é individualmente vivenciada de forma diversa, numa relação direta entre uma só divindade e o crente; a experiência religiosa coletiva se torna verdadeiramente partilhada quando as crenças, as atitudes e as interpretações simbólicas adquirem uma forma comunitária. (ROSENDAHL, 2011; p. 194)

Segundo o ribeirão 4, no rio Tucumanduba tem “cinco igrejas evangélicas e duas católicas”. E, essa quantidade maior de igrejas evangélicas se dá pela diversidade de ramificações da mesma que estão fixadas no trajeto e nos furos entre uma ilha e outra. Constatamos a presença das seguintes igrejas no rio:



**Figura 27:** a presença das influências evangélicas nos rio Tucumanduba com a igreja pentecostal "Deus é amor"

**Fonte:** Gonçalves, 2015



**Figura 28:** Igreja Luz da Libertação

**Fonte:** Gonçalves, 2015

As igrejas evangélicas também têm importante papel na vida dos ribeirinhos, pois desde a década de 50 estão se difundindo, e, da mesma forma que a católica, evangelizando e tendo suas próprias organizações que pregam as leituras bíblicas buscando confortar e dar força aos ribeirinhos.

As festas religiosas são momentos muito esperado durante o ano e as festividades ocorrem de maneira diversa, pois cada uma tem seu tempo, que são as datas, e seu espaço, que incide em ocorrer nas comunidades batizadas com o nome da padroeira homenageada. A mais antiga festa religiosa é a de Nossa Senhora de Lourdes e a de Nossa Senhora de Guadalupe, que segundo os moradores ocorre antes mesmo da chegada dos padres que fundaram as comunidades eclesíásticas de base na década de 60.

A festa de Nossa Senhora de Guadalupe ocorre em outubro, mais precisamente, no terceiro final de semana do mês e reuni os moradores da comunidade assim como os moradores

das comunidades vizinhas. Já a festa de Nossa Senhora de Lourdes, acontece somente no mês de novembro e também mobiliza várias comunidades.

Também há a festividade de Santa Terezinha no furo grande e a festividade de Nossa Senhora de Nazaré, que ocorre por quinze dias no mês de setembro e chega a mobilizar até mesmo moradores da sede municipal de Abaetetuba.

#### 4.3.4. Principais atividades

Abordar as atividades desenvolvidas pelos ribeirinhos também demonstra as representações no território envolvido, pois estas atividades são a caracterização do modo de vida e também de organização das famílias, quanto a harmonia desenvolvida na área das práticas devido os meios naturais oferecidos que subsidiam a alimentação, o artesanato e a economia.

Sob esse prisma, mostraremos as principais atividades locais, começando pela mais importante, que é a produção da pesca, depois, abordaremos a valorizada extração do açaí feita pelos ribeirinhos, e, por últimos citaremos alguns objetos, confeccionados pelas próprias famílias, ligados as atividades exercidas por eles.

A primeira atividade a ter destaque é a pesca, que, segundo a logística do rio Tucumanduba, tem o poder que determina as ações e o modo de vida das famílias ribeirinhas. Para compreendermos a pesquisa feita em campo e a apresentação desta atividade durante o trabalho, é preciso primeiramente compreender a relação da pesca com o contexto das ilhas ao passo de que se o território ribeirinho esta intrinsecamente ligado as atividades da pesca, a própria pesca, gera uma relação de poder e domínio no contexto dos indivíduos disseminando sua territorialização no espaço.

(...) a territorialidade emana do grupo produtor, no sentido de que ela é, antes de tudo, a relação culturalmente vivida entre um grupo humano e uma trama de lugares hierarquizados e interdependentes, cujo traçado no solo constitui um sistema espacial –dito de outra forma, um território (BONNEMAISON, 2002, p. 96-97)

No contexto do território ribeirinho encontramos o rio e as áreas de várzea, onde a incidência da atividade da pesca está relacionada as potencialidades das água amazônicas,

quanto a sua diversidade em espécies de peixes. Mesmo que pareça obvio a pesca está relacionado com os peixes, não devemos deixar de destacar que esta não é a única, pois a pesca do camarão também é uma atividade valorizada entre as famílias.

A pesca está relacionada no cotidiano dos ribeirinhos, pois é desta atividade que nasce o principal alimento de subsistência das famílias locais. Durante as entrevistas, buscamos analisar se todos que vivem no rio Tucumanduba estão relacionados com a pesca e se em todas as famílias haviam pelo menos um pescador, e todas as respostas apontaram que não somente há ao menos um pescador em cada família, como também seus filhos desde pequenos acompanham seus pais na pesca para aprender a praticá-la e, garantir que eles tenham habilidade suficiente e possa assim manter o sustento das próximas gerações.

Assim como os homens, muitas mulheres ribeirinhas também pescam e por vezes são elas que ajudam seus maridos até mesmo nos períodos de safra, que é o período de maior incidência de peixes na área. Durante esses períodos os pescadores saem rio a fora a procura de peixe e de camarão, e, como as possibilidades de conseguirem uma extrema quantidade de pescado, os ribeirinhos passam a comercializar o excedente da pesca com o mercado econômico local de Abaetetuba.

Segundo o ribeirinho 5, assim como foi confirmado por todos os entrevistados, o período de safra ocorre entre 01 de março, quando inicia, até 01 de novembro, quando termina, e a partir de então as redes são recolhidas, e a pesca passa ocorrer somente para a subsistência nos meses subsequentes. Nos períodos de safra o lucro obtido pelos ribeirinhos, devido a comercialização da pesca, é consideravelmente bom, e, ajuda na compra de outras necessidades para o sustento das famílias. Porém, quando inicia a entre safra, as atividades mudam e já não é possível desfrutar da comercialização da mesma forma.

No período da entre safra a vida dos ribeirinhos modifica, pois além de diminuir a oferta de peixes, devido ao período de reprodução, há uma proteção legal que proíbe a pesca em larga escala, justamente para não atrapalhar esse tempo e processo natural das espécies. Esse período é conhecido como “período defeso”, e garante a suspensão da pesca por até 120 dias, podendo ocorrer apenas a pesca para a subsistência. Devido esse período o governo federal disponibiliza um benefício as famílias que dependem da pesca chamada de seguro defeso que consiste no pagamento de um salário mínimo para as famílias beneficiadas nos meses enquanto a pesca é suspensa.

O governo federal trabalha em parceria com a colônia de pescadores das ilhas de Abaetetuba e todos os pescadores cadastrados na colônia, após um determinado período de contribuição tem direito a receber o benefício. Sobre esse benefício referentes a atividade da pesca, o ribeirinho 6 afirma que:

No tempo do meu pai já existia mas era bem pouquinho que se cadastrava. Até um tempo atrás, nós para fazer o seguro tinha que pagar três anos de seguro para ter direito, depois do governo Lula era só um ano e já tinha direito. Agora na crise da Dilma o negócio tá complicado, porque vai voltar pros[SIC] três anos para conseguir ter o seguro.

Mesmo com esse benefício para incentivar e apoiar as famílias ribeirinhas, muitos desafios relacionados a valorização da pesca devem ser conquistados pelos pescadores e pescadoras das ilhas do Tucumanduba. E, é em busca de seus direitos que os ribeirinhos, por vezes, chegam a viajar rios a fora para reuniões referentes a atividade da pesca que abordam a questão da valorização das espécies pescadas e o possível reajuste do benefício, para melhorar a qualidade de vida dos pescadores e suas famílias. Sobre esse momento, a ribeirinha 7, que é pescadora, abordou que recentemente:

Tivemos uma reunião lá em Gurupá, atravessamos a baía aí nos fumo lá. Foram quinze homens e trinta e cinco mulher. Nós saímos daí meio dia nos corremos o resto do dia, corremos a noite e só chegamos no outro dia. Agente entra pelo Tajapurú e vai embora. (...) Fizeram essa reunião para pescador que era pra decidir o aumento do nosso salário para cinco salário, e, ainda não conseguimos, ainda ficou em quatro. (...) que é o salário que nos recebe de quando fecha a pesca dia primeiro de novembro até quando inicia dia primeiro de março. Nessa reunião agente queria também que caísse o camarão na portaria. Se muita gente faz o seguro é por intermédio do mapará, da dourada, da pescada, mas tem família que só pesca camarão é pescador, e só pesca camarão e não pode ter seguro porque não caiu o camarão da portaria. Tinha muita gente grande lá mas ficou nisso mesmo. Como mulher pescadora do Tucumanduba só foi eu como representante mesmo.

Nesse sentido, o seguro é garantido no rio Tucumanduba, porém há algumas regras para o acesso, e as pessoas interessadas em obtê-la precisam além de estarem cadastradas na colônia de pescador e pagarem sua contribuição regularmente em no mínimo doze meses, também, devem praticar a pesca de peixes, pois para aqueles que trabalham com a pesca do camarão, o seguro ainda não é garantido, o que deixa alguns pescadores e suas famílias de fora do benefício.

Os pescadores credenciados possuem uma carteirinha, que é o Registro de Pescador Profissional Artesanal- RGP, e garante não apenas o benefício do seguro defeso, mas também o acesso a previdência, combustível mais barato e ao programa minha casa minha vida do governo federal. Segundo o ministério da pesca (2015), o RGP foi criado há 44 anos e, é um instrumento financiado pelo governo federal com o intuito de contribuir para a gestão e o

desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira, permitindo também ao interessado o exercício das atividades de pesca e aquicultura, tendo 8.703 cadastrados só nas ilhas de Abaetetuba.

Para iniciar a safra, os pescadores se preparam dos meses antes, pois precisam ajeitar o material de pesca e as redes são desemboladas e consertadas. Em decorrência de um acordo existente chamado de “Acorda da pesca”, relacionado aos instrumentos, ou melhor dizendo, os apetrechos da pesca, feita a partir de 2006, é proibida a pesca com redes de malha inferiores a 0,35 mm, arrasto e rede de escora e o uso de tarrafa. Fica proibido também algumas técnicas como a tapagem com rede de náilon, lancear nos igarapés, a utilização de substâncias tóxicas, bloqueio aberto e fechado e o uso de matapis nas cabeceiras. (CRUZ, ALMEIDA & RODRIGUES, 2009)



**Figura 29:**Redes utilizadas na pesca

**Fonte:** Gonçalves,2015



**Figura 30:** Os matapis começam a ser retirados para a pesca

**Fonte:** Gonçalves, 2015

Os matapis são instrumentos importantes e são produzidos pelos próprios ribeirinhos com o uso da tala, a fibra, o cipó e a garaxama. A técnica é artesanal e, é o principal meio para a captura do camarão, onde, dependendo da finalidade da pesca, pode-se usar apenas um matapi, quando se trata de uso para subsistência, como a necessidade de vários, no caso de uso para comercialização.



**Figura 31:** Ajeitando as redes para o início da safra

**Fonte:** Gonçalves, 2015

O ponto de encontro de muitos pescadores é a secretaria da colônia de pescadores Z-14, que consiste na casa de um ribeirinho representante que recebe no período da safra a incidência de muitos ribeirinhos pescadores e cadastrados para trabalhar na pesca e garantir uma renda para as suas famílias. Durante o período de safra, normalmente muitos pescadores se concentram na secretaria que fica no final do baixo Tucumanduba, próximo ao rio Para, e saem para pescar baía afora aproximadamente as cinco da manhã, retornam para o almoço e voltam para a atividade e encerram no período da tarde por volta das cinco horas da tarde, antes que anoiteça.



**Figura 32:**Muitas redes precisam de conserto e os pescadores trabalham em grupos para ajeitar o material

Fonte: Gonçalves, 2015

As redes utilizadas para a pesca no rio Tucumanduba são artesanais e com o uso constante durante o período de safra, elas sofrem danos, que posteriormente são reparados pelas próprias mãos dos pescadores quando mais um período de safra se aproxima. O uso do arpão não é permitido para a pesca no rio Tucumanduba, sendo aberto apenas para o uso das redes.



**Figura 33:** Casa que representa a Secretaria da Colônia Z-14 no rio Tucumanduba

**Fonte:** Gonçalves, 2015

Há também os pescadores que pescam por conta própria em horários não muito usuais, mas em sua maioria começam a pesca pela madrugada para poderem terminar cedo e trazer uma quantidade satisfatória. Muitos pescadores levam seus filhos ainda criança para ajudá-los no dia e também a ensiná-los a manusear os instrumentos da pesca, pois isso é uma forma de repassar os conhecimentos de vida, garantindo que seus filhos possam sempre subsidiar fonte de alimento e renda para suas futuras famílias. A ribeirinha 7 afirma a prática como essencial para sua vida pois “meu avô era pescador, meu pai foi pescador e eu tenho 54 anos mas sou pescadora desde pequeninha”.

Segundo Moraes (2007) essa prática dos pescadores levarem seus filhos para ajudar na pesca é um ensinamento que as gerações mais experientes repassam para dar continuidade a uma tradição, mas isso não significa que as práticas não modifiquem, pois essa cadeia de orientações nem sempre são idênticas umas às outras, fazendo assim, com que se crie e recrie as metodologias utilizadas na pesca.(p.148)



**Figura 34:** Redes recolhidas ao termino do período de safra

**Fonte:** Gonçalves, 2015

A pesca tem valor de vida e de renda, sendo uma atividade essencial aos ribeirinhos, mas a extração do açaí também é um outro meio de alto valor para manter as famílias ribeirinhas, além de ser a fonte para fornecer a exportação da fruta para vários locais da região. Quando a renda vinda da pesca reduz, é por meio da extração do açaí que muitas famílias passam a obter uma renda extra.



**Figura 35:**Máquina de produzir açai

**Fonte:** Gonçalves, 2015

O açaí também possui seu período de safra e entressafra, com durações não definidas da mesma forma que a pesca, mas que podem ser identificadas, como no quadro abaixo:

Quadro 8: Período de colheita do açaí

PERÍODO	DURAÇÃO	DESCRIÇÃO
<b>SAFRA</b>	AGOSTO-DEZEMBRO	Produção chega a ser três vezes maior que a dos outros meses.
<b>ENTRESSAFRA</b>	JANEIRO-JULHO	Nesse período além do fruto ser considerado de qualidade inferior ao colhido na safra, coincide com o inverno amazônico e precisa ser colhido antes da maturação.

Fonte: Ferreira, 2014 (Adaptado)

O agroextrativismo do açaí no rio Tucumanduba é uma atividade expressiva e seu manejo é feito pelos ribeirinhos dotados pela técnica da extração. Essas técnicas assim como na pesca, são repassadas há gerações por meio do conhecimento empírico, mas que não é feito por todos, pois apenas os mais experientes que, predominantemente, participam da atividade.

O açaí além de garantir fonte de renda, é também fonte importante na subsistência das famílias ribeirinhas que “não pode não faltar (...) nos toma açaí é todo dia com a comida. Quando a pesca não dá tanto, nos vende o açaí pra ajudar aqui em casa”. (ribeirinho 9)

A extração do açaí é uma atividade importante para o que conhecemos como práticas representativas do território ribeirinho do rio Tucumanduba, além de gerar renda extra e incentivos financeiros às famílias. Porém, ele também é a possibilidades para que a economia adentre o território e influencie as comunidades à produção em larga escala, os tornando dependentes do capital, pois a extração não ocorre somente para a subsistência, mas, até mesmo, como uma alternativa para subsidiar a aquisição de capital com fins de obtenção de outros produtos não cultivados na ilha.

#### 4.3.5. Tempo-espaço no modo de vida

As atividades ribeirinhas são mais que práticas adquiridas, elas são fundamentais para formar o tempo e o espaço ribeirinho ao longo da história. Os ribeirinhos seguem suas vidas de acordo com o tempo que o meio ambiente fornece, não tendo uma rotina diária ligada ao trabalho mecanizado, pois tratam-se de comunidades muito ligadas a rotina do lugar, sem trabalhos excessivos diariamente ou período de férias para descanso.

A importância do tempo para os ribeirinhos está ligada aos seus conhecimentos e concepções sobre o mundo, que é influenciado por meio da cultura gerada em seu espaço. (LEFF, 2010; P.44). desse modo, são os conhecimentos de mundo que geram o território ribeirinho que está representado de acordo com os arranjos de vida e atividades ligados ao tempo e a necessidade dele para cada prática.

A produção ocorre de acordo com o processo natural de reprodução dos peixes e dos camarões, e, as famílias compreendem isso, portanto, seguem o período dito de safra, principalmente pelo temor de um dia faltar e assim não terem como sustentar suas famílias. Portanto, suas vidas são conduzidas a medida de suas necessidades básicas, não trabalhando diretamente com o consumo exacerbado e nem acúmulo.

Durante a pesquisa observou-se que as famílias são muito calmas e receptivas, além de não trabalharem com tempo contado para entrevista, pois muitos convidaram para passar o dia todo nas suas casas. Suas refeições começam cedo e da mesma forma elas se encerram ao final do dia. Como no Tucumanduba a eletricidade não é fornecida por redes elétricas regulares, e sim, por meio de gerador, sendo dessa forma, a acessibilidade energética limitada, pois para o gerador funcionar é necessário o uso de óleo diesel que normalmente está custando R\$ 5,00 reais/litro nas ilhas.

Devido aos meios de acessibilidades energética, eles passam a ligar suas televisões a partir das seis, que para eles é o horário importante, não somente porque começa a escurecer, mas também porque é a hora que inicia as novelas, que são como uma referência também para a hora de dormir, pois quando a última novela encerra, por volta das 22 horas, tudo é desligado e todos vão dormir.

Das crianças aos adultos, todos acordam antes das seis porque para eles o dia é a hora de se fazer tudo. A noite é escura e tudo fica mais difícil. Esse costume se dá justamente pela vida ligada a falta de energia elétrica nas comunidades e as famílias apenas utilizavam a luz do

dia como aliada nos afazeres diários. A eletricidade é novidade e chegou a mudar alguns costumes, como o da prática de assistir novelas.

O tempo não é regado diariamente de acordo com o tempo-espço capitalista, como na rotina urbana ligada as leis do capital e da produção, eles apenas seguem tempos de acordo com as necessidades e convívio local, pois, segundo a ribeirinha 9:

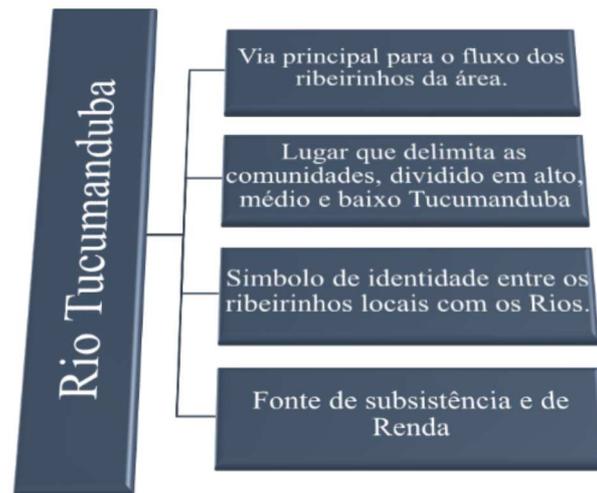
“[...] de manhã nos faz o café, as vezes quando faurta[SIC], nos pesca por aqui mesmo um peixe ou camarão, ai eu bato o açaí pra nos tomar no almoço e de tarde nos ficamo deitado por aqui ou vai ali no outro rio pra visitar um parente, tomar um café ne ? [risos] e por ai vai (...) de noite nos ligamo o gerador e assistimo tv (...) aqui nos janta as sete, no mais tardá as oito (...) o sono não demora a vir [...]”

Em decorrência, do modo de vida observado, o território e as formas de territorializar também estão ligados ao tempo-espço, que é elemento incluído na cadeia de práticas interligadas dentro da cultura ribeirinha do rio Tucumanduba e que evidenciam a(s) forma(s) como estes indivíduos se organizam e se reconhecem no mundo. Porém, não deve-se deixar de levar em consideração que esse território é influenciado e sofre algumas intervenções, não podendo significar uma cultura pura, nem mesmo única, mas que por meio de todos os fatores (internos e externos) está dotado de identidade e, isso precisa ser refletido.

#### **4.3.6. Refletindo sobre o mapeamento das ações e representações no rio Tucumanduba**

Em consideração aos resultados da pesquisa, devemos levar em consideração algumas análises e mostrar como ficou articulada tanto as ações, quanto as representações de acordo com o que nos foi apresentado em campo junto as teorias que explicam os fenômenos, para que possamos compreendê-los e assim refletir sobre o assunto.

O território ribeirinho do rio Tucumanduba está dotado de representações que os define e demonstra uma identidade com seu lugar, pois de acordo com os entrevistados, estes possuem forte ligação com o rio Tucumanduba e os utilizam para diferentes fins relacionados com seu modo de vida. Desse modo o Rio Tucumanduba agrega três funções importantes para as comunidades que habitam em sua área:



**Figura 36:** O rio Tucumanduba e seus significados.

Fonte: Gonçalves, 2016

Sob essa perspectiva, o rio Tucumanduba é um importante elemento para a formulação do território ribeirinho, pois ele foi dotado de significados pelos moradores da comunidade, o que demonstra que ele sofreu uma territorialização em uma noção cultural simbólica de acordo com Haesbaert (2004), pois essa forma está ligada aos modos de vida dos habitantes.

Uma segunda observação que deve ser feita para que possamos compreender o território ribeirinho: é de que ele não é constituído apenas do rio para sua formação territorial, mas sim de representações materiais e imateriais presentes constantemente na vida dos moradores ribeirinhos. Todas as representações são fundamentais, mas há aquelas em destaque devido sua polivalência (materiais e imateriais) no cotidiano ribeirinho, como a prática da pesca. As representações são observadas no seguinte esquema da figura 37:



**Figura 37:** Representações que formam o Território ribeirinho.

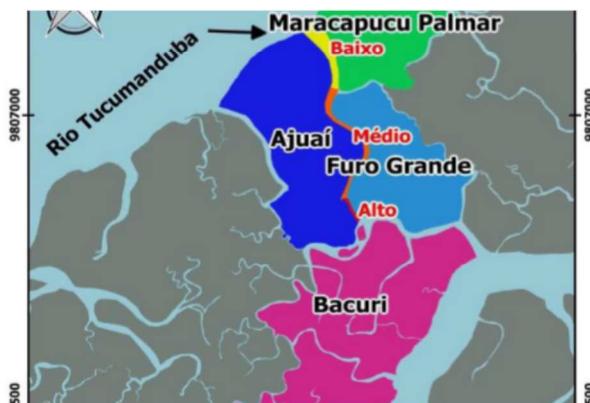
Fonte: Gonçalves, 2016

Por último, não devemos deixar de considerar que as ações exógenas exercidas pelo poder Estatal e seus representantes acaba por sobrepor territórios, devido as intencionalidades, organização e interpretação quanto ao território ribeirinho. Segundo as concepções de Haesbaert ( 2004) essas ações formulam um território de noção político- administrativa, onde podemos observar que o ambiente ribeirinho é compreendido e formulado para o exercício do controle e poder do Estado. Desse modo, podemos enxergar essa sobreposição na seguinte dimensão:



**Territorio político- administrativo**

PAE's Divididas em lotes de responsabilidade do INCRA.



**territorio cultural- simbólico**

Ilhas com comunidades dotadas de representações materiais e imateriais.

**Figura 38:** Território do Rio Tucumanduba e a dualidade quanto suas territorialidades.

Fonte: Gonçalves,2016

Desse modo fica evidente que tratamos de um mesmo lugar com interpretações diferentes quanto sua importância e função. A dimensão quanto o significado do Rio Tucumanduba pode ser de apenas um rio como referência que divide as PAE'S, em uma análise técnica, como aquela utilizada pelas empresas que trabalham para o INCRA, do mesmo modo

que, pode ser de um rio dotado de significados: fonte de subsistência, de renda, de referência e símbolos identitários do homem com o rio. Quando esse lugar é apropriado por estes a gentes de acordo com suas interpretações e interesses, eles tomam forma de território, mas que não dialogam diretamente entre si. É necessário que estas análises sejam, assim, interpretadas, compreendidas e refletidas para que haja criticidade nas questões territoriais e suas reais intenções no espaço.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De acordo com o que foi dissertado, não devemos criar estereótipos, ou tomar conclusões finais sobre o território ribeirinho no rio Tucumanduba, pois ele está em constante transformação. O que devemos nos atentar é para as reflexões levantadas de acordo com as pesquisas feitas no decorrer do trabalho. Desse modo, pudemos notar que:

- a) Em relação as ações governamentais, ou ditas como exógenas, pudemos perceber que suas intencionalidades estão voltadas ao controle do lugar para o poder Estatal e que a função deste território do rio Tucumanduba é de gerar renda por meio de suas potencialidades naturais, o que gera uma territorialidade político-administrativa que em troca do fornecimento da produção ribeirinha, os retribuem com pequenas ações sociais de cunho imediatista que não procura melhorar efetivamente a vida dos ribeirinhos levando em consideração sua representação quanto território. Também observa-se pouco eficiência nos resultados das pesquisas levantadas pelas empresas, que não demonstraram uma afinidade significativa com as áreas do rio Tucumanduba.
- b) Os arranjos das moradias ribeirinhas lembram a lógica histórica cultural paraense até a década de 60, onde a população era predominantemente ribeirinha, devido a importância das redes dendríticas e as relações econômicas ligadas aos rios. Também mostra uma representação cultural particular na forma de territorializar um meio levando em consideração o curso do Rio Tucumanduba e outras especificidades físicas locais.
- c) Observamos que a lógica territorial dos ribeirinhos sobre as divisões e delimitações de seu lugar difere da lógica territorial que é feita pelas empresas governamentais que formulam o território de acordo com seu controle estatal (lotes). As famílias do rio Tucumanduba não apenas vivem as margens do rio Tucumanduba como também o difere de acordo com a área e as comunidades nele existentes, dividindo-o em

Alto, Médio e Baixo Tucumanduba, e, em cada uma dessas divisões consistem comunidades e suas especificidades como lugares de encontro para reuniões, festas e outras manifestações comunitárias. As famílias de cada comunidade também possuem suas padroeiras ou congregação evangélica. O território está dotado de símbolos e significados que identificam o lugar com os indivíduos que nele vivem.

- d) As territorialidades religiosas são significativas no rio Tucumanduba, tanto pela forte atuação do catolicismo, quanto pregação feita pelas congregações evangélicas, que nas duas últimas décadas intensificou sua influência a quantidade de fies nas margens do rio. Assim como ocorre uma territorialidade religiosa, a religiosidade influencia na formação territorial ribeirinha do rio Tucumanduba.
- e) As atividades como a pesca e a extração do açaí são modalidades polivalentes, pois possuem significados simbólico, cultural e econômico para as famílias ribeirinhas. Dando destaque a pesca, ela além de ter todos os significados supracitados, é um elemento importante para representar tanto a territorialidade gerada no rio Tucumanduba por meio de suas práticas como também é a base de subsistência que mantém a cultura ribeirinha viva.
- f) O tempo –espaço ribeirinho se difere daquele cotidiano urbano onde os horários estão diretamente ligados ao modo de produção e comercialização, pois eles desenvolvem suas atividades, construindo seu tempo de acordo com a sua compreensão de mundo e do tempo que a de acordo com os fenômenos naturais. O tempo é voltado para suas atividades locais relacionadas ao seu meio ambiente. Desse modo, esse território é constituído de não só de próprios espaço mas também de próprio tempo.

Em suma abordamos os principais aspectos os quais nos remetesse um conjunto de ações e práticas que representasse o território ribeirinho do rio Tucumanduba, procurando por meio das entrevistas compreender que o tempo-espaço, o modo de vida e as atividades formulam o território ribeirinho, dotado de identidades culturais, sem grandes estratégias de dominação, somente aquelas referentes a ter conhecimento do lugar para nele saber viver.

Apesar de muitas características com outros territórios ribeirinhos, da mesma forma que estes territórios também trazem uma carga cultural amazônica, como resgatamos no capítulo 2, não devemos ser reducionistas, tratando como se tudo fosse a mesma coisa, muito menos como se estivéssemos abordando sociedades atemporais, acreditando que se tratam de territórios

tradicionais, e, portanto, imutáveis, onde a técnica não evolui, formando um movimento cíclico, se tratando, portanto, de territórios atrasados.

Devemos, na verdade, desenvolver reflexões para além dos paradigmas tradicionais quanto aos aspectos de sociedades ribeirinhas sabendo não somente identifica-la, como também compreende-la. Algumas atividades no rio Tucumanduba, por exemplo, já estão ligados a lógica capitalista, como a venda do pescado no período de safra e da extração do açaí, bem como benefícios financeiros fornecidos no período da entre safra, mas na essência, de acordo com os resultados obtidos, ainda os relaciona com o meio de forma que seu territórios, fundido de outras territorialidades, como a pesca a religiosidades e o território das águas, ainda é dotado de uma identidade que se difere da lógica genuinamente movida pelo capital.

### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. MEMÓRIA E REVITALIZAÇÃO IDENTITÁRIA. Belem: S/e, 2007. (RIBEIRINHOS E RIBEIRINHAS DAS ILHAS DE ABAETETUBA).

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Projeto nova cartografia social da amazonia. Belem: S/e, 2007. (Crianças e adolescentes em comunidades tradicionais da Amazônia).

AMBROZIO, Júlio. O CONCEITO DE TERRITÓRIO COMO CAMPO DE PODER MICROFÍSICO. 2013. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistageografia/files/2014/07/Artigo-6-Revista-Geografia-Jul2014-5.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2016.

BECKER, B.K. A Amazônia e a política ambiental brasileira. In: Bertha K. Becker; (orgs.). Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. -3º Ed.- Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z. (Org.). Geografia cultural: um século. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. ABAETETUBA. 1970. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso em: 01 mar. 2015.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. ABAETETUBA. 1980. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso em: 01 mar. 2015.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. ABAETETUBA. 1990. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 01 mar. 2015.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. ABAETETUBA. 2000. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 01 mar. 2015.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. ABAETETUBA. 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 01 mar. 2015.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. DADOS DO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA.2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Org.). Histórico do Pronera. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/pronerahistoria>>. Acesso em: 02 jan. 2016.

CAETANO, Marta Coutinho. MEMÓRIA DAS ÁGUAS:: PRÁTICAS EDUCATIVAS E CULTURAIS DE PESCADORES ARTESANAIS NAS ILHAS DE ABAETETUBA- PA. 2012. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/7339/1/2012-DIS-MCCAETANO.pdf>>. Acesso em: 04 maio 2015.

CARLOS. A. F. A.. O lugar no/do mundo. São Paulo:FFLCH,2007.

CORREA, S. R. M. Comunidades rurais ribeirinhas: processos de trabalho e múltiplos saberes. In: Ivanilde Apoluceno de Oliveira (orgs.). Cartografias Ribeirinhas: saberes e representações sobre as praticas sociais cotidianas de alfabetizando amazônidas. -2ªed.- Belém: EDUEPA, 2008.

CRUZ, Mariana Neves; ALMEIDA, Oriana Trindade de; RODRIGUES, Ricardo da Silva. CORDOS DE PESCA EM ABAETETUBA-PA: ESTRATÉGIAS DE GESTÃO DOS RECURSOS PESQUEIROS EM UMA LOCALIDADE DO ESTUÁRIO AMAZÔNICO. 2009. Disponível em: <<http://www.sbpnet.org.br/livro/61ra/resumos/resumos/5285.htm>>. Acesso em: 05 fev. 2016.

DARTIGUES, A.. O que é Fenomenologia. 2º ed. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

FERRANTI, Adelino. A política educacional no município de Abaetetuba (PA) no período de 2005 a 2008:: realidade e limites. 2013. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/4192>>. Acesso em: 07 dez. 2015.

FERREIRA, Denison da Silva. DINÂMICA SOCIOESPACIAL EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS DAS ILHAS DE ABAETETUBA - PA. 2014. Disponível em: <[http://www.ppgeoufpa.net/images/DISSERTACOES/ANO\\_2012/DENISON-DA-SILVA-FERREIRA/DISSERTACAO-DENISON-DA-SILVA.pdf](http://www.ppgeoufpa.net/images/DISSERTACOES/ANO_2012/DENISON-DA-SILVA-FERREIRA/DISSERTACAO-DENISON-DA-SILVA.pdf)>. Acesso em: 02 jan. 2016.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. Origens pluriétnicas no cotidiano da pesca na Amazônia:: contribuições para projeto de estudo pluridisciplinar. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v1n2/v1n2a13.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Amazônia, Amazônias. São Paulo: Hucitec, 2001.
- HAESBAERT, Rogério. CONCEPÇÕES DE TERRITÓRIO PARA ENTENDER A DESTERRITORIALIZAÇÃO. In: SANTOS, Milton (Org.). TERRITÓRIO, TERRITÓRIOS: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 43-71.
- HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). Geografia: conceitos e temas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 165-206.
- HAESBAERT, Rogerio. Territorios alternativos. 2. ed. Sao Paulo: Contexto, 2006. 186 p.
- HIRAOKA, Mário. Mudanças nos Padrões Econômicos de uma População ribeirinha do estuário do Amazonas. IN: FURTADO, Lurdes; LEITÃO, Wilma; MELLO, Alex Fiúza. (Org.) Povos das Águas: realidade e perspectivas na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, Coleção Eduardo Galvão, 1993.
- Histórico de Abaetetuba. Disponível em: <<http://www.portalamazonia.com.br>>, acesso em 20/01/2015.
- IDESP. Relatório Preliminar de Desenvolvimento Integrado do Município de Abaetetuba. Belém: IDESP: SUDAM: SERFHAU, 1970.
- Konder, Leandro. O que é dialética. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A.. Fundamentos da metodologia científica.-5 ed.- São Paulo: Atlas, 2003.
- LEFF, Enrique. A complexidade ambiental. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010. Tradução de Eliete Wolff.
- LIMA, E. L.. O LUGAR DO SUJEITO EM A NATUREZA DO ESPAÇO, DE MILTON SANTOS. In\_Revista de Geografia - v. 3, nº 2, 2013.
- LOPES, Jecson Girão. As especificidades de análise do espaço, lugar, paisagem e território na geográfica. 2012. Disponível em: <<http://cascavel.cpd.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/geografia/article/viewFile/7332/4371>>. Acesso em: 12 jan. 2016.
- MACHADO, Jorge. História de Abaetetuba: com referência na história social e econômica da Amazônia. Abaetetuba: Alquimia, 2008.
- MARTINELLI, M.. Mapas de Geografia e Cartografia Temática. São Paulo: Contexto, 2003
- MORAES, S. C. . Fragmentos de saberes tradicionais. In: ALVES, Maria Laura Araújo, et al.. (Org.). Cultura e Educação: reflexões para a prática docente. 1ed.Belém: EDUFPA, 2008, v. 1, p. 109-132.
- MORAES, S. C. . Saberes da tradição e estratégia de conhecimento. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 2004, Curitiba. Anais do XII ENDIPE. Curitiba: EDUPR, 2004. v. 1.
- MORAES, Sérgio Cardoso de. Uma arqueologia dos saberes da pesca: amazonia e nordeste. Belém: Edufpa, 2007.

MOREIRA, E. V. ; HESPANHOL, R. A. M.. O LUGAR COMO UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL. In\_ Revista Formação, nº 14, volume 2- p. 48-60, 2007.

MOREIRA, Ruy. Para onde vai o pensamento geográfico?: por uma epistemologia crítica. Sao Paulo: Contexto, 2009. 191 p.

NETO, A. C. O.; RODRIGUES, D. S. S. O lugar de estar sendo dos sujeitos amazônidas rurais ribeirinhos. In: Ivanilde Apoluceno de Oliveira (orgs.). Cartografias Ribeirinhas: saberes e representações sobre as praticas sociais cotidianas de alfabetizandos amazônidas. -2ºed.- Belém: EDUEPA, 2008.

NEVES, E. G.. Arqueologia da Amazônia Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006,

OLIVEIRA, I. A. Cartografias Ribeirinhas: saberes e representações sobre as praticas sociais cotidianas de alfabetizandos amazônidas. -2ºed.- Belém: EDUEPA, 2008.

PA/Engenhos (blog), 2010 Disponível em [www.ademirrochabolgespot.com.br](http://www.ademirrochabolgespot.com.br), Acessado em 25 fev. 2012.

PORRO, Antonio.O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica. Petrópolis:Vozes, 1995.

PORTO GONÇALVES, C.W. A invenção de novas geografias: a natureza e o homem em novos paradigmas. In: SANTOS, Milton (Org.). TERRITÓRIO, TERRITÓRIOS: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. P. 375- 409

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. Sao Paulo: Atica, 1993.

REIS, Arthur Cezar Ferreira Reis. O seringal e o Seringueiro. 2 ed. Revista.Manauas: Governo do Estado do Amazonas; Editora da Universidade do Amazonas, 997.297p.

REIS, Arthur Cezar Ferreira Reis."As Fortificações da Amazônia no período Colonial". Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vol. 344,jul- set, 1989, p. 217-227.

ROCHA. Ademir. Ilhas, rios Furos de Abaeté/ Abaetetuba-PA/Engenhos(blog), 2010 Disponível em [www.ademirrochabolgespot.com.br](http://www.ademirrochabolgespot.com.br) , Acessado em 10 jan. 2016.

ROCHA. Ademir. RIO TUCUMANDUBA E OUTROS RIOS - RIOS DE ABAETETUBA (blog), 2013Disponível em [www.ademirrochabolgespot.com.br](http://www.ademirrochabolgespot.com.br) , Acessado em 10 jan. 2016.

ROSENDAHL, Zeny. Espaço, cultura e religião: dimensões de análise. In: CORREA, Roberto Lobato/ ROZENDAHL, Zeny (Orgs.). INTRODUÇÃO A GEOGRAFIA CULTURAL. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 187-224.

ROSENDAHL, Zeny. Território e territorialidade:: Uma perspectiva geográfica para o estudo da religião. 2005. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/2005/05/12.shtml>>. Acesso em: 07 fev. 2016.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado. 3º ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton (Org.). TERRITÓRIO, TERRITÓRIOS: ENSAIOS SOBRE O ORDENAMENTO TERRITORIAL. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 13-21.

SILVA, Christian Nunes da. "GEOTECNOLOGIAS APLICADAS AO ORDENAMENTO TERRITORIAL PESQUEIRO". 2012. Disponível em: <[http://www3.ufpa.br/ppgeap/images/stories/TESE\\_Christian.pdf](http://www3.ufpa.br/ppgeap/images/stories/TESE_Christian.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2015.

SILVA, M. G. Meio Ambiente: múltiplos saberes e usos. In: Ivanilde Apoluceno de Oliveira (orgs.). Cartografias Ribeirinhas: saberes e representações sobre as praticas sociais cotidianas de alfabetizando amazônidas. -2ªed.- Belém: EDUEPA, 2008.

SORRENTINO, M. Desenvolvimento sustentável e participação: algumas reflexões em voz alta. In: Carlos Frederico Bernardo Loureiro; Philippe Pomier Layrargues; Ronado Souza de Castro (orgs.). Educação Ambiental: repensando o espaço a cidadania. -5ª Ed.-. São Paulo: Cortez.

SOUSA, Iris Amaral de. O QUE FAZER DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL NA AMAZÔNIA: OS CAMINHOS DA POLÍTICA EDUCACIONAL EM ABAETETUBA-PA. 2009. Disponível em: <[http://www.sapientia.pucsp.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=10006](http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=10006)>. Acesso em: 10 dez. 2015.

SOUZA, M. L.. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TAVARES, Maria. A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO ESPAÇO PARAENSE: dos fortes à criação de municípios. Actageo, [s.l.], p.59-83, 2008. Revista ACTA Geografica.

TÁVORA, M. J. S. Cultura: cultura primeira, cultura de massa e cultura elaborada. In: Ivanilde Apoluceno de Oliveira (orgs.). Cartografias Ribeirinhas: saberes e representações sobre as praticas sociais cotidianas de alfabetizando amazônidas. -2ªed.- Belém: EDUEPA, 2008.

TUAN, Y.. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

WAGLEY, Charles. Uma comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos. 3 ed. (Coleção Reconquista do Brasil). Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.